

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL | BREJO PARAIBANO

AUTORES:

**Cícero de Sousa Lacerda
Eduardo Rodrigues V. de Lima
Maria de Fátima Martins**

ISBN: 978-65-5825-059-3

**SISTEMA DE INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA
EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO
PARAIBANO**

**CÍCERO DE SOUSA LACERDA
EDUARDO RODRIGUES VIANA DE LIMA
MARIA DE FÁTIMA MARTINS**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB
2021



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Pró-Reitora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editores assistentes

Márcia de Albuquerque Alves
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem
José Carlos Ferreira da Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia
Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright©2021 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Designer Gráfico:

Mariana Morais de Oliveira Araújo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

L131s Lacerda, Cícero de Sousa.
Sistema de indicadores de sustentabilidade para atividade turística em espaço geográfico local: brejo paraibano [recurso eletrônico] / Cícero de Sousa Lacerda, Eduardo Rodrigues Viana de Lima, Maria de Fátima Martins. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2021.
158 p.

Tipo de Suporte: E-book
ISBN: 978-65-5825-059-3

1. Turismo sustentável. 2. Turismo – Desenvolvimento sustentável. 3. Sustentabilidade. 4. Atividade turística – Areia, PB. 5. Turismo – Brejo paraibano. I. Título. II. Lacerda, Cícero de Sousa. III. Lima, Eduardo Rodrigues Viana de. IV. Martins, Maria de Fátima.

CDU: 338.484:502.131.1(813.3)

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central – 2 andar – COOPERE
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba
CEP: 58109-303

APRESENTAÇÃO

Os indicadores de sustentabilidade para atividade turística surgem como uma ferramenta que busca mensurar o nível de sustentabilidade, bem como norteiar as tomadas de decisões diante das políticas públicas que viabilizam o desenvolvimento local. Assim sendo, para que a análise fosse mais assertiva, se tornou importante que os indicadores fossem selecionados a partir das características locais, considerando os aspectos: culturais, ambientais, sociais, econômicos e turísticos. Vale ainda considerar a participação do poder público, do *trade* turístico e da sociedade local em todo processo de utilização dos indicadores.

Diante do exposto, a motivação que impulsionou esta escrita foi avaliar como um sistema de indicadores de sustentabilidade, aplicado de forma participativa junto aos atores sociais locais, podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo no roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano.

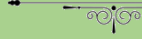
Nesse sentido, elabora-se um sistema de indicadores de sustentabilidade para análise da atividade turística do Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano, considerando as características locais e relatórios de análise da atividade turística apresentados pela Empresa Paraibana de Turismo – PBTUR, em consonância com o Instituto de Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e do Atlas do Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Portanto, desejo a você, leitor, que ao termino deste, eu possa ter contribuído para a sua construção de conhecimento. Desejo, uma excelente leitura!

Cícero De Sousa Lacerda

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	11
2.2 TURISMO SUSTENTÁVEL	14
2.3 SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	17
3 SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE AREIA-PB	22
3.1 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA.....	24
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
4.1 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	31
4.2 DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	31
4.3 DIMENSÕES E OS INDICADORES QUE NORTEARAM A PESQUISA	32
4.4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS	88
4.5 ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	88
4.6 ANÁLISE DOS DADOS	89
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	90
5.1 DIMENSÃO AMBIENTAL	91
5.2 DIMENSÃO SOCIAL	99
5.3 DIMENSÃO CULTURAL.....	107
5.4 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	113
5.5 DIMENSÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL.....	119
5.6 DIMENSÃO SERVIÇOS TURÍSTICOS	123
5.7 DIMENSÃO INFRAESTRUTURA TURÍSTICA.....	126
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS	142



1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável surge como uma proposta para reduzir a dinâmica do desenvolvimento que considera apenas o lucro, e no retorno a curto prazo, propiciando uma adaptação do homem com os recursos que ele precisa para viver na perspectiva da sustentabilidade. Nesse sentido, a proposta do desenvolvimento sustentável se caracteriza como um meio para o alcance da sustentabilidade. Após o surgimento do conceito do desenvolvimento sustentável no ano de 1987, surge a necessidade de ferramentas que possam mensurar as ações desse desenvolvimento (MARTINS; CÂNDIDO, 2008a). Nesse sentido, emergem os indicadores de sustentabilidade, como uma ferramenta que irá traçar um panorama no estado atual das ações, e indicar sugestões de melhorias para o futuro. Para Mota et al. (2017), os indicadores de sustentabilidade são gerados a partir dos insumos, fornecidos pelos recursos naturais e atividades econômicas resultantes da ação do homem. Dentre essas atividades econômicas encontra-se o turismo, que utiliza dos recursos naturais e histórico-culturais como matéria prima. Portanto, pensar em uma atividade turística que respeite os valores locais é uma forma de desenvolver o turismo sustentável, que é a atividade que atende as necessidades presentes, das demandas turísticas e da comunidade local, sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Isso acontece também se pensar em uma atividade preocupada com a manutenção das necessidades humanas em equilíbrio com a natureza (HANAI, 2009).

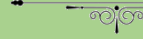
A mensuração da sustentabilidade turística para ser mais assertiva é necessário que seja realizada de forma holística, contemplando as principais dimensões e setores do turismo, e nesse processo a percepção da sociedade sobre as características da comunidade é importante no momento da seleção dos indicadores desejados, respeitando assim a realidade local (MANNING, 1999). Diante do exposto, o presente trabalho propõe elaborar um sistema de indicadores de sustentabilidade de acordo com as características locais, que possa ser aplicado de forma participativa junto aos atores sociais no Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano, mais especificamente no município de Areia, Paraíba, Brasil. Esta proposta traz um diferencial em relação a outras existentes, por ser elaborada de acordo com as características locais, considerando todas as dimensões que sofrem



impactos com a atividade turística, enquanto que as demais propostas são elaboradas a partir de adaptações de sistemas de indicadores globais ou com indicadores de abrangência global. Este trabalho também vem preencher uma lacuna temporal de 10 (dez) anos, quanto a elaboração de sistemas de indicadores de sustentabilidade para o Turismo no Brasil, pois o último elaborado foi o proposto por Hannai (2009), Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: Uma aplicação ao Contexto de Desenvolvimento do Turismo na Região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil.

Para o desenvolvimento da proposta do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para Atividade Turística em Espaço Geográfico Local, foi necessária a colaboração do *trade* turístico, que é o conjunto de empresas que atuam no turismo. A análise realizada a partir dos sistemas de indicadores de sustentabilidade busca avaliar e acompanhar o desenvolvimento e a sustentabilidade do turismo, como também orientar o planejamento e a gestão democrática. A elaboração desse Sistema de Indicadores de Sustentabilidade, teve como propósito mensurar o nível de sustentabilidade de forma participativa do Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano. O Roteiro Caminhos do Frio, que ocorre na Região do Brejo Paraibano, é formado por nove municípios: Areia, Bananeiras, Pilões, Solânea, Alagoa Grande, Remígio, Matinhas, Serraria e Alagoa Nova. Segundo a PBTUR (2018), esse roteiro busca aproveitar de forma integrada o clima frio da Serra da Borborema, as potencialidades culturais, gastronômicas e trilhas ecológicas. Dentre esses nove municípios que fazem parte desse roteiro foi escolhido o município de Areia para teste e validação da metodologia proposta, por ser um dos primeiros municípios a integrar o roteiro e por existir uma grande diversidade de atividades turísticas como: turismo rural, turismo cultural, eventos, ecoturismo, turismo pedagógico e turismo de experiência. Esse município tem as atividades econômicas voltadas para agroindústria, agricultura, pecuária e atividade turística.

Mesmo com toda a potencialidade que o município de Areia demonstra para desenvolver o turismo e as contribuições para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, tem-se observado poucas ações voltadas para o desenvolvimento sustentável (SILVA; CÂNDIDO, 2016). Nesse sentido, o desenvolvimento e aplicação de um sistema de indicadores de sustentabilidade consistente e



participativo irá orientar as políticas públicas voltadas para a gestão da atividade turística e dos recursos utilizados de forma sustentável. Quanto ao escopo temporal, a pesquisa se campo foi desenvolvida no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019.

As contribuições científicas deste trabalho estão relacionadas com a construção de um sistema de indicadores de sustentabilidade levando em consideração as dimensões: ambiental, social, cultural, econômica, política institucional, serviços turísticos e a dimensão infraestrutura turística, que busca mensurar os impactos causados pelo conjunto de infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade turística. Os indicadores foram selecionados a partir das características locais e ponderados a partir da participação dos atores sociais e do *trade* turístico, levando em consideração os aspectos socioculturais, econômicos e ambientais. Para tanto, foram definidos os critérios de análise dos indicadores, unidades de medidas e a forma de aplicação. Esses foram os aspectos elaborados nesta proposta, o que caracteriza a originalidade da pesquisa e a contribuição deste trabalho.

A contribuição social foi a geração de um sistema de indicadores a partir das características locais e da participação dos atores sociais e do *trade* turístico, como incentivo à gestão participativa das atividades turísticas, um maior envolvimento da comunidade nos setores do turismo, maximização do impactos positivos e redução dos impactos negativos. Também apresenta um aporte à gestão pública para as tomadas de decisões na elaboração do planejamento e organização das atividades turísticas. Os construtos teóricos que nortearam a pesquisa foram: Desenvolvimento Sustentável, Turismo Sustentável, Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo e Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo.

Este trabalho também apresenta uma contribuição de praticidade no manuseio do sistema de indicadores de sustentabilidade elaborado a partir das características locais, bem como apresenta de forma clara os indicadores com seus parâmetros, unidades de medida e critérios de análise, utilizando métodos matemáticos simples na avaliação dos dados, facilitando assim a aplicação pelos atores sociais locais.

O município de Areia, escolhido para aplicação da metodologia, está localizado no Brejo Paraibano, inserido no *Roteiro Caminhos do Frio Brejo*



Paraibano. O mesmo aproveita o clima frio da Serra da Borborema, localizada a uma altitude de 550 m, para realizar uma programação diversificada com música, teatro, gastronomia e trilhas ecológicas. Apesar da relevância que esse roteiro tem na interiorização das atividades turísticas e ao mesmo tempo articular as dimensões social, ambiental, cultural, política institucional e econômica para o desenvolvimento do turismo paraibano, é importante que suas ações sejam mensuradas a partir de um sistema de indicadores de sustentabilidade capaz de identificar como se encontra o estado atual do nível de sustentabilidade local e propor sugestões de melhorias para o futuro, de forma que contribua com o desenvolvimento do turismo sustentável local.

Os municípios do *Roteiro Caminhos do Frio* têm potencialidades para desenvolver várias modalidades de turismo, como sendo: turismo rural, de aventura, cultural, de compras, eventos, pedagógico e ecoturismo, entre outros. Com base em observação não participante dos pesquisadores durante o período do evento do *Roteiro Caminhos do Frio* em 2018, as cidades receberam um elevado número de visitantes, que em sua maioria não estão preparadas para tal. Nesse sentido, podem ocorrer diversos tipos de impactos: aumento dos preços, especulação imobiliária com criação de grandes condomínios de luxo, desigualdade de renda, aumento da produção de lixo, poluição sonora e visual, aumento do consumo de energia e água potável, problemas com saneamento básico, aumento da violência, exploração sexual, sazonalidade da empregabilidade, maior incidência de alcoolismo, alteração nos costumes locais, migração, o chamado efeito demonstração que faz surgir o interesse dos autóctones por consumir bens sem necessidade.

Diante desse contexto e visando uma boa gestão da atividade turística, é importante a utilização de indicadores de sustentabilidade que possibilitem a identificação da situação do turismo na localidade. Os indicadores de sustentabilidade para a atividade turística surgem como ferramentas que ajudam a refletir e comunicar uma ideia complexa. São úteis para observar, descrever e avaliar o estado atual, formular estados desejados ou comparar um estado atual com um desejado para o futuro. Nesse sentido, o problema central deste trabalho é: *como um sistema de indicadores de sustentabilidade, elaborado a partir das características locais e aplicado de forma participativa junto aos atores sociais locais, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo no Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano?* Para responder a esta questão objetiva-se



elaborar um sistema de indicadores de sustentabilidade para atividade turística de acordo com as características locais, para que possa ser aplicado de forma participativa, na perspectiva do desenvolvimento sustentável do turismo no Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano, Paraíba, Brasil.

Para tanto, se faz pertinente identificar os sistemas de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística e suas contribuições; selecionar os indicadores de sustentabilidade para atividade turística a partir do contexto local; apresentar o sistema de indicadores com critérios de análise e as unidades de medidas dos indicadores; validar o Sistema de Indicadores aplicando no Município de Areia – PB junto aos atores sociais locais; identificar o nível de sustentabilidade da atividade turística do *Roteiro Caminhos do Frio* no município de Areia – PB.

Assim, este se estrutura em 4 (quatro) partes: (I) apresenta a introdução geral da pesquisa com problemática, os objetivos: geral e específicos, hipóteses e um referencial teórico com as temáticas: desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e sistema de indicadores de sustentabilidade; (II) artigo de revisão bibliográfica referente ao primeiro objetivo específico da pesquisa: Identificar os sistemas de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística e suas contribuições; (III) refere-se ao segundo artigo relacionado com os demais objetivos específicos da tese, como: Selecionar os indicadores de sustentabilidade para atividade turística a partir do contexto local; Apresentar o sistema de indicadores com critérios de análise e as unidades de medidas dos indicadores; Validar o Sistema de Indicadores aplicando no Município de Areia – PB junto aos atores sociais locais; Identificar o nível de sustentabilidade da atividade turística do Roteiro Caminhos do Frio no município de Areia – PB. (IV) refere-se as considerações finais, limitações da pesquisa e as recomendações para futuros trabalhos.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento sustentável traz uma ideia de conscientização quanto ao respeito ao uso dos recursos naturais, bem como a importância da permanência dos mesmos com vista à sustentabilidade. O mesmo apresenta-se como um suporte aplicável a sistemas, envolvendo uma integração de um conjunto de sistemas dinâmicos que mudam constantemente respeitando a capacidade de carga dos ecossistemas e propiciando o seu equilíbrio (SARTORI et al., 2014). Para tanto, observa-se que o desenvolvimento sustentável carrega uma proposta de harmonia do homem com a natureza, na qual os grupos sociais possam ter sua manutenção sem causar prejuízos. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável incentiva a existência de ecossistemas de forma equilibrada com as necessidades humanas. À luz de Martins e Cândido (2008a), a sustentabilidade proporciona condições para a qualidade de vida do meio ambiente, observando os limites e a capacidade de carga dos recursos naturais, como também a qualidade de vida da comunidade local. A relação entre sustentabilidade e qualidade de vida está bem definida, uma vez que a qualidade de vida está relacionada com a qualidade do ambiente.

Diante os problemas ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico posto no período da Revolução Industrial, surge uma preocupação da sociedade em encontrar uma alternativa de um novo modelo de desenvolvimento que minimizasse tais problemáticas. Santos e Cândido (2015) ressaltam que com a constatação dos problemas ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico industrial, surge a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento caracterizado pelo ambientalismo renovado, que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e ainda, manter relações sociais adequadas. Essas relações estão pautadas no respeito aos ciclos da natureza, bem como aos princípios éticos socioambientais.

Essa preocupação com o meio ambiente levou a Comunidade Europeia a pensar na elaboração de um novo desenvolvimento que atendesse as necessidades humanas sem causar impactos sérios ao ambiente. Nesse sentido, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, elaborado pelo Relatório *Brundtland* (1987), em



que o mesmo é compreendido como “um processo de mudança em que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia” (WCDE, 1987). Esse modelo apresenta estratégias de forma que as necessidades humanas sejam atendidas no presente e no futuro. O conceito do desenvolvimento sustentável após sua criação passa a ser difundido dentre as instituições de ensino e empreendimentos econômicos. Segundo Van Bellen (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável obteve um destaque inesperado a partir da década de 1990, sendo um dos termos mais utilizados para conceituar o modelo de desenvolvimento que realmente pode deter as ações predatórias empreendidas pelos homens.

A partir do conceito do Desenvolvimento Sustentável é importante que a atividade turística discuta seus princípios e possa incluí-los nas ações de desenvolvimento. Santos e Cândido (2015) destacam que as atividades econômicas devem atender as orientações que norteiam a sustentabilidade para manter o equilíbrio e a equidade entre as dimensões ambiental, social e econômica, tendo a interação dos diversos atores sociais para o planejamento e a execução de ações que possam contribuir para tal alcance. A atividade turística, como utiliza os recursos naturais e histórico-culturais na sua oferta, precisa incluir em suas ações os princípios da sustentabilidade para não causar impactos negativos.

O desenvolvimento do turismo de forma sustentável busca atender as necessidades dos turistas e da comunidade sem causar prejuízos. Para Sachs (2004), o desenvolvimento na visão da sustentabilidade propicia mais que a multiplicação da riqueza. Nesse contexto, compreende que atividade turística sustentável contribui para o desenvolvimento econômico, sem danos ao meio ambiente.

A relação do turismo com os recursos naturais de forma sustentável precisa adaptar-se aos aspectos da natureza para que a mesma consiga ser resiliente aos impactos causados por suas ações. Yolles e Fink (2014) afirmam que o desenvolvimento sustentável emerge da viabilidade e da capacidade adaptativa dos sistemas e envolve a resiliência dos recursos naturais de absorverem o impacto causado pelo ser humano. Dessa forma, é importante que os atores sociais



envolvidos com o turismo sejam conscientes quanto as suas ações no meio ambiente para não gerar impactos negativos de ordem irreversível.

Na dinâmica da sustentabilidade do turismo é necessário a participação dos atores sociais locais nas tomadas de decisão e no planejamento de todas ações. Andrade (2011) reforça que as relações socioambientais de cada localidade devem ser norteadas pelos princípios da sustentabilidade e da participação da comunidade nas tomadas de decisão em todas as atividades econômicas e o desenvolvimento local sustentável. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável ocorre a partir da compreensão dos princípios de forma prática dentre as atividades econômicas e de transformações concretas.

Nesse contexto, a atividade turística precisa internalizar os princípios sustentáveis e contribuir com a reconstrução de valores em um fluxo sucessivo de necessidades a partir dos desejos da comunidade, propiciando assim uma harmonia entre as ações da atividade turística e o meio ambiente (VIGNATI, 2008). Portanto, a atividade turística deverá contribuir com um desenvolvimento que oriente os anseios das atividades econômicas com a conservação ambiental, buscando reduzir a pobreza e os impactos negativos. Isso exige que os atores sociais e gestores tenham consciência ecológica “para que as gerações futuras tenham condições de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades” (LIRA; CÂNDIDO, 2008, p. 33). Então, se o turismo seguir as orientações da sustentabilidade poderá contribuir de forma significativa com a transformação de uma comunidade e o desenvolvimento sustentável.

Os gestores do turismo e os atores sociais precisam perceber a importância da qualidade do meio ambiente para a qualidade de vida e manutenção da economia. Andrade (2011) considera que para acontecer o desenvolvimento sustentável é necessário manter a qualidade do meio ambiente. Para tanto, como cultura nesse contexto, está a forma através da qual os atores sociais e gestores do turismo lêem o seu contexto local e estabelecem suas relações. A autora ainda ressalta que a leitura sobre a localidade que se vive não poderá ser fechada e centrada numa percepção única e habitual, mas poderá conceber uma irregularidade social diante das ocorrências mais graves que poderão necessitar de mudanças do coletivo. Vários fatores são importantes e devem ser observados e implementados para viabilidade do turismo sustentável, sendo: a compreensão de relação



harmoniosa do meio ambiente com as atividades turísticas, mudanças na forma de pensar e agir de forma coletiva e não esquecer os pilares da sustentabilidade. Pelo exposto, se a atividade turística levar em consideração os princípios da sustentabilidade irá contribuir para uma melhoria na qualidade do ambiente, como também na qualidade de vida da comunidade receptora e ainda conceberá o desenvolvimento do turismo sustentável.

2.2 TURISMO SUSTENTÁVEL

A falta de políticas públicas e incentivos fiscais na agropecuária e na indústria fazem com que muitas localidades comecem a adotar as atividades turísticas como alternativa econômica. De acordo com Zucarato e Sansolo (2006), com o declínio econômico de algumas regiões, o turismo começou a ganhar relevância, tornando-se a principal atividade econômica, o que incentivou a Organização Mundial do Turismo – OMT a perceber a necessidade de desenvolver estratégias, a fim de não só satisfazer o desenvolvimento econômico, mas também respeitar os aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais, tornando-se uma atividade sustentável e viável a longo prazo. Diante da relevância do turismo para o desenvolvimento econômico, a OMT começa a traçar conceitos que possam nortear o seu desenvolvimento de forma sustentável. A OMT (2003) define o turismo sustentável como o que relaciona as necessidades dos turistas com as das comunidades receptoras, defendendo e fortalecendo os anseios para o futuro.

Quando a atividade turística é planejada de forma sustentável torna-se viável também para os próprios empreendedores da área. Abordam Rocha e Zouain (2015), que os empreendedores e atores sociais precisam ter o entendimento que o turismo pode ser considerado uma atividade não só na esfera econômica, mas também política, sociocultural e ambiental, e por isso é importante que seja norteadada pelos conceitos da sustentabilidade, qual seja, o equilíbrio e equidade entre as dimensões social, econômica e ambiental. Nesse sentido, destaca-se a necessidade da compreensão e a inserção desses conceitos de forma ativa nas ações do turismo.

Na atividade turística, vista sob a ótica da sustentabilidade, a tomada de decisão, o planejamento e a execução das ações devem levar em consideração os



aspectos sociais, culturais, ecológicos, biológicos e não apenas o retorno econômico a curto prazo, além de considerar o envolvimento dos atores sociais, iniciativa privada junto com os órgãos públicos responsáveis pela elaboração das estratégias e políticas públicas (SOUZA; FERREIRA, 2011). Nesse contexto, o envolvimento comunitário na gestão do turismo viabiliza o seu desenvolvimento de forma mais sustentável.

A gestão participativa do turismo sustentável propicia a discussão sobre a minimização dos impactos negativos e maximização das ações positivas no turismo, desde o planejamento até a sua execução. Santos e Cândido (2013), ao aplicar a metodologia do SISDTur elaborado por Hanai (2009) no município de Areia, afirmam que planejar e executar a atividade turística levando em consideração os conceitos da sustentabilidade se apresenta como uma oportunidade para todos atores envolvidos, visto que os empreendimentos turísticos têm um compromisso com os *stakeholders* (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, comunidade, Governo, clientes, entre outros). Os autores ainda apontam que o compromisso das empresas com o meio ambiente e o turismo sustentável se concebeu pelas pressões da demanda do consumidor por um turismo responsável, preocupado com as questões ambientais e a ameaça de regulação governamental, que incentivou os empreendimentos turísticos a tomarem um posicionamento ético e responsável.

O turismo sustentável poderá desenvolver uma comunidade em todos os seus aspectos, sem causar impactos negativos de ordem que o meio possa se recuperar. Segundo Silva e Cândido (2016), o turismo sustentável é uma das atividades econômicas que poderá desenvolver uma região de maneira mais holística sem causar problemas socioambientais e culturais. No entanto, é importante refletir sobre os impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais dessa atividade de forma que esses impactos não sejam negativos e busquem medidas mitigadoras para que possa contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Para Sampaio (2001), o turismo sustentável é considerado como uma política de desenvolvimento sócio econômico contínuo a longo prazo e reflete uma estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo da sociedade e do meio ambiente. Esse desenvolvimento econômico e social contínuo proporcionado pelo turismo sustentável somente é possível se os interesses



humanos contribuem com ações sustentáveis. Vale ressaltar ainda que tal turismo é embasado em sete princípios: respeitar a legislação em vigor; garantir os direitos da comunidade; conservar o meio ambiente e a biodiversidade; preservar o patrimônio cultural; incentivar o desenvolvimento social e econômico das comunidades receptoras do turismo; responsabilizar pela a qualidade de produtos e processos; comprometer com a gestão ética responsável (VIGNATI, 2008; ROCHA, 2011). Se respeitados esses sete princípios, as comunidades receptoras do turismo sustentável poderão se desenvolver de forma equilibrada.

O desenvolvimento sustentável do turismo contribui para a gestão de todos os recursos. Segundo Brandão, Barbieri e Reyes Junior (2015), o turismo sustentável satisfaz as necessidades financeiras, socioambientais, a integridade cultural, a diversidade biológica e os sistemas que essenciais de sustentação da vida. Sendo assim, uma atividade muito importante para o desenvolvimento de uma região em crise socioambiental e econômica. Pensar em turismo sustentável é não se preocupar em retorno a curto prazo. Segundo Molina e Rodríguez (2001), o turismo sustentável desenvolve seu planejamento em longo prazo e se utiliza de indicadores para mensurar e monitorar as ações que envolvem as dimensões econômica, ambiental e sociocultural da comunidade receptora. Os autores ainda afirmam que o planejamento amplo e sustentável do turismo, constituem instrumentos para alcançar elevado grau de desenvolvimento econômico e social, e deve levar em consideração as características socioambientais e culturais locais.

Sendo assim, a implementação das ações de turismo sustentável em uma região deve estar em consonância com as políticas públicas de desenvolvimento. Ashton (2009) ressalta que a sustentabilidade provém das políticas públicas, organizadas pelos gestores públicos, mas também de decisões dos atores sociais. Nesse sentido, as políticas públicas do turismo sustentável devem ser planejadas e implementadas de forma participativa. O desenvolvimento sustentável do turismo propicia melhor rentabilidade com menores custos socioambientais e operacionais. Camargo et. al (2001) destacam que as ações sustentáveis do turismo não só originam capital para os empreendimentos turísticos, como também proporcionam a geração de emprego e renda para a população local, além de contribuírem com a proteção do meio ambiente e dos aspectos culturais. Outro aspecto importante é que o turismo sustentável orienta a utilização dos recursos para formação de seu produto

de forma ética e respeitosa. Borges, Ferraz e Borges (2015) afirmam que o turismo sustentável utiliza os recursos naturais e culturais para o seu desenvolvimento sem comprometer a capacidade de carga de seus insumos. Dessa forma, o turismo também começa a se preocupar com a longevidade de sua atividade, uma vez que se preocupa com a utilização correta dos insumos na formação de seu produto, possibilitando também a sua renovação e continuidade.

É importante deixar claro para os empreendedores que a atividade turística envolve os setores primário, secundário, terciário da economia e os aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos de uma comunidade no seu desenvolvimento, e se faz necessário que os indicadores de todos os setores sejam inseridos na análise da sustentabilidade turística de uma localidade. Apesar de utilizar muitos dos recursos naturais na formação de seu produto e por ser uma atividade impactante, não foi contemplada dentre as discussões do conceito de desenvolvimento sustentável. Porém, a partir da Eco 92 os ambientalistas começam a perceber a importância de discutir a atividade turística na elaboração dos indicadores de sustentabilidade, propondo assim que as ações do turismo fossem analisadas a partir de um conjunto de indicadores que avaliasse o impacto do turismo na dimensão ambiental.

A ideologia do turismo sustentável deve ser adaptada de forma pragmática em todas regiões. Para Hunter (1997), o turismo sustentável deve ser concebido como um modelo adaptável capaz de combinar com as diferentes características regionais e articular diferentes intenções de uso dos recursos naturais, procurando mensurar os impactos das atividades turísticas por meio de indicadores de sustentabilidade.

2.3 SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Para elaboração e seleção dos indicadores de sustentabilidade no sentido de avaliar o nível de sustentabilidade de uma região ou comunidade é importante considerar as características do local. Segundo Zucarato e Sansolo (2006), os resultados das informações dos indicadores variam de acordo com as características de cada região e a necessidade de cada grupo social. Os indicadores quando selecionados em consonância com o contexto local, há uma maior possibilidade de



ter uma avaliação mais fidedigna em relação ao nível de sustentabilidade da atividade. O turismo deve ser avaliado e acompanhado para observar se o mesmo encontra-se no caminho da sustentabilidade.

Silva e Cândido (2016) apresentam que nas atividades econômicas há uma necessidade prioritária de investigar cientificamente procedimentos e indicadores para mensurar as ações do desenvolvimento do turismo, e propiciar a elaboração de técnicas científicas para a sua aferição. A medição do nível de sustentabilidade da atividade turística contribui para auxiliar as tomadas de decisão e o gerenciamento sustentável do turismo. A utilização dos indicadores não apenas busca mensurar os impactos da atividade econômica, mas também identifica as estratégias e as ações que minimizem os prováveis impactos negativos relacionados com o desenvolvimento da atividade turística.

A avaliação do nível de sustentabilidade do turismo, inicialmente só considerava a dimensão ambiental, porém a atividade envolve todos os setores da economia e os aspectos de uma comunidade receptora. Posteriormente, começa a se perceber a importância de inserir indicadores sociais e econômicos a serem avaliados na atividade turística, no sentido de obter uma análise mais ampla dos impactos da atividade. Nesse contexto, Marnika, Christodoulou e Xenidis (2015) apresentam três classes de indicadores que são os pilares do desenvolvimento sustentável, no sentido de mensurar os parâmetros de uma atividade turística que podem afetar áreas protegidas.

O uso de indicadores de sustentabilidade na atividade turística pode evitar impactos negativos ao meio ambiente. Bañon Gomis et al. (2011) abordam que alguns problemas ambientais estão ligados ao modo comum de agir. Nessa perspectiva as pessoas devem buscar evitar impactos negativos para meio ambiente, a sociedade e a economia, nesse sentido os indicadores de sustentabilidade podem alertar como obter uma relação de harmonia que proporcione uma vida promissora do desenvolvimento em todas as esferas.

Nesse contexto, os indicadores contribuem para o desenvolvimento humano, uma vez possibilitam ao homem refletir suas ações. Para Barter e Russel (2012) os indicadores corroboram para a melhoria do crescimento humano, em nível de qualidade de vida humana e ambiental, pois os resultados estão ligados diretamente ao ser humano e ao bem estar. A atividade turística causa impactos positivos e



negativos por se relacionar com várias outras atividades econômicas. Segundo Mowforth (1998), as atividades turísticas sustentáveis incentivam o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Para tanto, é necessário que a seleção dos indicadores para analisar o nível de sustentabilidade do turismo contemple todas as dimensões.

Os destinos turísticos precisam ser avaliados constantemente e devem se implementadas estratégias que possam garantir sua continuidade de forma sustentável. Nessa perspectiva, Bluter (1999) considera que o ciclo de vida das localidades turísticas que não tiverem uma avaliação contínua de melhorias poderá inviabilizar a atividade a longo prazo. Pensar em um turismo a longo prazo é preocupar-se com a manutenção dos empreendimentos e a continuidade dos recursos. Nesse sentido, o uso de indicadores poderá auxiliar no planejamento a longo prazo das comunidades receptoras do turismo. Santos e Cândido (2018) apontam que os indicadores compreendem uma parte fundamental para o planejamento e a gestão dos destinos turísticos, proporcionando uma visão holística de todas as ações e dimensões com vista a continuidade do destino e a rentabilidade a longo prazo.

Os indicadores são úteis na elaboração de diagnóstico da realidade, deixando claro informações complexas e as relações do homem com toda atividade. Segundo Hanai e Espíndola (2011), os indicadores apontam os atributos relevantes de um sistema, deixando claro as complexas relações entre as diferentes variáveis envolvidas num fenômeno específico, tornando as informações visíveis ou perceptíveis. O autor ainda ressalta que os indicadores são valiosos e ferramentas úteis para auxiliar nas tomadas de decisão em gestão, desenvolvimento e monitoramento de políticas de desenvolvimento sustentável.

Os indicadores também são utilizados em avaliação de nível global. Para Gallopín (1997, p. 1) são elementos necessários na avaliação global das melhorias com vistas ao desenvolvimento sustentável, pois os indicadores sugerem estados desejados para o futuro em todas as escalas, global, regional e local.

Nesse sentido, os indicadores fornecem informações importantes para as tomadas de decisão. Meadows (1998) assinala que os indicadores são itens que fornecem informações valiosas para a compreensão do diagnóstico que norteia as



tomadas de decisão, e a elaboração do planejamento de estratégias e de ações de melhorias.

Além do simples processo de mensuração de dados, os indicadores incentivam a compreensão da relação das atividades econômicas com o meio ambiente e os seus impactos. Reed, Fraser e Dougill (2006) reforçam que os indicadores de sustentabilidade podem impulsionar a percepção dos problemas sociais e ambientais, e possibilitam que a comunidade tenha capacidade para traçar ações e dirigir políticas e projetos de desenvolvimento sustentável.

Como o turismo é uma atividade impactante e dinâmica, se relacionando de forma ampla com todos aspectos de uma região, é importante que seja realizado seu monitoramento contínuo para minimizar ações negativas ao meio. Segundo Hanai e Espíndola (2011), com o uso de indicadores é possível realizar o acompanhamento contínuo e consistente das transformações do desenvolvimento do turismo ao longo do tempo numa comunidade. O autor ainda ressalta que os indicadores servem não apenas para informar sobre a situação do processo de desenvolvimento do turismo, mas permitem também verificar se os objetivos da sustentabilidade estão sendo atingidos.

A mensuração do desenvolvimento sustentável do turismo deverá ocorrer de forma contínua em intervalos de tempo que possam ter um acompanhamento efetivo. Gallopín (1997) concorda que a mensuração da sustentabilidade não pode ser vista somente em um momento, mas sim como avaliação integrada ao longo do tempo para gerar informações, capazes de mostrar tendências, em diferentes escalas de tempo.

Os indicadores de sustentabilidade apresentam importantes parâmetro sobre a realidade das dimensões da sustentabilidade em relação a atividade turística. Segundo Silva et al. (2012), os indicadores de sustentabilidade são importantes parâmetros para apresentar a realidade, dentro de um contexto complexo, tendo como intenção fornecer informações necessárias para a tomada de decisão.

Para avaliar o desenvolvimento sustentável em diferentes escalas e espaços, é indicado o uso de indicadores de sustentabilidade que sintetizem as informações. Herculano, Lira e Cândido (2008) apontam que os indicadores de sustentabilidade podem ser adotados como relevante ferramenta na avaliação do desenvolvimento sustentável em espaços de diferentes escalas, direcionando



respostas que auxiliem nas tomadas de decisão e implementação das políticas que propiciem o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, observa-se que o turismo poderá ser uma atividade que poderá contribuir com o desenvolvimento local sustentável, porém é necessário que seja planejado de forma participativa, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e avaliado continuamente pelos indicadores de sustentabilidade, considerando as características locais e todas as dimensões que se relacionam com o turismo.

3 SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE AREIA-PB

O produto turístico é formado pelos atrativos naturais e histórico-culturais, junto com os setores primário e secundário da economia. Nesse sentido, observa-se que a atividade turística utiliza os recursos naturais na base de seu produto, seja como atrativo ou para atender as necessidades básicas dos turistas, para tanto é importante que essa a atividade seja planejada e organizada segundo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Para acompanhar o desenvolvimento sustentável do turismo é importante a utilização de sistema de indicadores de sustentabilidade. Com os crescentes impactos causados pelo turismo, a partir da ECO 92 surgem os sistemas de indicadores de sustentabilidade voltados para a atividade turística, com o objetivo de mensurar o nível de sustentabilidade da atividade, bem como apontar estados desejados para o futuro (CARLA, 2018). Nesse contexto, os sistemas devem buscar avaliar os impactos da atividade de forma holística, contemplando as dimensões: ambiental, social, cultural, política institucional, econômica, infraestrutura turística e setores operacionais do turismo. Assim, pode-se ter uma visão ampla das relações do turismo, bem como os impactos negativos e positivos dessas relações.

Vale ainda ressaltar a importância da participação dos atores sociais locais em todo processo de utilização de um sistema de indicadores de sustentabilidade, até a ponderação dos resultados. Esse processo democrático participativo contribui para uma gestão participativa e ao mesmo tempo um maior envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão, planejamento, definição das políticas públicas e uma gestão participativa que melhor contribua para o desenvolvimento sustentável do turismo local (LACERDA, 2011).

Nesse contexto, por meio dos indicadores de sustentabilidade desenvolvidos de forma participativa é possível acompanhar as mudanças ocorridas em uma determinada comunidade receptora da atividade turística durante todo o período de tempo e de forma contínua (UNEP/WTO, 2005). Os indicadores de sustentabilidade aplicados de forma democrática tornam-se benéficos em vários aspectos da atividade turística: apresenta um diagnóstico da atual situação da atividade, possibilidade uma estimativa da ocupação em função da sazonalidade, possibilita a identificação de impactos gerados pelo turismo em todas as dimensões, permite a

identificação de políticas públicas existentes e as políticas que precisam ser implementadas ou fortalecidas para propiciar o desenvolvimento sustentável do turismo.

No entanto, o uso dos indicadores de sustentabilidade de forma participativa na atividade turística é um desafio, pois precisam ser desenvolvidos e aplicados de forma dinâmica, compreendendo as características locais, as dimensões da sustentabilidade que se relacionam com o turismo e a sintetização de maneira simples de toda complexidade de informação em um índice de forma clara, para que todos possam perceber o nível de sustentabilidade da atividade turística numa determinada localidade.

Ante ao exposto, este capítulo buscou cumprir os seguintes objetivos específicos: selecionar os indicadores de sustentabilidade para atividade turística a partir do contexto local; apresentar o sistema de indicadores com os respectivos critérios de análise e as unidades de medida dos indicadores; validar o Sistema de Indicadores aplicando no Município de Areia – PB, junto aos atores sociais locais; identificar o nível de sustentabilidade da atividade turística do Roteiro Caminhos do Frio no município de Areia – PB.

O Roteiro Caminhos do Frio ocorre na Micro Região do Brejo Paraibano e compreende nove municípios: Bananeiras, Pilões, Solânea, Areia, Alagoa Grande, Remígio, Matinhas, Serraria e Alagoa Nova. O mesmo se desenvolve no período do inverno e parte da primavera, correspondendo aos meses julho a setembro de cada ano.

A pesquisa foi desenvolvida no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019, e se caracterizou como metodológica, exploratória e descritiva, embasada em uma pesquisa de campo, com a abordagem quali-quantitativa e observação não participante. Nesse contexto, traz como contribuição social o incentivo da participação dos atores sociais em toda gestão turística local, desde a elaboração dos sistemas de indicadores de sustentabilidade até a ponderação, e a identificação do nível de sustentabilidade que pode nortear as tomadas de decisão de forma coletiva. Como contribuição científica tem-se um sistema de indicadores de sustentabilidade para atividade turística elaborado a partir das características sociais, ambientais, culturais e turísticas da região, para contribuir com a gestão da atividade turística de forma sustentável.



A adoção de indicadores de sustentabilidade contribui de forma significativa para o desenvolvimento sustentável do turismo de uma localidade, porém é importante que os mesmos levem em consideração todas as dimensões que a atividade turística se relaciona, bem como as características locais e a participação dos atores sociais na formulação dos indicadores. Assim, os resultados podem ser mais fidedignos e de maior aceitabilidade pela comunidade local para nortear as políticas públicas.

3.1 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA

Os indicadores de Sustentabilidade trazem informações complexas do turismo que contribuam para que os atores envolvidos no processo possam compreender e tomar decisões sobre a realidade. Um indicador contribui para que as informações sobre a atividade turística sejam unificadas, proporcionando uma maior compreensão e sendo mais entendida e quantificável (SANCHES; SCHMIDT, 2016).

Para uma melhor análise do nível de sustentabilidade da atividade turística é interessante compreender também o seu processo de desenvolvimento, como é planejado, como são tomadas as decisões e se existe a participação dos atores locais nesse processo. Nesse sentido, Cândido (2004) ressalta que os indicadores facilitam a compreensão ordenada das etapas de construção, envolvendo desde os aspectos sociais, econômicos, políticos, até os institucionais.

Nesse sentido, a participação dos atores sociais em todo processo é um desafio, pois os indicadores poderão sofrer alterações a partir do que conhece sobre sua realidade e acham o que é melhor avaliar. Santos (2013) destaca que para avaliar uma localidade a partir de um modelo de indicadores já existentes é importante ser flexível quanto a participação dos atores sociais, para buscar fazer as adaptações de acordo com o conhecimento dos mesmos sobre a realidade, bem como as características locais.

As avaliações realizadas a partir de modelos já existentes se tornam frágeis na maioria das vezes, por alguns indicadores precisarem ser adaptados à realidade local. Gallopin (2003) aponta que quando for realizada uma avaliação do nível de sustentabilidade de uma atividade turística a partir de um modelo existente é

necessário adaptar os indicadores e levar em consideração as escolhas, os anseios e projetos da comunidade, considerando ainda sua diversidade cultural, social, econômica e ambiental.

Nessa perspectiva, o incentivo aos atores sociais para participar do processo de desenvolvimento do turismo e na identificação do nível de sustentabilidade contribui para que os mesmos possam adotar práticas mais sustentáveis. Para o Ministério do Turismo (MTUR, 2018), adotar práticas sustentáveis com a participação da comunidade anfitriã no desenvolvimento do turismo é um dos principais princípios éticos que contribuem para o desenvolvimento sustentável local, propiciando assim uma melhor rentabilidade, sem prejudicar os aspectos ambientais, sociais e culturais. Dessa forma, tem-se um desenvolvimento contínuo do turismo com o lucro a longo prazo e ao mesmo tempo a manutenção do nível de sustentabilidade e o desenvolvimento local.

Além da importância da participação dos atores sociais em todo processo do desenvolvimento sustentável do turismo, é necessário conhecer a atividade para ter uma visão ampla de seus impactos. Nesse contexto Elavai et al. (2005) apontam que quando for mensurar o nível de sustentabilidade do turismo em uma região é relevante que os indicadores sejam elaborados contemplando todas as dimensões, considerando também os impactos causados pela infraestrutura turística e todo leque de atividades que se entrelaçam com o meio ambiente e com o meio sociocultural.

Dessa maneira, é relevante que os atores envolvidos no processo de mensuração da sustentabilidade do turismo, conheçam os princípios da sustentabilidade, os indicadores, os parâmetros de análise e toda forma de aplicação do sistema de indicadores. Martins e Cândido (2008a) apontam que é importante os atores sociais conhecerem como os parâmetros de investigação do nível de sustentabilidade em uma comunidade são estabelecidos ou adaptados à realidade local. Assim, é importante adotar métodos educativos para o desenvolvimento sustentável no sentido de facilitar o conhecimento sobre suas ações.

Convém lembrar que quando se tem uma visão holística da realidade do turismo em uma localidade torna-se mais fácil tomar decisões sobre os problemas, e elaborar estratégias para a solução. Monjardino (2009) aborda que os indicadores

ajudam a gestão da atividade turística em solucionar problemas, uma vez que os mesmos elaboram diagnóstico com informações complexas sobre uma realidade. Assim, percebe-se que os gestores do turismo e a comunidade local, tendo em mãos as informações sobre o contexto do turismo, podem tomar as decisões corretas para minimizar os impactos negativos.

Na elaboração dos indicadores é necessário observar que os mesmos precisam estar em sintonia com os demais. Para Prescott-Allen (2001), deve existir uma interação entre os indicadores, pois isolados não são capazes de refletir a realidade da sustentabilidade. É preciso fazer uma correlação entre as dimensões com a sustentabilidade e dos indicadores entre si para existir uma conexão de complementaridade na definição do nível de sustentabilidade.

Os sistemas de indicadores de sustentabilidade quando elaborados de forma criteriosa em consonância com as características locais e a participação dos atores sociais, tornam-se instrumentos de gestão para a atividade turística de uma comunidade. Para Devuyst (2001), a avaliação da sustentabilidade da atividade turística com participação comunitária é uma ferramenta que contribui para as tomadas de decisão dos elaboradores de políticas públicas, que podem deliberar sobre atividades que devem e não devem ser implementadas, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do turismo.

Nessa perspectiva, observa-se que a finalidade de mensurar o nível de sustentabilidade da atividade turística com a participação dos atores sociais e o poder público, consiste em assegurar o desenvolvimento das ações que contribuem para o desenvolvimento turístico de maneira sustentável. Para Pope et al. (2004), o objetivo de analisar a sustentabilidade do turismo com todos que são envolvidos no processo é de garantir que as políticas públicas sejam elaboradas e implementadas com vistas ao turismo sustentável.

Quando os atores sociais participam de todo processo, eles passam a ter o conhecimento de forma ampla de como incorporar os princípios da sustentabilidade em suas atividades. APA (2007) aborda que a intenção de analisar a sustentabilidade de forma holística, é de aproximar a sustentabilidade de todas atividades econômicas. Observa-se que um dos desafios para o desenvolvimento sustentável do turismo é tornar pragmáticas as suas ações sustentáveis.

Quando o turismo é planejado e desenvolvido de forma sustentável traz vários benefícios para a comunidade anfitriã. Nesse contexto, Oreja et al. (2008) afirmam que o turismo sustentável gera muitas oportunidades positivas para uma região, como geração de emprego, renda, novas infraestruturas, oportunidades de lazer, e desenvolvimento socioambiental equilibrado. O turismo sustentável também propicia uma melhor qualidade para o ambiente, conseqüentemente uma melhor qualidade de vida.

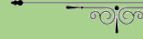
O uso dos indicadores pode mostrar também se o desenvolvimento econômico não está afetando o meio ambiente e se está sendo acessível a todos envolvidos com a atividade turística. Para Royle (2001), uma maior oferta de emprego gerada pela atividade turística para a população de uma região poderá ser um forte incentivo para reter as pessoas em suas localidades. Desse modo a distribuição igualitária de renda pela atividade turística em uma região norteadas pelos indicadores poderá contribuir para minimizar a migração dos habitantes para outras regiões em busca de melhores oportunidades de emprego.

Assim, os indicadores, além de nortear o desenvolvimento econômico, também orientam as ações para preservar o meio ambiente. Hassan, Scholes e Ash (2005) afirmam que a avaliação do turismo com base nos indicadores de sustentabilidade possui um grande potencial para a preservação da biodiversidade e para orientar a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável.

O contexto teórico dos indicadores de sustentabilidade precisa ser colocado em prática nas análises da atividade turística. Meadows (1994) aborda que não só basta elaborar ações de turismo sustentável, é preciso implementar e analisar se o desenvolvimento sustentável está realmente acontecendo. O autor ainda ressalta que essa análise deve ser realizada com a participação do coletivo local e considerando todas as especificidades dos sistemas de indicadores.

É importante que os indicadores de sustentabilidade possam contribuir para que os princípios do desenvolvimento sustentável do turismo ocorram de forma prática dentre as ações e dos empreendimentos. Segundo Moran et al. (2008), os indicadores de sustentabilidade na mensuração são importantes para que o conceito do desenvolvimento sustentável se torne operacional.

Para operacionalizar as ações do turismo de forma sustentável é interessante também conhecer as interfaces que a atividade turística faz com os



setores econômicos e o meio que está inserido. Filetto e Macedo (2015) ressaltam que um sistema de indicadores para avaliar a sustentabilidade do turismo ou o quanto se desenvolve voltado a ela, precisa conhecer a atividade turística como um intermediador, para o desenvolvimento social, cultural, ambiental, espacial, econômico e político.

A adoção de um conjunto de indicadores para avaliar o nível de sustentabilidade da atividade turística que não seja elaborado de acordo com o contexto local, pode deixar os resultados frágeis. Filetto (2007) menciona que não é adequado mensurar o desenvolvimento sustentável do turismo de uma região utilizando um sistema de outra região. Pois percebe que as realidades são diferentes e o resultado não será fidedigno.

É importante que seja considerado na elaboração dos indicadores a leitura do local pelos atores sociais que nele estão inseridos. Marzall (1999) aborda que os atores sociais sabem fazer uma leitura mais específica sobre sua realidade. E ainda ressalta que esses atores, conhecendo melhor a definição da sustentabilidade, irão conseguir também fazer a leitura dos indicadores que estarão avaliando.

Ao debater sobre indicadores, é importante que eles sejam elaborados e mensurados por todas as partes envolvidas. Nesse sentido, os atores sociais devem unir os interesses ambientais e do turismo, contemplando o uso de indicadores ambientais, econômicos, socioculturais e de gestão para analisar se o desenvolvimento participativo do turismo e a sustentabilidade da atividade, estão acontecendo de forma concreta.

Para este estudo os indicadores foram elaborados com base nas características, sociais, ambientais, culturais, econômicas e turísticas locais. Esse conjunto de indicadores foi ponderado com a participação dos atores sociais locais e teve abrangência e profundidade, de maneira que foi possível realizar uma avaliação de qualidade acerca do nível de sustentabilidade do município de Areia, como parte do Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

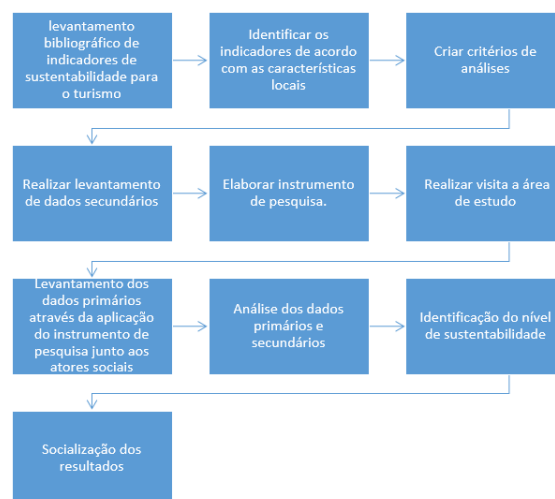
A pesquisa se desenvolveu como um estudo de caso, com observação não participante. Teve característica metodológica e descritiva, com abordagem quali-quantitativa. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas visitas de campo

no município de Areia, com o intuito de levantar os dados primários e secundários sobre os indicadores de sustentabilidade da atividade turística local. Assim, os procedimentos utilizados foram os seguintes:

- a) Realização de levantamento bibliográfico sobre os sistemas de indicadores de sustentabilidade para atividade turística e suas contribuições;
- b) Realização de um levantamento dos aspectos ambientais, geográficos, socioculturais, econômicos e turísticos do *Roteiro Caminhos do Frio* no Brejo Paraibano, especificamente sobre a cidade de Areia, para nortear a elaboração do Sistema de Indicadores;
- c) Elaboração do sistema de indicadores de sustentabilidade para atividade turística a partir dos aspectos sociais, culturais e ambientais locais;
- d) Definição dos critérios de análise e das unidades de medida;
- e) Elaboração do instrumento de pesquisa;
- f) Realização de visitas na área de estudo;
- g) Identificação dos atores sociais locais;
- h) Aplicação dos indicadores junto aos atores sociais locais;
- i) Identificação do nível de sustentabilidade.

Para melhor compreensão, são apresentadas na Figura 1 as etapas do Percurso Metodológico:

Figura 1 – Percurso Metodológico



Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2019).



- a) **Levantamento Bibliográfico de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo** – foi feito levantamento de trabalhos científicos sobre os indicadores de sustentabilidade para a atividade turística, a partir das bases Scielo e Capes, no intuito de nortear a pesquisa;
- b) **Identificação dos indicadores de acordo com as características locais** – nesse sentido, primeiro foi realizado um levanto bibliográfico e documental sobre as características sociais, ambientais, culturais e turísticas da região, para logo em seguida identificar os indicadores com base nessas características;
- c) **Criação dos critérios de análise** – para aplicação dos indicadores foram elaborados, descrição, objetivo, justificativa, parâmetro de medição, forma de medição, tipo de unidade de medida e critério de análise de cada um dos indicadores, levando em consideração as informações locais;
- d) **Realização do levantamento de dados secundários** – o levantamento dos dados secundários foi feito para fundamentar melhor os resultados dos dados primários;
- e) **Elaboração do instrumento de pesquisa** – o instrumento de pesquisa foi elaborado de forma simples e clara em formato de questionário fechado com as sugestões dos níveis de sustentabilidade que os atores sociais responderam atribuindo notas de 0 a 10;
- f) **Realização de visita a área de estudo** - – foram realizadas visitas a área de estudo (no período de 20 de dezembro de 2018 a 01 de fevereiro de 2019), utilizando a observação não participante, para conhecer o *trade* turístico e os atores sociais;
- g) **Levantamento dos dados primários através da aplicação do instrumento de pesquisa** – os dados primários foram levantados com a aplicação do instrumento de pesquisa, através da técnica bola de neve, junto ao *trade* turístico e aos atores sociais;
- h) **Análise dos dados primários e secundários** – os dados foram analisados utilizando-se um índice, proposto por Ferreira et al. (2012), que foi aplicado da seguinte forma: foi calculada a média aritmética dos indicadores, menos a menor nota atribuída a esses indicadores, dividido pela maior nota, menos a menor nota atribuída aos indicadores;

- i) **Identificação do nível de sustentabilidade** – a identificação do nível de sustentabilidade da atividade turística foi realizada através da porcentagem do número de indicadores e dimensões sustentáveis;
- j) **Socialização dos resultados** – o resultado final será socializado junto a todos que participaram da pesquisa, através de seminários e palestras.

4.1 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Os procedimentos éticos atenderam as normas da Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do sistema de Comitê de Ética e Pesquisa – CEP-CONEP, deliberados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), através do parecer do processo nº 3.035.011.

4.2 DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

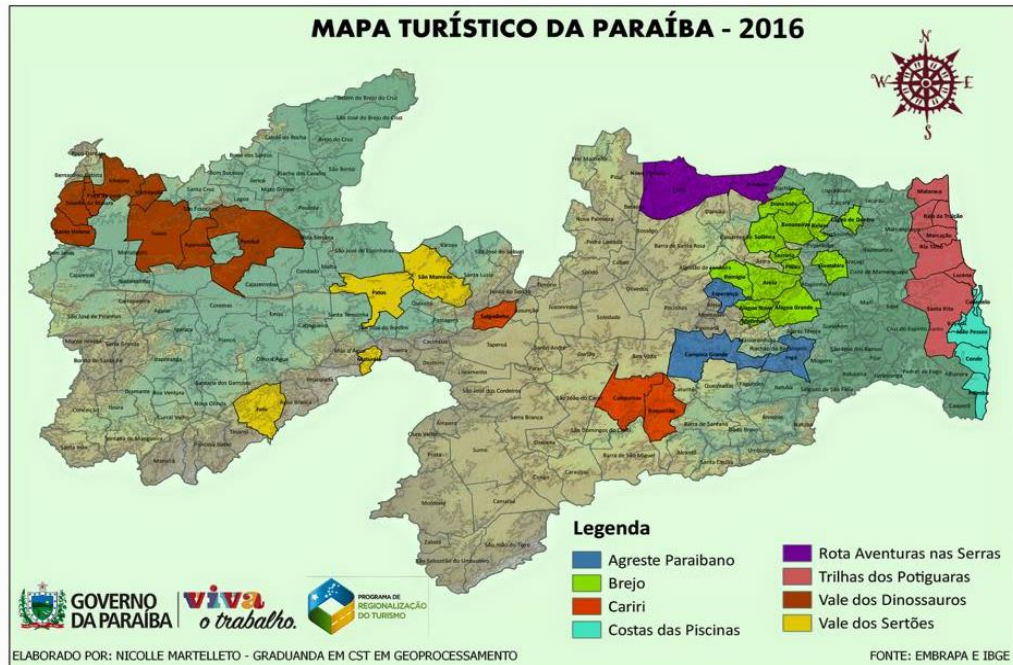
A pesquisa foi validada no *Roteiro Caminhos do Frio* no Brejo Paraibano, formado por nove municípios que compõem o Universo da pesquisa, que são: Bananeiras, Pilões, Solânea, Areia, Alagoa Grande, Remígio, Matinhas, Serraria e Alagoa Nova. Esse roteiro busca aproveitar de forma integrada o clima frio da Serra da Borborema, as potencialidades culturais, a gastronomia e as trilhas ecológicas. Dentre esses nove municípios que fazem parte desse roteiro, foi escolhido como amostra o município de Areia para aplicação do Sistema de Indicadores, sendo sujeitos da pesquisa 18 atores sociais que compõem o trade turístico, por meio da técnica de pesquisa denominada bola de neve.

O município de Areia está localizado no Planalto da Borborema, distante 120 Km da capital, João Pessoa. O mesmo tem uma área de 266,596 Km², uma população de 22.940 hab., e sua densidade demográfica é de 88,42 hab./Km². A atividade econômica local está ligada diretamente ao turismo, agroindústria e agropecuária.

O município apresenta um clima agradável, e um cenário natural formado por belas paisagens. Também é conhecido como terra da cultura, onde se encontra um patrimônio inestimável de acervo cultural e arquitetônico. Areia sedia o primeiro teatro construído no Estado da Paraíba, o Minerva, datado de 1859.

O mapa apresentado na Figura 2 mostra a localização de cada uma das Regiões Turísticas da Paraíba, bem como os municípios que fazem parte do *Roteiro Caminhos do Frio*.

Figura 2 – Mapa Turístico da Paraíba



Fonte: Governo do Estado da Paraíba (2016).

4.3 DIMENSÕES E OS INDICADORES QUE NORTEARAM A PESQUISA

As dimensões e os indicadores apresentados nesta pesquisa tiveram como marco orientador as características ambientais, sociais, culturais, econômicas, políticas, institucionais, de serviços turísticos e de infraestrutura turística do Roteiro Caminhos do Frio, considerando ainda relatórios municipais, estaduais, do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, etc.

Também teve como base alguns sistemas de indicadores de sustentabilidade elaborados de forma global e outros que foram desenvolvidos para a atividade turística como Hanai (2009); Indicadores Relevantes para Avaliação de Turismo Sustentável do Município de Guajará-Mirim (RO) – (OLIVEIRA; SIEN, 2009); Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro e as Propostas de Indicadores de Sustentabilidade – (MTUR, 2017); Pressure-State-Response (Pressão, Estado e Resposta) – OECD (Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Econômico, 2002); Ecological Footprint – Pegada ecológica – (VAN BELLEN, 2006); Desempenho de Indicadores de Sustentabilidade na Atividade de Turismo Rural no Distrito Federal: O Caso dos Hotéis-Fazenda – (GOMES et al., 2005); Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD; Um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para um destino turístico: O Caso de Pineda de Mar (Barcelona Espanha) – (ARRANDA TORRENTS, 2003).

Diante o exposto, buscou-se elaborar um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para atividade turística com as seguintes dimensões: ambiental, social, cultural, política, institucional, econômica, de serviços turísticos e de infraestrutura turística. Para cada dimensão, foi selecionado um conjunto de indicadores, com descrição, objetivos, justificativa, parâmetro de medição, forma de medição, tipo unidade de medida e critérios de análise.

O *indicador* retrata a situação atual e pode ser usado para propor melhorias e sugestões para o futuro. A *descrição* consiste no detalhamento do que representa o indicador. A *justificativa* apresenta a importância do indicador. O *parâmetro de análise* mostra o que deve ser levado em consideração para análise do indicador. A *Forma de medição* mostra como o indicador deve ser mensurado. Os *Critérios de análise* definem se o indicador é sustentável ou insustentável; e por fim os *Critérios de Inclusão e Exclusão dos indicadores*. A inclusão é considerada quando há a permanência do indicador nos últimos 03 (três) anos nos relatórios de análise da atividade turística, elaborados pela PBTUR/EMBRATUR, quando é confirmada em conversas informais com a população local e quando o indicador existe no Atlas do desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD. A exclusão é considerada pela pouca permanência do indicador nos relatórios de análise da atividade turística nos últimos 03 (três) anos, a não existência no Atlas do desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD, como também a pouca relevância apresentada em conversas informais com a população local. No Quadro 3 é apresentado o quadro geral das dimensões e dos indicadores.

Quadro 3 – Dimensões e indicadores

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70 – 1.0	
Ambiental	Consumo de água no período do Roteiro Caminhos do Frio não afeta o consumo local				
	Saneamento básico				

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO PARAIBANO

Cícero De Sousa Lacerda | Eduardo Rodrigues Viana De Lima | Maria de Fátima Martins



Quadro 3 – Dimensões e indicadores

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70 – 1.0	
	Reuso de águas para serviços de limpeza e jardinagem				
	Coleta de lixo regular no período do Roteiro Caminhos do Frio				
	Programa de reciclagem				
	Educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico e sustentável				
	Destino final correto das águas residuárias e tratamento de esgotos				
	Preocupação para não causar impacto ambiental no percurso das trilhas				
	Licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos empreendimentos turísticos				
	Controle da poluição visual, sonora e do ar no período do Roteiro Caminhos do Frio				
	Uso de energias renováveis nos equipamentos turísticos				
	Tecnologia que reduz o consumo de energia				
Social	Os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais				
	Iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo				
	Atuação de instituições com cursos de qualificação nas áreas do turismo				
	Os empregos fixos são em maior quantidade do que os temporários no setor turístico				
	A população local é satisfeita com o turismo				
	A segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio				
	A atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população				
	O aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local				
Os serviços turísticos são ofertados apenas por pessoas da comunidade					
Os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e benefícios sociais					

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO PARAIBANO

Cícero De Sousa Lacerda | Eduardo Rodrigues Viana De Lima | Maria de Fátima Martins



Quadro 3 – Dimensões e indicadores

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70 – 1.0	
	Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes				
Cultural	Associação de artesãos e programa de fortalecimento da produção do artesanato típico local				
	Boa quantidade de bens patrimoniais preservados				
	Boa quantidade de eventos culturais				
	Atos de vandalismo praticados em objetos de valor cultural durante o Roteiro Caminhos do Frio				
	Respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos				
	Presença de museus, bibliotecas, teatros, etc.				
	Preservação da gastronomia típica local				
	Preservação das crenças religiosas, mitos e superstições				
	Preservação das músicas tradicionais e danças folclóricas				
	Presença de violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas				
	Preservação dos roteiros culturais religiosos e gastronômicos				
	Fazendas modelo de produção e processos produtivos de transformação agropecuária				
Econômica	A atividade turística gera renda e emprego para a população local				
	Os estabelecimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados				
	Os investimentos anuais em turismo são equilibrados				
	Os produtos e insumos para atendimento dos serviços turísticos são comprados aos moradores locais				
	Política para minimizar a sazonalidade da atividade turística				
	Os empreendedores dos serviços turísticos buscam qualificação sobre gestão financeira				

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO PARAIBANO

Cícero De Sousa Lacerda | Eduardo Rodrigues Viana De Lima | Maria de Fátima Martins



Quadro 3 – Dimensões e indicadores

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70 – 1.0	
	Os preços dos serviços turísticos são cobrados de acordo com a capacidade econômica dos moradores locais				
	Preços acessíveis dos insumos e produtos locais				
Política Institucional	Participação do <i>trade</i> turístico nas tomadas de decisão				
	Socialização das decisões sobre o desenvolvimento turístico				
	Órgãos públicos específicos para o turismo				
	Plano Municipal de Turismo				
	Integração do plano de desenvolvimento do turismo com o plano de gestão ambiental				
	Programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados e Países				
	Linhas de crédito disponíveis para investimentos turísticos				
Serviços Turísticos	Os serviços turísticos são suficientes				
	Os serviços turísticos são poluentes				
	Os serviços turísticos praticam políticas sustentáveis				
	Gestores e colaboradores dos serviços turísticos são qualificados				
Infraestrutura Turística	Medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura turística				
	Infraestrutura de acesso rodoviário no roteiro Caminhos do Frio				
	As estradas são pavimentadas ou em terraplanagem				
	Acesso de infraestrutura de aeroporto				
	As estradas são sinalizadas				
	A iluminação é suficiente nos atrativos turísticos				
	Instalações do comércio e fornecedores atendem à demanda dos empreendimentos turísticos				

Quadro 3 – Dimensões e indicadores

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70 – 1.0	
	A qualidade dos insumos e produtos locais, e prazo de entrega atendem as necessidades				
	Os empreendimentos turísticos apresentam acessibilidade				

Fonte: Dados da Pesquisa/ Lacerda (2019).

4.3.1 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental busca mensurar os impactos da atividade turística e sua afinidade com o meio ambiente no Roteiro Caminhos do Frio, como também procura nortear as políticas públicas pertinentes ao turismo e ao desenvolvimento sustentável. Os indicadores dessa dimensão têm o objetivo de colaborar para o desenvolvimento sustentável do turismo vislumbrando a preservação da qualidade dos recursos naturais através dos empreendimentos turísticos do Roteiro Caminhos do Frio, empregando ações sustentáveis que atendem os turistas que buscam visitar lugares ambientalmente preservados. Os resultados apresentados por essa dimensão contribuem para as tomadas de decisão e a elaboração das estratégias que visem preservar o meio ambiente. O Quadro 4, a seguir, apresenta 12 indicadores que formam a dimensão ambiental:

Quadro 4 – Indicadores ambientais

INDICADORES
a) Consumo de água no período do Caminhos do Frio
b) Saneamento básico
c) Reuso de águas para serviços de limpeza e jardinagem
d) Coleta de lixo regular no período do Roteiro Caminhos do Frio
e) Programa de reciclagem
f) Educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico e sustentável
g) Preocupação para não causar impacto ambiental no percurso das trilhas
h) Licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos empreendimentos turísticos
i) Controle da poluição visual, sonora e do ar no período do Roteiro Caminhos do Frio
j) Uso de energias renováveis nos equipamentos turísticos
k) Tecnologia que reduz o consumo de energia

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2018).



a) Consumo de água no período do Roteiro Caminhos do Frio

Descrição: esse indicador mensura a capacidade do consumo de água durante o Roteiro Caminhos do Frio no sentido de atender o aumento da demanda sem prejudicar o consumo local.

Objetivo: analisar se o consumo de água realizado durante o período que é realizado o Roteiro Caminhos do Frio não afeta o consumo da população local.

Justificativa: é fundamental analisar a quantidade de água existente nos reservatórios dos municípios que compõem o Roteiro Caminhos do Frio e observar se a quantidade de água existente comporta o aumento da demanda do consumo pelos turistas no período que se realiza o roteiro. Essa análise busca garantir a segurança do consumo para o abastecimento local, bem como para os visitantes.

Parâmetro de medição: volume de água existente versus o consumo local, e se existe capacidade para o aumento do consumo.

Fonte de informação: consulta aos órgãos gestores dos recursos hídricos locais como CAGEPA, sobre o volume de água existente no período de realização do Roteiro Caminhos do Frio e se existe capacidade para o aumento do consumo.

Tipo de Unidade de Medida: quantidade de m³ de água versus quantidade consumida.

Critério de análise: se a quantidade de água existente não comportar o aumento da demanda além do consumo local existente, o indicador é considerado insustentável. Se comportar, o indicador é considerado sustentável. Se a infraestrutura para melhoria do abastecimento de água estiver em fase de implantação, o indicador é considerado parcialmente sustentável.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

b) Saneamento básico

Descrição: está voltado para as ações de tratamento de esgoto, tratamento de água potável e gestão de resíduos sólidos.

Objetivo: identificar se existe saneamento básico nas áreas que ocorre o Roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: o saneamento básico é importante para o controle de vetores de doenças para a população local, bem como para os visitantes.

Parâmetros específicos de medição: Existência de saneamento básico.

Fonte de informação: verificação junto aos órgãos públicos, empreendimentos turísticos e comunidade local se existe saneamento básico.

Tipo de unidade de medida: ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem ações de saneamento básico, parcialmente insustentável quando as ações de saneamento funcionam de forma precária ou estão em fase de implantação, sustentável quando o saneamento básico atender a todos de forma igualitária.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

c) Reuso de águas para serviços de limpeza e jardinagem

Descrição: o reuso da água acontece através da coleta e tratamento das águas cinzas que são as águas residuais para limpeza e irrigação, bem como o armazenamento das águas das chuvas.

Objetivo: avaliar se existe sistema de reuso de água cinza com tratamento ou aproveitamento de água da chuva.

Justificativa: a água é um recurso natural em extinção que precisa ser valorizado e reduzido o consumo. Nesse sentido, o reuso das águas cinzas é realizado a partir da separação, captação e tratamento das águas de lavatórios e chuveiro. O reuso de água cinza permite a utilização da água tratada em irrigação de jardim e em limpeza de pisos e calçadas. Quanto ao aproveitamento de água da chuva, consiste no aproveitamento das águas de hotéis, restaurantes, bares, centros de convenção, entre outros, para limpeza e jardinagem.

Parâmetros de medição: existência de reuso de água cinza ou aproveitamento de água da chuva.

Fonte de informação: verificação junto aos empreendimentos turísticos se existe sistema de captação e armazenamento de água das chuvas para reuso ou sistema de tratamento das águas cinzas para reuso.



Tipo de unidade de medida: o ator social que irá considerar insustentável se não existe o tratamento e reuso de água residuária, parcialmente insustentável quando as ações de tratamento e reuso das águas residuárias estiverem em fase de implantação ou funcionar de forma precária e sustentável quando existir o tratamento e o reuso das águas residuárias a contento nos empreendimentos turísticos.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

d) Coleta de lixo regular no período do Roteiro Caminhos do Frio

Descrição: a coleta de lixo deve ser realizada de forma regular pelo município.

Objetivo: identificar se existe coleta de lixo regular no período do Roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: a informação quanto a regularidade da coleta de lixo é importante, sendo um indicador que se associa a saúde da população e a proteção do meio ambiente, pois resíduos não coletados favorecem a proliferação de vetores de doenças e podem contaminar o solo e os corpos d'água.

Parâmetro de medição: existência de coleta de lixo de forma regular realizada pelo poder público.

Fonte de informação: verificação junto ao poder público, aos empreendimentos turísticos e a população local se existe coleta lixo de forma regular no período do Roteiro Caminhos do Frio.

Tipo de unidade de medida: o ator social que irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem ações de coleta regular de lixo, parcialmente sustentável quando funcionar de forma precária ou as ações de coleta de lixo estiverem sendo implantadas e sustentável quando as ações de coleta de lixo estiverem funcionando de forma regular.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

e) Programa de reciclagem

Descrição: os programas de reciclagem são desenvolvidos por órgãos públicos com a iniciativa das políticas públicas ambientais ou pela iniciativa privada.

Objetivo: identificar a existência de programas de reciclagem de lixo ou cooperativas de catadores de lixo.

Justificativa: a coleta seletiva deve ser feita pelos moradores ou empresas geradoras e disponibilizados para a coleta separadamente. A implantação da coleta seletiva é ação dos municípios e deve fazer parte do plano de gestão dos resíduos sólidos do município.

Parâmetro de medição: existência de programa de reciclagem durante o período do Roteiro Caminhos do Frio.

Fonte de informação: verificação junto ao poder público, empreendimentos turísticos e a população local se existe Programa de Reciclagem no período do Roteiro Caminhos do Frio.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem programas de reciclagem, parcialmente insustentável quando as ações do programa de reciclagem funcionarem de forma precária ou estiverem em fase de implantação e sustentável quando existirem programas de reciclagem e os mesmos funcionarem a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

f) Educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico sustentável

Descrição: trata-se de um processo educativo que tem como pressuposto sensibilizar as pessoas sobre os problemas ambientais.

Objetivo: identificar a existência de programas de educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico.

Justificativa: a educação ambiental deve acontecer por iniciativa das redes municipal, estadual ou federal de ensino, bem como as instituições privadas que deverão estimular uma consciência ambientalista sobre a preservação do meio ambiente, bem como o incentivo ao desenvolvimento do turismo ecológico.

Parâmetro de medição: existência de ações de educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico sustentável.

Fonte de informação: verificação junto ao poder público, empreendimentos turísticos e a população local se existem ações de Educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico sustentável.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem ações de educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico sustentável, parcialmente sustentável quando as ações de educação ambiental e de incentivo ao turismo ecológico sustentável funcionarem de forma precária ou estiverem em fase de implantação, e sustentável quando as ações de educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico sustentável funcionarem a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

g) Preocupação para não causar impacto negativo ambiental no percurso das trilhas

Descrição: existe alguma conscientização dos condutores de trilhas ecológicas quanto aos impactos que podem ser causados pelos turistas nas trilhas e também se os condutores antes de começarem as trilhas se preocupam em passar informações de como se portar durante o percurso para não causarem impactos ao solo, a fauna e a flora.

Objetivo: identificar se existe uma preocupação para não causar impactos ambientais no percurso das trilhas.

Justificativa: é importante que os condutores de trilhas ecológicas estejam capacitados quanto aos impactos ambientais que os visitantes podem causar em uma trilha, e orientar os visitantes quanto as normas de como se comportar durante a trilha para não causarem impactos, pois se não houver um cuidado de passar as informações, pode gerar vários impactos como: lixo no percurso da trilha, barulhos que podem afastar os animais que são sensíveis a presença humana, quebra de galhos de plantas, etc.



Parâmetro de medição: existência de preocupação para não causar impacto ambiental no percurso das trilhas.

Fonte de informação: visita *in loco* nas trilhas ecológicas e certificar junto aos condutores ecológicos sobre a formação que os mesmos têm sobre os impactos nas trilhas, a importância do turismo sustentável e se essas informações são passadas para os visitantes.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem ações de preocupação para não causar impactos ambientais no percurso da trilha, parcialmente insustentável quando as ações estiverem em fase de implantação e sustentável quando as ações de preocupação para não causar impactos no percurso da trilha estiverem funcionando a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

h) Licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos empreendimentos turísticos

Descrição: constitui-se de um instrumento utilizado para controle de impactos ambientais.

Objetivo: analisar se existe licenciamento ambiental para ocupação do solo pelos empreendimentos turísticos.

Justificativa: o licenciamento ambiental irá contribuir com o controle e acompanhamento dos empreendimentos turísticos no sentido de minimizar os impactos gerados ao meio ambiente.

Parâmetro de medição: existência de licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

Fonte de informação: verificar junto aos órgãos ambientais se realiza licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos serviços turísticos.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem ações de licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos serviços turísticos, parcialmente insustentável quando as ações estiverem em fase de implantação ou funcionarem de forma

precária e sustentável quando as ações de licenciamento ambiental funcionarem a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

i) Controle da poluição visual, sonora e do ar no período do roteiro caminhos do frio

Descrição: a poluição visual é constituída pela existência exagerada de painéis, outdoor, faixas de propagandas entre outros, como também lixo jogado a céu aberto nas ruas e nos roteiros turísticos. A poluição sonora provém de excesso de som dos carros, paredões, bares e shows próximos das residências. A poluição do ar se origina da decomposição de lixo a céu aberto, trânsito intenso de veículos, entre outros.

Objetivo: identificar a existência de controle da poluição visual, sonora e do ar no período do Roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: A poluição visual causa problemas nas cidades e no meio ambiente como: publicidade na forma de sinais em excesso, anúncios demasiados, telas de projetores multimídia; grande quantidade de fios ligando os postes; antenas de televisão ou de telefonia celular; edifícios danificados ou mal desenhados; canteiros ou em espaços públicos e materiais de construção inadequados; pilhas de lixo, etc. De acordo com esses impactos, várias consequências são causadas pela poluição visual como: dores de cabeça, saturação de cor, estresse, distrações perigosas para o condutor quando desvia a atenção para um pôster, especificamente na estrada, ou roubo de informações importantes quando eles escondem os sinais de trânsito. A poluição sonora causa também problemas de audição e perturbação do sono, dores de cabeça, enxaqueca entre outros. A poluição do ar causa problemas respiratórios como: gripes, resfriados, rinites alérgicas, bronquites e pneumonias. Diante do exposto é necessário se preocupar com a minimização da poluição que causa problemas ambientais e à saúde humana.

Parâmetro de medição: existência de controle da poluição visual, sonora e do ar no período do Roteiro Caminhos do Frio.

Fonte de informação: verificar junto ao órgãos ambientais e empreendimentos turísticos se existe controle da poluição visual, sonora e do ar no período do Roteiro Caminhos do Frio.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar o indicador insustentável quando não existem ações de controle de poluição, parcialmente insustentável quando as ações de controle de poluição funcionarem de forma precária ou estiverem em fase de implantação e sustentável quando estiverem funcionando a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

j) Tecnologia que reduz o consumo de energias

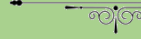
Descrição: tecnologias que reduzem o consumo de energia, como lâmpadas led, sensores, sistemas inteligentes de gerenciamento de energia, ou ações que promovem a troca de equipamentos velhos por novos que consomem menos energia, entre outros.

Objetivo: identificar a existência de tecnologias que reduzem o consumo de energia nos empreendimentos turísticos ou ações que estimulem a troca de equipamentos velhos por novos.

Justificativa: as tecnologias que reduzem o consumo de energia são importantes de serem utilizadas, pois as mesmas trazem benefícios ambientais que reduzem o consumo, bem como benefícios econômicos que também diminuem o valor das contas de energia. Para isso é necessário adotar tecnologias inovadoras que reduzem o consumo, como lâmpadas led, sensores, sistema de gerenciamento de energias como Follow Energy, entre outros, até mesmo a troca dos equipamentos antigos por equipamentos novos.

Parâmetro de medição: existência de tecnologias que reduzem o consumo de energia.

Fonte de informação: verificar junto aos órgãos ambientais e empreendimentos turísticos se existem tecnologias que reduzem o consumo de energia.



Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem ações que reduzem o consumo de energia, parcialmente insustentável quando as ações estiverem em fase de implantação e sustentável quando as ações que reduzem o consumo de energia funcionarem a contento nos empreendimentos turísticos.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

h) Incentivo ao uso de energias renováveis nos equipamentos turísticos

Descrição: as energias renováveis provem de fontes inesgotáveis e vêm da natureza, como: Energia solar: que poderá ser convertida em eletricidade ou em calor, como os painéis solares fotovoltaicos. Energia eólica - obtida dos ventos e que poderá ser convertida em eletricidade utilizando turbinas eólicas.

Objetivo: identificar a existência de incentivo ao uso de energias renováveis nos equipamentos turísticos

Justificativa: o uso das energias renováveis reduz os impactos ambientais, gases poluentes, custos e contribui para o desenvolvimento local sustentável, propiciando uma energia limpa através do vento, do sol etc.

Parâmetro de medição: existência de incentivo ao uso de energias renováveis nos equipamentos turísticos.

Fonte de informação: verificar junto ao órgãos ambientais e empreendimentos turísticos se existe incentivo ao uso de energias renováveis nos empreendimentos turísticos

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem ações de incentivo ao uso de energias renováveis nos empreendimentos turísticos, parcialmente insustentável quando as ações estiverem em fase de implantação ou funcionando de forma precária e sustentável quando as ações de incentivo ao uso de energias renováveis nos empreendimentos turísticos estiverem funcionando a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.



4.3.2 Dimensão Social

Essa dimensão busca avaliar o nível de sustentabilidade do meio social em relação à atividade turística desenvolvida no *Roteiro Caminhos do Frio*, como também busca orientar as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento social do turismo. Os indicadores dessa dimensão procuram identificar como o turismo no Roteiro Caminhos do Frio se relaciona com a sociedade, identificando quais tipos de impactos a atividade turística causa, se são positivos ou negativos. E no caso de impactos negativos sugere quais medidas mitigadoras podem ser tomadas para tornarem-se sustentáveis.

Ainda busca avaliar quais os benefícios sociais voltados a geração de renda, melhoria no nível educacional, satisfação dos residentes locais com a atividade turística, segurança, e como a atividade turística poderá proporcionar a sociedade melhores condições de vida, de maneira sustentável. O Quadro 5 apresenta 11 indicadores que formam essa dimensão social e que poderão ser analisados a partir da visão dos atores sociais e do *trade* turístico.

Quadro 5 – Indicadores sociais

INDICADORES
a) Os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais
b) Iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo
c) Atuação de instituições com cursos de qualificação nas área do turismo
d) A quantidade de empregos fixos é maior do que a de empregos temporários no setor turístico
e) Satisfação da população local com o turismo
f) A segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio
g) Contribuição da atividade turística para a melhoria da qualidade de vida da população
h) O aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local
i) Os serviços turísticos são ofertados apenas por pessoas da comunidade
j) Os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e benefícios sociais
k) Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2018).

a) Os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais

Descrição: os empregos gerados com os serviços turísticos são os originários dos serviços de hospedagem, alimentos e bebidas, eventos, agenciamento, transporte, artesanato, entre outros. Esses serviços devem ser destinados aos moradores locais.

Objetivo: identificar se os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais.

Justificativa: a atividade turística planejada de forma sustentável deve gerar emprego e renda para as comunidades receptoras. Nesse sentido, os empregos gerados pela atividade turística devem ser destinados aos nativos das comunidades receptoras. Quando ocorre o inverso e os empregos passam a ser ocupados por pessoas de fora da comunidade, a atividade turística fica insustentável socialmente.

Parâmetro de medição: constatar se os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais.

Fonte de informação: verificar junto a comunidade local e aos empreendimentos turísticos se os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar o indicador insustentável quando os empregos gerados nos empreendimentos turísticos não forem destinados aos residentes locais, parcialmente sustentável quando os empregos gerados nos empreendimentos turísticos forem divididos com pessoas de fora do município e sustentável quando os empregos gerados nos empreendimentos turísticos forem destinados aos residentes locais.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

b) Iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo

Descrição: os órgãos públicos gestores do turismo e os empreendimentos privados proporcionam cursos para a população local de qualificação profissional sobre os serviços turísticos.

Objetivo: Identificar a existência de iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo.

Justificativa: a atividade turística encontra-se no terceiro setor da economia, que é a prestação de serviços e a qualidade nos serviços prestados. Essa atividade é de fundamental importância para satisfazer as necessidades dos turistas e o crescimento da atividade na localidade. Nesse sentido é necessário que o poder público, junto com a iniciativa privada, promovam cursos de qualificação profissional para capacitar a mão de obra local para poder ofertar um serviço de qualidade.

Parâmetro de medição: existência de iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo.

Fonte de informação: verificar junto ao poder público, a comunidade local e aos empreendimentos turísticos se existe iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem ações de iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo, parcialmente insustentável quando as ações estiverem em fase de implantação ou funcionando de forma precária e sustentável quando existem ações de capacitação dos moradores para atuarem no turismo.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

c) Atuação de instituições com cursos de qualificação dos setores turísticos

Descrição: existem instituições como Escolas de Cursos de Formação Inicial de qualificação profissional ou Escolas Técnicas com cursos nas áreas dos setores turísticos como: hospedagem, serviços de restaurante e bar, eventos, agenciamento e transporte.

Objetivo: identificar a existência de instituições com cursos de qualificação para os setores turísticos: hospedagem, serviços de restaurante e bar, eventos, agenciamento e transporte.

Justificativa: a existência de instituição de ensino com cursos de qualificação profissional para os setores de turismo na localidade facilita a

qualificação da mão de obra local, bem como a melhoria na qualidade da prestação dos serviços turísticos.

Parâmetro de medição: existência de instituição de ensino com cursos de qualificação profissional para os setores de turismo.

Fonte de informação: verificar junto ao poder público e a comunidade local se existe atuação de instituições com cursos de qualificação dos setores turísticos: hospedagem, serviços de restaurante e bar, eventos, agenciamento e transporte.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existem instituições com cursos de qualificação para os setores do turismo, parcialmente sustentável quando funcionarem de forma precária as instituições com cursos de qualificação para os setores do turismo e sustentável quando funcionarem a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

d) A quantidade de empregos fixos é maior do que de empregos temporários no setor turístico

Descrição: as vagas de empregos fixos no setor turístico no Roteiro Caminhos do Frio vem crescendo mais que as vagas de empregos temporários.

Objetivo: identificar junto ao poder público, iniciativa privada e a comunidade local se a quantidade de empregos fixos é maior do que a de empregos temporários no setor turístico.

Justificativa: o crescimento das vagas de emprego fixo na atividade turística no Roteiro Caminhos do Frio é um indicador que a atividade encontra-se consolidada e crescendo a cada ano.

Parâmetro de medição: constatar se o número de empregos fixos é maior do que o de empregos temporários no setor turístico.

Fonte de informação: verificar junto ao poder público e a comunidade local se a quantidade de empregos fixos é maior do que a de empregos temporários no setor turístico.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando ele perceber que a quantidade de empregos fixos gerados

pelo setor turístico for menor do que a de empregos temporários, parcialmente sustentável quando a quantidade de empregos fixos gerados no setor turístico estiver crescendo, porém ainda prevalecendo sobre os empregos temporários, e sustentável quando a quantidade de empregos fixos for maior do que a de empregos temporários no setor turístico.

e) **Critério de análise:** atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

f) A população local está satisfeita com o turismo

Descrição: a satisfação da população local com a atividade turística é um indicador que o turismo está proporcionando benefícios e melhorias para a localidade.

Objetivo: identificar se a população local é satisfeita com o turismo.

Justificativa: a atividade turística deve ser planejada levando em consideração as características sociais, ambientais, culturais e econômicas de uma região, bem como a participação da população local nas tomadas de decisão para que os anseios das comunidades sejam atendidos e produzam benefícios e satisfação para a população.

Parâmetro de medição: identificar se a população local é satisfeita com o turismo.

Fonte de informação: verificar junto ao poder público e a comunidade local se a população é satisfeita com o turismo.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando a população local estiver insatisfeita com a atividade turística, parcialmente sustentável quando, pelo menos a metade da população, encontra-se insatisfeita com a atividade turística e sustentável quando a população encontra-se satisfeita com o turismo.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

g) A segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio

Descrição: a segurança é formada por delegacias, soldados e viaturas suficientes para atender a demanda local.

Objetivo: identificar se a segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio e não existe aumento da violência, na forma de assaltos, roubos e crimes.

Justificativa: a segurança é importante para conter a violência e dar maior sensação de liberdade aos moradores e visitantes.

Parâmetro de medição: constatar se a segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio e se não existe aumento da violência na forma de assaltos, roubos e crimes.

Fonte de informação: verificar junto ao poder público e a comunidade local se a segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio e se não existe aumento da violência na forma de assaltos, roubos e crimes durante a vigência do evento.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando considerar que não existe segurança no Roteiro Caminhos do Frio, parcialmente sustentável quando considerar que existe segurança, porém não é suficiente, e sustentável quando existir segurança e a mesma é suficiente.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

h) A atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população

Descrição: a atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população local atraindo investimentos públicos e privados em infraestrutura e geração de emprego e renda, bem como os residentes locais utilizam dos serviços turísticos como opções de lazer.

Objetivo: identificar se a atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população e os residentes utilizam os serviços equipamentos turísticos.

Justificativa: a atividade turística só é benéfica para a população local quando melhora a qualidade de vida dos residentes, atraindo investimentos e benefícios, como infraestrutura e opções de lazer para a população.

Parâmetro de medição: constatação de que se a atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população e os residentes utilizam os serviços equipamentos turísticos.

Fonte de informação: verificar junto à comunidade local se a atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população e os residentes utilizam os serviços turísticos.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando a atividade turística não tiver contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população local, parcialmente sustentável quando a atividade turística contribui de forma precária para melhoria da qualidade de vida da população local e sustentável quando a atividade turística contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

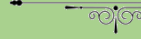
i) O aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local

Descrição: o aumento do número de visitantes utilizando os serviços básicos locais como os serviços de saúde, bancos, comércio, entre outros não compromete o atendimento à população local.

Objetivo: identificar se o aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local como: bancos, serviços de saúde etc.

Justificativa: a população local não pode ser prejudicada no atendimento aos serviços básicos por conta do aumento do número de visitantes, pois os serviços básicos são importantes para a qualidade de vida, bem como para o desenvolvimento sustentável local no período do Roteiro Caminhos do Frio.

Parâmetro de medição: identificar se aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local como: bancos, serviços de saúde, etc.



Fonte de informação: verificar junto à comunidade local se aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local como: bancos, serviços de saúde etc.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando os serviços básicos da população estiverem sendo prejudicados pelo aumento da população, parcialmente sustentável quando os serviços básicos estiverem começando a ser prejudicados e sustentável quando os serviços básicos da população não estiverem sendo prejudicados pelo aumento dos visitantes.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

j) Os serviços turísticos são ofertados apenas por pessoas da comunidade

Descrição: os serviços turísticos de hospedagem, alimentos e bebidas, eventos, agenciamento, lazer e transporte são oferecidos pela comunidade local.

Objetivo: identificar se os serviços turísticos são ofertados por pessoas da comunidade.

Justificativa: importante que os serviços turísticos sejam oferecidos pela comunidade local, pois os mesmos irão gerar renda e emprego, bem como a gestão dos serviços passa a ser pela comunidade, que irá se preocupar mais com os impactos que esses serviços possam causar de forma negativa, uma vez que os mesmo como residentes irão sofrer os danos.

Parâmetro de medição: identificar se os serviços turísticos são ofertados por pessoas da comunidade.

Forma de medição: verificar junto à comunidade local se os serviços turísticos são ofertados apenas por pessoas da comunidade.

Tipo de unidade de medida: o ator social que irá considerar se o indicador é insustentável quando os serviços turísticos forem ofertados por pessoas de fora da comunidade, parcialmente sustentável quando parte dos serviços turísticos forem ofertados por pessoas de fora da comunidade e sustentável quando os serviços turísticos forem ofertados apenas por pessoas da comunidade.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

k) Os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e benefícios sociais

Descrição: os empreendimentos turísticos realizam a inclusão social dando oportunidade de trabalho aos portadores de necessidades especiais, bem como oferece projetos e benefícios aos funcionários e familiares, como descontos nos serviços, auxílio creche, plano de saúde, entre outros.

Objetivo: verificar se os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e oferecem projetos e benefícios sociais aos seus funcionários e familiares.

Justificativa: é importante que as empresas turísticas cumpram com sua função social, proporcionando aos seus colaboradores e familiares benefícios que possam melhorar a qualidade de vida, bem como a auto estima.

Parâmetro de medição: constatar se os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e oferecem projetos e benefícios sociais aos seus funcionários e familiares.

Fonte de informação: verificar junto à comunidade local se os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e oferecem projetos e benefícios sociais aos seus funcionários e familiares.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando avaliar que os empreendimentos turísticos não realizam inclusão e não fornecem benefícios sociais aos seus colaboradores, parcialmente sustentável quando avaliar que os empreendimentos turísticos estão implantando as ações de inclusão e benefícios sociais e sustentável quando avaliarem que os empreendimentos turísticos realizam ações de inclusão e concedem benefícios sociais aos seus colaboradores.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

l) Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes



Descrição: campanhas publicitárias de orientação contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Objetivo: verificar se existem campanhas contra exploração sexual de crianças e adolescentes.

Justificativa: as campanhas publicitárias contra a exploração sexual de crianças e adolescentes é importante para orientar os moradores e visitantes quanto a prática de que exploração sexual de crianças e adolescentes é crime e não deve ser praticada.

Parâmetro de medição: existência de campanhas contra exploração sexual de crianças e adolescentes.

Fonte de informação: verificar junto à comunidade local, empreendimentos turísticos e poder público se existe campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando avaliar que não existem campanhas publicitárias contra exploração sexual de crianças e adolescentes, parcialmente sustentável quando existirem, porém funcionam de forma precária, sustentável quando existem campanhas publicitárias contra exploração de crianças e adolescentes a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

4.3.3 Dimensão Cultural

Avalia os impactos e as contribuições do turismo para a promoção da cultura local, contribuindo com a promoção dos traços culturais e dos costumes da população local e preservação dos aspectos culturais. O Quadro 6 apresenta os 12 indicadores da dimensão cultural.

Quadro 6 – Indicadores culturais

INDICADORES
a) Associação de artesãos e programa de fortalecimento da produção do artesanato típico local
b) Bens patrimoniais preservados
c) Existência de eventos culturais
d) Atos de vandalismo praticados durante o roteiro aos artefatos culturais
e) Respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos

f) Presença de museus, bibliotecas, teatros, etc.
g) Preservação da gastronomia típica local
h) Preservação das crenças religiosas, mitos e superstições
i) Preservação das músicas tradicionais e danças folclóricas
j) Presença de violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas
k) Preservação dos roteiros culturais, religiosos e gastronômicos
l) Fazendas-modelo de produção e os processos produtivos de transformação agropecuária

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2018).

a) Associação de artesãos e programa de fortalecimento da produção do artesanato típico local

Descrição: nos municípios que compõem o Roteiro Caminhos do Frio existem associações de artesãos e incentivos públicos com programas de fortalecimento da produção do artesanato típico local.

Objetivo: identificar se existem associações de artesãos e programas de fortalecimento da produção do artesanato típico local.

Justificativa: as associações de artesãos e programas de incentivos fortalecem a produção, como também sistematizam a divulgação e a venda dos produtos de forma a melhorar a renda e o estímulo dos artesãos.

Parâmetro de medição: existência de associação de artesãos e programa de fortalecimento da produção do artesanato típico local.

Fonte de informação: verificação junto à comunidade local e ao poder público se existem associações de artesãos e programas de fortalecimento da produção do artesanato típico local.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existirem associações de artesãos e programas de fortalecimento da produção do artesanato, parcialmente sustentável quando existirem, de forma precária, associações de artesãos e programas de fortalecimento da produção do artesanato, e sustentável quando existirem associações de artesãos e programas de fortalecimento da produção do artesanato de forma a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

b) Bens patrimoniais preservados

Descrição: a maioria dos bens patrimoniais e arquitetônicos históricos, como igrejas, casarões, galpões, engenhos, casas de farinha e sítios arqueológicos estão preservados.

Objetivo: Identificar se existem bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos preservados.

Justificativa: a preservação dos bens patrimoniais é importante para a manutenção da cultura de um povo, bem como são considerados atrativos turísticos culturais, fazendo assim parte da oferta turística do destino turístico.

Parâmetro de medição: existência de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos preservados.

Fonte de informação: verificar junto à comunidade local, iniciativa privada e o poder público, se existem bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos preservados.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando analisar que os bem patrimoniais históricos, arquitetônicos e arqueológicos não estão preservados, parcialmente sustentável quando estiverem com a preservação precária e sustentável quando estiverem bem preservados.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

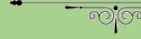
c) Existência de eventos culturais

Descrição: há eventos populares tradicionais como religiosos, profanos, festas familiares e comemorações natalinas, réveillon, comemorações relacionadas a processos produtivos e colheitas.

Justificativa: Os eventos tradicionais locais são importantes para manter a tradição como forma de expressão da cultura e dos costumes de um povo. Nesse sentido, quanto maior for a preservação dos eventos culturais mais sustentável será o indicador.

Objetivo: identificar se existem eventos e festividades típicas das tradições locais em evidência nos atrativos turísticos.

Parâmetro de medição: existência de eventos e festividades culturais típicas das tradições locais em evidência nos atrativos turísticos.



Fonte de informação: verificar junto aos órgãos públicos, comunidade local e empresas prestadoras de serviços turísticos quanto a existência de eventos e festividades típicas das tradições locais nos atrativos turísticos.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando avaliar que não existe uma boa quantidade de eventos e festividades populares tradicionais preservados, parcialmente sustentável quando avaliar que os eventos tradicionais culturais estão desaparecendo e sustentável quando os eventos culturais tradicionais estiverem sendo resgatados e tiver uma boa quantidade acontecendo anualmente.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

d) Atos de vandalismo praticados durante o roteiro aos artefatos culturais

Descrição: existem atos de vandalismo como pichação, quebra ou tentativa de falsificar os artefatos culturais locais durante o Roteiro Caminhos do Frio.

Objetivo: analisar se existem atos de vandalismo praticados durante o roteiro aos artefatos culturais.

Justificativa: os atos de vandalismo com os artefatos culturais prejudicam os costumes de um povo, bem como sua história. Nesse sentido, se existirem atos de vandalismo ligados aos artefatos culturais o indicador é considerado insustentável.

Parâmetro de Medição: a existência de atos de vandalismo praticados durante o roteiro aos artefatos culturais.

Fonte de informação: verificar junto aos órgãos públicos e comunidade local se existem atos de vandalismo praticados durante o roteiro aos artefatos culturais.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando avaliar que existem atos de vandalismo praticados aos artefatos culturais no período do Roteiro do Caminho Frio, parcialmente insustentável quando existirem de forma esporádica alguma ação isolada de

vandalismo aos artefatos culturais e sustentável quando não existirem ações de vandalismo aos artefatos culturais no Roteiro Caminhos do Frio.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

e) Respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos

Descrição: o respeito a capacidade de carga consiste em observar o número de pessoas que o espaço do patrimônio histórico comporta para receber os visitantes.

Objetivo: identificar se existe respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos.

Justificativa: respeitar o número de visitantes relacionados ao tamanho dos espaços é importante para não danificar o patrimônio cultural. Nesse sentido, se não existir respeito ao tamanho dos espaços culturais o indicador é considerado insustentável.

Parâmetro de medição: existência de respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos.

Fonte de informação: verificação junto aos órgãos públicos e comunidade local se existe respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando avaliar que não existe respeito a capacidade de carga nas visitas aos patrimônios históricos, parcialmente sustentável quando existe respeito, porém as vezes abrem exceções para grupos maiores e sustentável quando existe respeito a capacidade de carga nas visitas aos patrimônios históricos.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

f) Presença de museus, bibliotecas e teatros

Descrição: os museus, bibliotecas e teatros são lugares que expressam a cultura de um povo.

Objetivo: identificar a existência de museus, bibliotecas e teatros.

Justificativa: os museus, bibliotecas e teatros são lugares que expressam a cultura de um povo, bem como guardam parte do *modus vivendi* de uma localidade, servindo de forte atrativo turístico cultural. Nesse sentido, quanto maior for a existência de museus, bibliotecas e teatros, mais sustentável é o indicador.

Parâmetro de medição: existência de museus, bibliotecas e teatros.

Fonte de informação: realizar visita em *in loco* ao roteiro Caminhos do Frio para verificação de existência de museus, bibliotecas e teatros.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar se o indicador é insustentável quando não existirem museus, bibliotecas ou teatros, parcialmente sustentável quando existirem e funcionarem de forma precária e sustentável quando existirem e funcionarem a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

g) Preservação da gastronomia típica local

Descrição: a gastronomia típica representa os pratos elaborados a partir da produção local pelos antepassados.

Objetivo: identificar a existência da preservação da gastronomia típica local.

Justificativa: a gastronomia típica de uma localidade representa os tipos de cultivos, os costumes e como vivia cada população de uma localidade. As receitas passadas de geração para geração no sentido de preservar os costumes é importante para continuação dos aspectos culturais. Nesse sentido, quanto maior for a preservação da gastronomia típica local, mais sustentável é o indicador.

Parâmetro de medição: existência de preservação da gastronomia típica local.

Fonte de informação: Verificação junto a comunidade local e os empreendimentos turísticos que oferecem serviços de alimentos e bebidas para identificação da preservação da gastronomia típica local.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir a preservação da gastronomia típica local, parcialmente sustentável quando a gastronomia típica estiver pouco preservada e sustentável quando a gastronomia típica local estiver bem preservada.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

h) Preservação das crenças religiosas, mitos e superstições

Descrição: as crenças religiosas, mitos ou superstições são manifestações de fé e costumes que são passados de geração para geração.

Justificativa: preservar as crenças religiosas, mitos e superstições é importante, pois garante que os costumes sejam passados de geração a geração e a cultura seja preservada.

Objetivo: identificar se existe a preservação das crenças religiosas, mitos e superstições.

Parâmetro de medição: Existência de preservação de crenças religiosas, mitos e superstições.

Fonte de informação: verificar junto a comunidade local e os empreendimentos turísticos quanto a existência de preservação das crenças religiosas, mitos e superstições.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir preservação das crenças religiosas, mitos e superstições, parcialmente sustentável quando existir pouca preservação e sustentável quando existir a preservação das crenças religiosas, mitos e superstições.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

i) Preservação das músicas tradicionais e danças folclóricas

Descrição: as músicas tradicionais e as danças folclóricas são as manifestações culturais passadas de geração para geração.

Objetivo: identificar se existe preservação das músicas tradicionais e danças folclóricas.

Justificativa: preservar as músicas tradicionais e danças folclóricas é importante para que os costumes e as tradições sejam preservadas e sirvam de referência para as gerações atuais e futuras.

Parâmetro de medição: existência da preservação das músicas tradicionais e danças folclóricas.

Fonte de informação: verificar junto à comunidade local e os empreendimentos turísticos quanto a existência de preservação das músicas tradicionais e danças folclóricas.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir preservação das músicas tradicionais e danças folclóricas, parcialmente sustentável quando existir pouca preservação e sustentável quando existir a preservação das músicas tradicionais e danças folclóricas.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

j) Presença de violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas

Descrição: a existência de violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas representa uma importante manifestação cultural popular de um povo.

Objetivo: identificar se existem violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas.

Justificativa: os violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas são manifestações culturais importantes que retratam os costumes e as tradições de um povo, que serve como atrativo turístico cultural.

Parâmetro de medição: existência de violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas.

Fonte de informação: verificar junto a comunidade local e os empreendimentos turísticos quanto a existência de violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existirem violeiros, rodas de causos, poetas e cordelistas, parcialmente sustentável quando existirem, porém os mesmos não atuam, e sustentável quando existirem e os mesmos atuam frequentemente.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

k) Preservação dos roteiros culturais, religiosos e gastronômicos

Descrição: os roteiros culturais, religiosos e gastronômicos são itinerários que envolvem aspectos religiosos e comidas típicas locais.

Objetivo: identificar a existência de roteiros culturais religiosos e gastronômicos preservados.

Justificativa: a preservação dos roteiros culturais religiosos e gastronômicos é importante para promover a cultura local como atrativo turístico.

Parâmetro de medição: existência de roteiros culturais religiosos e gastronômicos preservados.

Fonte de informação: identificar junto a comunidade local e os empreendimentos turísticos se existem roteiros turísticos culturais religiosos e gastronômicos.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existirem roteiros turísticos, culturais religiosos e gastronômicos, parcialmente sustentável quando existirem, porém funcionam de forma precária, e sustentável quando existirem e funcionarem a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo como se percebe o nível de sustentabilidade.

l) Fazendas-modelo de produção e os processos produtivos de transformação agropecuária

Descrição: as fazendas-modelo de produção e os processos produtivos de transformação agropecuária como engenhos, casas de farinha, queijeiras, estão conservados.

Objetivo: identificar a existência de fazendas-modelo de produção e os processos produtivos de transformação agropecuária.

Justificativa: as fazendas-modelo de produção e os processos produtivos são importantes tradições culturais que devem ser preservados, uma vez que são fortes atrativos turísticos.

Parâmetro de medição: a existência de fazendas-modelo de produção e os processos produtivos de transformação agropecuária.

Fonte de informação: verificar junto a comunidade local e o poder público se existem fazendas-modelo de produção e processos produtivos de transformação agropecuária.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existirem fazendas-modelo de produção e processos produtivos de transformação agropecuária, parcialmente sustentável quando existirem e funcionam de forma precária e sustentável quando existirem e funcionam a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

4.3.4 Dimensão Econômica

Busca-se mensurar o nível de sustentabilidade da dimensão econômica em relação à contribuição das atividades turísticas, na geração de renda, emprego e na distribuição igualitária da renda gerada com a população local. O Quadro 7 apresenta 08 (oito) indicadores da dimensão econômica.

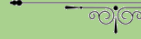
Quadro 7 – Indicadores econômicos

INDICADORES
a) Geração de renda e emprego para a população local
b) Funcionamento dos estabelecimentos turísticos nos finais de semana e feriados
c) Equilíbrio de investimentos anuais em turismo
d) Compras de produtos e insumos a população local
e) Política para minimizar a sazonalidade da atividade turística
f) Qualificação dos empreendedores dos serviços turísticos sobre gestão financeira
g) Os preços dos serviços turísticos são definidos de acordo com a capacidade econômica dos moradores locais
h) Preços acessíveis dos insumos e produtos locais

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2018).

a) A atividade turística gera renda e emprego para a população local

Descrição: as atividades turísticas ligadas ao setor primário, secundário e terciário geram renda e emprego para a população locaisl.



Objetivo: identificar se as atividades turísticas geram emprego e renda para a população local

Justificativa: é importante que as atividades turísticas gerem renda e empregos para a população local, pois dessa forma estarão contribuindo para a sustentabilidade financeira das famílias.

Parâmetro de medição: geração de renda e emprego através das atividades turísticas para a população local.

Fonte de informação: verificar junto a população local, o poder público e os empreendimentos turísticos se as atividades turísticas geram renda e emprego para a população local.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando a atividade turística não gerar emprego e renda para população local, parcialmente sustentável quando a atividade turística gerar emprego e renda mais para as pessoas de fora do que para a comunidade local, e sustentável quando a atividade turística gerar emprego e renda diretamente para a população local.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

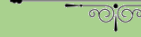
b) Os estabelecimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados

Descrição: os empreendimentos turísticos como hotéis, bares, restaurantes, serviços de transporte, agências de turismo, áreas de lazer e eventos funcionam nos finais de semana e feriados.

Objetivo: identificar se os empreendimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados.

Justificativa: o funcionamento dos empreendimentos turísticos nos finais de semana é importante para atender as demandas turísticas, bem como escoar os produtos da região, vender os serviços turísticos locais e gerar emprego e renda.

Parâmetro de medição: existência de funcionamento dos empreendimentos turísticos nos finais de semana.



Fonte de informação: realizar visita *in loco* nos finais de semana e feriados, bem como verificar junto aos empreendimentos turísticos e população local se os empreendimentos turísticos estão funcionando nos finais de semana e feriados.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando analisar que os empreendimentos turísticos não funcionam nos finais de semana e feriados, parcialmente sustentável quando poucos empreendimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados e sustentável quando todos empreendimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

c) Os investimentos anuais em turismo são equilibrados

Descrição: os investimentos do setor público e privado são equilibrados em comparação com os outros setores e atendem a demanda de implementação de infraestrutura básica e de apoio.

Objetivo: identificar se os investimentos anuais em turismo são equilibrados e atendem ao aumento da demanda.

Justificativa: é importante que os investimentos anuais em turismo sejam equilibrados com os investimentos realizados em outros setores para garantir a infraestrutura necessária para o melhor atendimento aos turistas, bem como o desenvolvimento da atividade de forma satisfatória.

Parâmetro de medição: existência de investimentos anuais em turismo equilibrados com os outros investimentos, atendendo as demandas de infraestrutura turística.

Fonte de informação: verificação junto aos gestores públicos, população local e os empreendimentos turísticos quanto a existência de investimentos anuais em turismo equilibrados com os outros setores e atendendo as demandas de infraestrutura necessária.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando avaliar que os investimentos em turismo não são suficientes para o desenvolvimento do turismo e não atender o aumento da demanda,

parcialmente sustentável quando avaliar que existem investimentos em turismo, porém precisam melhorar consideravelmente para poder atender a demanda, e sustentável quando os investimentos anuais no turismo são suficientes para desenvolver a atividade e atendem o crescimento da demanda.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

d) Os produtos e insumos para atendimento dos serviços turísticos são comprados aos moradores locais

Descrição: os produtos e insumos hortifrutigranjeiros, legumes, carnes, cereais e produtos industrializados utilizados nos serviços turísticos para servir aos turistas são comprados aos moradores locais.

Objetivo: identificar se os produtos e insumos para atendimento dos serviços turísticos são comprados aos moradores locais.

Justificativa: os produtos e insumos para atendimento dos serviços turísticos aos moradores locais são importantes, pois geram emprego e renda para a população nos três setores básicos da economia: primário, secundário e terciário, bem como contribuem para a sustentabilidade financeira da comunidade.

Parâmetro de medição: os produtos e insumos para atender os serviços turísticos são comprados a comunidade local.

Fonte de informação: verificar junto a comunidade local e os empreendimentos turísticos se os produtos e insumos para atender os serviços turísticos são comprados a comunidade local.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando os empreendimentos turísticos não compram os insumos e produtos a comunidade local, parcialmente sustentável quando os empreendimentos turísticos compram parte dos insumos e produtos a comunidade local, mesmo que a comunidade tenha o produto, sustentável quando os empreendimentos turísticos compram os insumos e produtos na comunidade local para atender os turistas.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

e) Política para minimizar a sazonalidade da atividade turística

Descrição: existe uma política com estratégias para reduzir a sazonalidade da atividade turística no período de baixa estação como: formação de pacotes com preços acessíveis, implementação de eventos de acordo com as potencialidades locais, entre outros.

Objetivo: identificar se existem políticas para minimizar a sazonalidade da atividade turística no período de baixa estação.

Justificativa: a política de minimização da sazonalidade da atividade turística contribui para o aumento da demanda, melhora a ocupação dos empreendimentos turísticos, mantém os empregos fixos nos serviços turísticos e gera renda no setores primário, secundário e terciário da economia.

Parâmetro de medição: Existência de políticas para minimizar a sazonalidade da atividade turística no período de baixa estação.

Fonte de informação: verificar junto aos empreendimentos turísticos, poder público e comunidade local se existem políticas para minimizar a sazonalidade da atividade turística no período de baixa estação.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando avaliar que não existe política para minimizar a sazonalidade da atividade turística no período de baixa estação, parcialmente sustentável quando existir a política, porém precisa de melhorias, e sustentável quando existir política de minimização da sazonalidade turística.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

f) Os empreendedores dos serviços turísticos buscam qualificação sobre a gestão financeira

Descrição: os empreendedores dos serviços turísticos buscam cursos de qualificação sobre gestão financeira, fluxo de caixa e elaboração do preço dos produtos, entre outros.

Objetivo: identificar se os empreendedores dos serviços turísticos buscam qualificação sobre a gestão financeira.

Justificativa: os conhecimentos sobre gestão financeira, fluxo de caixa e elaboração do preço são importantes para os empreendedores poderem gerir melhor os seus empreendimentos e garantirem a sustentabilidade financeira.

Parâmetro de medição: busca sobre o conhecimento de gestão financeira pelos empreendedores locais.

Fonte de informação: verificar junto se os empreendedores locais buscam conhecimento sobre gestão financeira.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando avaliar que os empreendedores turísticos não buscam conhecimento sobre gestão financeira, parcialmente sustentável quando só uma parte dos empreendedores buscam conhecimento sobre gestão financeira e sustentável quando todos empreendedores buscam conhecimento sobre gestão financeira.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

g) Os preços dos serviços turísticos estão de acordo com a capacidade econômica dos moradores locais

Descrição: os preços dos serviços turísticos como: lazer, serviços de alimentos e bebidas, hospedagem, eventos, agenciamento e transporte são cobrados de acordo com o poder aquisitivo da população local.

Objetivo: identificar se os preços dos serviços turísticos são cobrados de acordo com a capacidade econômica dos moradores locais.

Justificativa: os preços dos serviços turísticos devem ser cobrados de acordo com o poder aquisitivo dos moradores locais para poder dar oportunidade de os mesmos poderem usufruir das mesmas potencialidades que os turistas.

Parâmetro de medição: os preços dos serviços turísticos são cobrados de acordo com a capacidade dos moradores locais.

Fonte de informação: verificar junto a população local, empreendimentos turísticos e poder público se os preços dos serviços turísticos são cobrados de acordo com o poder aquisitivo da população local.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando avaliar que os preços dos serviços turísticos não são cobrados de acordo com o poder aquisitivo da população local, parcialmente sustentável quando avaliar que poucos empreendimentos turísticos cobram os preços dos serviços turísticos de acordo com o poder aquisitivo da população local e sustentável quando os empreendimentos turísticos cobram os preços dos serviços turísticos de acordo com o poder aquisitivo da população local.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

h) Preços acessíveis dos insumos e produtos locais

Descrição: os preços dos insumos e produtos locais são acessíveis para atender a demanda dos empreendimentos turísticos.

Objetivo: avaliar se os preços dos insumos e produtos locais são acessíveis para os empreendimentos turísticos.

Justificativa: é importante que os preços dos insumos e produtos turísticos sejam acessíveis para atender a demanda local, pois os empreendimentos turísticos poderão contribuir com a geração de emprego e renda na região, uma vez que compram os insumos e produtos para atender os turistas, gerando assim uma dinâmica de um mercado de consumo local.

Parâmetro de medição: existência de preços acessíveis dos insumos e produtos turísticos.

Fonte de informação: verificar junto ao mercado local como são praticados os preços dos insumos e produtos e comparar com os preços da região circunvizinha, observando se realmente os preços locais são bons em relação aos outros.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando avaliar que os preços dos insumos e produtos locais não forem acessíveis para os empreendimentos turísticos, parcialmente sustentável quando uma parte dos preços dos produtos turísticos são acessíveis e sustentável quando os preços dos insumos e produtos são acessíveis para atender os empreendimentos turísticos.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

4.3.5 Dimensão Políticas Institucionais

Essa dimensão busca mensurar as políticas públicas e a elaboração das estratégias de forma participativa visando o desenvolvimento do turismo sustentável. O Quadro 8 apresenta os 7 (sete) indicadores da dimensão das políticas institucionais.

Quadro 8 – Indicadores da políticas institucionais.

INDICADORES
a) Participação do <i>trade</i> turístico nas tomadas de decisão
b) Meios de socialização das decisões sobre o desenvolvimento turístico
c) Órgãos públicos específicos para o turismo
d) Plano Municipal de Turismo
e) Integração do plano de desenvolvimento do turismo com o plano de gestão ambiental
f) Programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados e Países
g) Linhas de crédito disponíveis para investimentos turísticos

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2018).

a) Participação do *trade* turístico nas tomadas de decisão

Descrição: compreender se os empreendedores, gestores administrativos e comunidade local participam nas tomadas de decisão e elaboração das ações sobre o turismo local sustentável.

Objetivo: avaliar se o *trade* turístico participa do processo de tomada de decisão sobre o desenvolvimento do turismo local.

Justificativa: a participação do *trade* turístico nos processos decisórios é importante porque o mesmo pode contribuir com ideias e ações inovadoras que possam minimizar os impactos negativos e contribuir com a sustentabilidade turística.

Parâmetro de medição: participação ativa do *trade* turístico nos processos decisórios.



Fonte de informação: verificação junto ao *trade* turístico se existe a participação nas reuniões de conselhos e no planejamento para o desenvolvimento do turismo.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir a participação dos atores sociais locais e do *trade* turístico nas reuniões de conselhos e no planejamento para o desenvolvimento do turismo, parcialmente sustentável quando não existir de forma efetiva a participação dos atores sociais e do *trade* turístico, e sustentável quando existir de forma efetiva a participação dos atores sociais e do *trade* turístico.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

b) Meios de socialização das decisões sobre o desenvolvimento turístico

Descrição: os resultados das decisões sobre o planejamento turístico são socializados, através de jornais locais ou programas de rádio.

Objetivo: identificar se existem meios de socialização das decisões sobre o desenvolvimento do turismo para a sociedade local.

Justificativa: a socialização das decisões sobre o desenvolvimento do turismo para a sociedade é importante para que a mesma saiba se as ações que estão sendo propostas atendem os seus anseios sem causar danos ambientais, sociais e culturais.

Parâmetro de medição: existência de meios de socialização das decisões sobre o planejamento do turismo.

Fonte de informação: verificar junto a população local se existem meios de socialização sobre as decisões do planejamento turístico.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existirem meios de socialização sobre os resultados das decisões do planejamento turístico, parcialmente sustentável quando existirem poucos meios de socialização e sustentável quando existirem meios de socialização das decisões sobre o planejamento turístico.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

c) Órgãos públicos municipais específicos para o turismo

Descrição: existe a presença de órgãos públicos municipais específicos para o turismo como: Diretorias ou Secretarias de Turismo.

Objetivo: identificar a existência de órgãos públicos municipais específicos para o turismo.

Justificativa: os órgãos públicos municipais voltados para o turismo contribuem para a elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento, acompanhamento e fiscalização das atividades, de forma a primar pelo desenvolvimento ético e sustentável do turismo.

Parâmetro de medição: existência de órgãos públicos municipais atuantes, especificamente para o turismo.

Fonte de informação: verificação junto ao poder público e a população local se existem órgãos públicos municipais atuantes voltados para a atividade turística.

Tipo de unidade de medida: a população local irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir órgão municipal específico para o turismo, parcialmente sustentável quando existe e funciona de forma precária, e sustentável quando existe e funciona a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

d) Plano Municipal de Turismo

Descrição: Plano Municipal de Turismo – documento elaborado de forma participativa que contém todo planejamento do turismo, com objetivos e metas dentre um período de tempo.

Objetivo: identificar a existência de Planos Municipais de Turismo sendo desenvolvidos nos municípios que formam o Roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: os Planos Municipais de turismo são instrumentos importantes para o desenvolvimento do turismo de uma região, pois os mesmos, elaborados de forma participativa, buscam, ordenar, integrar esforços, elaborar políticas públicas,

objetivos e metas que possam ser atingidas dentro um certo período de tempo que visem desenvolver o turismo de forma sustentável.

Parâmetro de medição: existência de Plano Municipal de Turismo em desenvolvimento nos municípios que formam o Roteiro Caminhos do Frio.

Fonte de informação: verificação junto ao poder público e a população local quanto a existência de Planos Municipais de Turismo em desenvolvimento.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir Plano Municipal de Turismo, parcialmente sustentável quando existir e não funciona, e sustentável quando existe e funciona a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

e) Integração do plano de desenvolvimento do turismo com o plano de gestão ambiental

Descrição: o plano de ação de desenvolvimento do turismo se integra com o plano de gestão ambiental.

Objetivo: avaliar se existe uma integração entre o plano de desenvolvimento do turismo com o plano de gestão ambiental.

Justificativa: a integração do plano de desenvolvimento do turismo com o plano gestão ambiental propicia a elaboração de políticas que viabilizem um desenvolvimento equilibrado e de forma harmônica entre turismo e meio ambiente.

Parâmetro de medição: verificação da existência da integração dos plano de desenvolvimento do turismo e de gestão ambiental.

Fonte de informação: verificar junto aos gestores públicos e a população local se as ações do plano de desenvolvimento turístico encontra-se integrado com o plano de gestão ambiental.

Tipo de unidade de medida: a população local irá considerar que o indicador é insustentável quando as ações do plano turístico não encontram-se integradas com o plano de gestão ambiental, parcialmente sustentável quando poucas ações do plano turístico encontram-se integradas com o plano de gestão

ambiental e sustentável quando as ações do plano de turismo encontram-se integradas com as ações do plano de gestão ambiental.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

f) Linhas de crédito disponíveis para investimento em turismo

Descrição: Linhas de crédito específicas para investimento em turismo destinadas ao Brejo Paraibano.

Objetivo: identificar a existência de linhas de crédito disponíveis para investimento em turismo no Brejo Paraibano.

Justificativa: as linhas de crédito disponíveis para investimento em turismo contribuem para os empreendedores abrirem seus negócios e ampliarem seus serviços de modo que atendam melhor a demanda turística.

Parâmetro de medição: existência de linhas de crédito disponíveis para investimentos em turismo destinadas ao Brejo Paraibano.

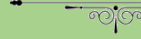
Fonte de informação: verificação junto a iniciativa privada e aos bancos se existem linhas crédito disponíveis para investimento em turismo.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existirem linhas de crédito específicas o turismo, parcialmente sustentável quando as linhas de crédito existirem, mas não são acessíveis para os empreendedores locais e sustentável quando as linhas de crédito existirem para o turismo e são acessíveis aos empreendedores.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

g) Programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados e Países

Descrição: existe programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados ou Países, com participação dos empreendedores locais e dos gestores de turismo em feiras e eventos turísticos externos.



Objetivo: programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados e Países.

Justificativa: os programas de promoção e comercialização dos produtos turísticos para outros Estados e Países são importantes para promover o destino turístico, divulgando os atrativos e serviços para atrair mais visitantes em toda época do ano e minimizar a sazonalidade.

Parâmetro de medição: existência de programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados e Países suficiente para promover o turismo local.

Fonte de informação: verificação junto a iniciativa privada e ao poder público se existe programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados e Países.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados e Países, parcialmente sustentável quando existe, mas funciona de forma precária, precisando de investimentos, e sustentável quando existir e funciona a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

4.3.6 Serviços Turísticos

Essa dimensão busca avaliar os impactos dos setores do turismo em relação ao meio ambiente, a sociedade e a cultura, bem como, identificar se a capacidade dos serviços turísticos existentes no *Roteiro Caminhos do Frio* é suficiente para atender a demanda turística. Busca-se assim um equilíbrio para o desenvolvimento dos serviços turísticos de forma sustentável, pois percebe-se que a implantação de todo serviço turístico gera impactos positivos e negativos tanto para o seu desenvolvimento quanto para sociedade e o meio no qual está inserido. Nesse sentido, é importante acompanhar e mensurar todos os impactos para que possam ser minimizados e atenuados os impactos negativos e tenha serviços turísticos sustentáveis. O Quadro 9 apresenta 4 (quatro) indicadores referentes a dimensão serviços turísticos.

Quadro 9 – Indicadores dos serviços turísticos

INDICADORES
a) Os serviços turísticos do Roteiro Caminhos do Frio são suficientes
b) Os serviços turísticos são poluentes
c) Os serviços turísticos praticam políticas sustentáveis
d) Gestores e colaboradores dos serviços turísticos são qualificados

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2018).

a) Os serviços turísticos do roteiro Caminhos do Frio são suficientes

Descrição: os serviços turísticos como: meios hospedagem, serviços de transporte, alimentos e bebidas, áreas de lazer, áreas específicas para eventos, empresas de eventos e agências de receptivo são suficientes para atender a demanda dos turistas no período do roteiro Caminhos do Frio.

Objetivo: identificar se os serviços turísticos são suficientes para atender a demanda do roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: para o desenvolvimento de um destino turístico de forma sustentável é necessário que os serviços turísticos pratiquem políticas sustentáveis e atendam a demanda de forma confortável, pois se o destino não tiver capacidade de comportar os turistas, os mesmos ficam insatisfeitos e podem não retornar ao local.

Parâmetro de medição: existência de todos serviços turísticos com capacidade para atender a demanda no *Roteiro Caminhos do Frio*.

Fonte de informação: verificar junto ao poder público e a iniciativa privada se os serviços turísticos são suficientes para atender a demanda no período do roteiro Caminhos do Frio.

Tipo de unidade de medida: a população local irá considerar que o indicador é insustentável quando os serviços turísticos não forem suficientes para atender a demanda no período do *Roteiro Caminhos do Frio*, parcialmente sustentável quando atende uma parte da demanda, porém precisa de investimentos e melhorias, e sustentável quando os serviços turísticos são suficientes para atender a demanda no período de vigência do evento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

b) Os serviços turísticos são poluentes

Descrição: alguns dos serviços turísticos como: meios de hospedagem serviços de alimentos e bebidas, áreas de eventos, transporte, áreas de lazer e agenciamento, são poluentes a água, o ar, o solo ou as plantas.

Objetivo: verificar se algum serviço turístico é poluente no roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: como a atividade turística utiliza dos atrativos naturais na sua oferta e ainda dos seus serviços operacionais, é relevante que sejam realizadas avaliações se existe poluição sonora, do ar, da água, e do solo, de forma que cause impactos negativos irreversíveis. Nesse sentido, é importante existir um acompanhamento contínuo dos órgãos fiscalizadores através de indicadores que possa medir a sustentabilidade local.

Parâmetro de medição: identificação da existência de serviços turísticos poluentes.

Fonte de informação: verificação junto aos órgãos ambientais e empreendimentos turísticos da existência de poluição causada pelos serviços turísticos.

Tipo de unidade de medida: a população local irá considerar que o indicador é insustentável quando existir poluição causada pelos serviços turísticos, parcialmente sustentável quando existe pouca poluição e sustentável quando não existir poluição causada pelos serviços turísticos.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

c) Os serviços turísticos praticam políticas sustentáveis

Descrição: os meios de hospedagem, serviços de alimentos e bebidas, áreas de eventos, transportes, áreas de lazer e agenciamento, adotam políticas ambientais como educação ambiental, práticas sustentáveis e fazem uso de energias renováveis.

Objetivo: identificar se os serviços turísticos adotam políticas sustentáveis.



Justificativa: as práticas de educação ambiental, o uso de energias renováveis e de políticas de apoio a projetos ambientais ou sociais, ajudam a conscientizar o *trade* turístico, a população local e os turistas sobre a importância da sustentabilidade e contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Parâmetro de medição: existência de práticas de políticas sustentáveis nos empreendimentos turísticos.

Fonte de informação: verificação junto aos empreendimentos turísticos se existem práticas sustentáveis como: educação ambiental, uso de energias renováveis e apoio a projetos ambientais ou sociais.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existirem práticas sustentáveis como educação ambiental, uso de energias renováveis e apoio a projetos ambientais ou sociais, parcialmente sustentável quando existirem poucas práticas sustentáveis e sustentável quando existirem práticas sustentáveis suficientes.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

d) Gestores e colaboradores dos serviços turísticos são qualificados

Descrição: os recursos humanos que trabalham nos setores do turismo são qualificados de acordo com as funções que exercem.

Objetivo: verificar se os gestores e colaboradores dos serviços turísticos são qualificados de acordo com as funções que exercem.

Justificativa: a qualificação profissional é muito importante para o crescimento dos serviços turísticos, como também para prestação de um serviço de qualidade, pois os gestores precisam ter qualificação de toda área de gestão sobre seu negócio e os colaboradores sobre os serviços que oferecem, para poder contribuir com a sustentabilidade do empreendimento.

Parâmetro de medição: existência de qualificação profissional dos gestores e colaboradores dos serviços turísticos do *Roteiro Caminhos do Frio*.

Forma de medição: verificação junto aos empreendimentos turísticos se os gestores e colaboradores são qualificados para exercerem as funções.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando os gestores e colaboradores não são qualificados para exercerem as funções, parcialmente sustentável quando existe a qualificação, porém não é suficiente para o exercício da função, e sustentável quando a qualificação dos gestores é suficiente para exercer a função.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

4.3.7 Dimensão Infraestrutura Turística

Essa dimensão busca mensurar os impactos causados pela implantação da infraestrutura turística no meio ambiente e no meio sociocultural, pois percebe-se que toda implantação de infraestrutura turística gera impactos e os mesmos precisam ser monitorados para não causarem fortes impactos. Também se observa que para a atividade turística se desenvolver em uma localidade é necessário a implantação de um conjunto de infraestruturas que viabilizem o recebimento de turistas e o funcionamento dos serviços. Nesse sentido, percebe-se que a implantação da infraestrutura para o desenvolvimento do turismo gera impactos, porém é necessário para o funcionamento do turismo. Nesse contexto, os indicadores de sustentabilidade poderão nortear estratégias de como implantar a infraestrutura turística de forma harmônica com o meio ambiente, e sociocultural. O Quadro 10 apresenta 09 (nove) indicadores referentes a dimensão infraestrutura turística.

Quadro 10 – Indicadores de infraestrutura turística

INDICADORES
a) Medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura turística
b) A infraestrutura de acesso rodoviário no roteiro Caminhos do Frio
c) As estradas são pavimentadas ou em terraplanagem
d) Acesso de infraestrutura de aeroporto
e) As estradas são sinalizadas
f) A iluminação é suficiente nos atrativos turísticos
g) Instalações do comércio e fornecedores atendem a demanda dos empreendimentos turísticos
h) A qualidade dos insumos e produtos locais, e o prazo de entrega atendem as necessidades
i) Os empreendimentos turísticos apresentam acessibilidade

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2018).

a) Medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura turística

Descrição: a implantação da infraestrutura de apoio ao turismo como estradas, rodoviárias, aeroportos, entre outros, e infraestrutura turística como hotéis, centros de convenção, restaurantes e áreas de lazer, causam impactos aos meios ambiente, social e cultural.

Objetivo: identificar se existem medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura.

Justificativa: a mitigação de impactos causados pela implantação da infraestrutura, constitui uma responsabilidade do poder público e da iniciativa privada em buscar contornar as ações negativas causados ao meio onde se encontra a atividade turística, através de ações que possam melhorar a área ocupada ou a área circunvizinha.

Parâmetros de medição: existência de medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura.

Fonte de informação: verificação junto aos órgãos ambientais e iniciativa privada quanto a existência de medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existirem medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura, parcialmente sustentável quando existirem as medidas mitigadoras, porém não são suficientes, sustentável quando existirem as medidas mitigadoras e são suficientes.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

b) A infraestrutura de acesso rodoviário no Roteiro Caminhos do Frio

Descrição: a infraestrutura de acesso rodoviário ao *Roteiro Caminhos do Frio* é de boa qualidade e atende à demanda turística.

Objetivo: identificar se a infraestrutura de acesso rodoviário no *Roteiro Caminhos do Frio* é de boa qualidade e atende à demanda turística.



Justificativa: a infraestrutura de acesso rodoviário de boa qualidade corresponde a um cartão postal de entrada dos turistas no roteiro, por isso é importante primar pela qualidade geral e a capacidade de receber os visitantes.

Parâmetros de medição: existência de infraestrutura de acesso rodoviário ao roteiro *Caminhos do Frio* é de boa qualidade para atender à demanda turística.

Fonte de informação: verificação junto aos postos rodoviários se a infraestrutura existente é de boa qualidade e atende à demanda no período do *Roteiro Caminhos do Frio*.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir infraestrutura de acesso rodoviário, parcialmente sustentável quando existir a infraestrutura, porém não é suficiente, e sustentável quando existir a infraestrutura e é suficiente.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

c) As estradas são pavimentadas ou em terraplanagem em boas condições

Descrição: a pavimentação das estradas ou a construção em terraplanagem de boa qualidade facilita o acesso do visitante.

Objetivo: identificar se as estradas de acesso ao *Roteiro Caminhos do Frio* são pavimentadas ou em terraplanagem em boas condições.

Justificativa: a pavimentação ou a construção em terraplanagem das estradas de acesso ao *Roteiro Caminhos do Frio*, facilita o acesso do visitante, bem como melhora o fluxo dos transportes e reduz o tempo de viagem até o roteiro. Um bom acesso é fundamental para o desenvolvimento de qualquer destino turístico.

Parâmetros de medição: existência de estradas pavimentadas ou em terraplanagem em boas condições de acesso ao *Roteiro Caminhos do Frio*.

Fonte de informação: verificar junto aos órgãos públicos e em visitas in loco se as estradas pavimentadas ou em terraplanagem são de boas condições.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando as estradas pavimentadas ou em terraplanagem não estiverem em boas condições, parcialmente sustentável quando só uma parte das estradas

está em boas condições, e sustentável quando as estradas pavimentadas ou em terraplanagem estiverem em boas condições.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

d) Existe acesso a aeroportos

Descrição: no roteiro Caminhos do Frio existe acesso a aeroportos onde pousam aeronaves de pequeno ou médio porte.

Objetivo: identificar se existe acesso a aeroportos no roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: aeroportos facilitas o acesso de visitantes de outros estados ou países ao Roteiro Caminhos do Frio, sendo importante para o desenvolvimento e ampliação do roteiro.

Parâmetros de medição: existência de aeroportos.

Fonte de informação: verificação junto ao poder público e in loco se existem aeroportos próximos ao Roteiro Caminhos do Frio.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir acesso a aeroportos, parcialmente sustentável quando existir acesso a aeroportos, porém de forma precária, e sustentável quando existirem aeroportos e são de fácil acesso.

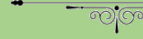
Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

e) As estradas são bem sinalizadas

Descrição: existe sinalização nas estradas indicando o roteiro Caminhos do Frio, os atrativos e os serviços turísticos.

Objetivo: verificar junto ao poder público e in loco se existe sinalização sobre o roteiro Caminhos do Frio, os atrativos e os serviços turísticos.

Justificativa: a sinalização facilita o acesso dos visitantes ao roteiro, bem como aos atrativos e aos serviços que o roteiro oferece, sendo muito importante para o desenvolvimento de um roteiro turístico.



Parâmetros de medição: existência de sinalização nas estradas de acesso ao roteiro Caminhos do Frio.

Fonte de informação: verificar junto a população local, ao poder público e in loco se as estradas de acesso ao roteiro Caminhos do Frio são sinalizadas.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir sinalização nas estradas de acesso ao Roteiro Caminhos do Frio, parcialmente sustentável quando existir a sinalização, porém de forma precária, e sustentável quando existir a sinalização e for de boa qualidade.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

f) A iluminação é suficiente nos atrativos turísticos

Descrição: existe iluminação suficiente nos atrativos que compõem o roteiro Caminhos do Frio.

Objetivo: verificar se existe iluminação suficiente nos atrativos que compõem o roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: a iluminação viabiliza o acesso aos atrativos, possibilitando sensação de segurança, como também o visitante poderá desfrutar melhor dos atrativos no período noturno tendo uma ampla visão sobre o que o espaço pode oferecer.

Parâmetros de Medição: existência de iluminação nos atrativos do roteiro Caminhos do Frio.

Fonte de informação: verificar junto a população local, aos órgãos públicos e in loco sobre a existência de iluminação suficiente nos atrativos turísticos.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir iluminação suficiente nos atrativos turísticos, parcialmente sustentável quando existir de forma precária e sustentável quando existir e for de boa qualidade.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

g) Instalações de comércio e fornecedores atende à demanda dos empreendimentos turísticos

Descrição: as instalações do comércio e fornecedores locais como supermercados, feiras livres, entre outros, são suficientes para atender a demanda dos empreendimentos turísticos.

Objetivo: verificar se as instalações do comércio e fornecedores atendem a demanda dos empreendimentos turísticos.

Justificativa: para melhor agilidade no desenvolvimento do turismo local é importante que os fornecedores estejam próximos, isso facilita a compra, o crédito, o prazo de entrega, bem como movimenta a economia local gerando emprego e renda.

Parâmetros de medição: existência de infraestrutura de comércio e fornecedores que atendam a demanda dos empreendimentos turísticos no roteiro Caminhos do Frio.

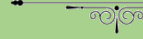
Fonte de informação: verificar junto aos empreendimentos turísticos e o comércio local se a infraestrutura comercial e os fornecedores são suficientes para atender a demanda dos empreendimentos.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando a infraestrutura comercial e os fornecedores não são suficientes para atender a demanda dos empreendimentos, parcialmente sustentável quando existe a infraestrutura comercial, porém não é suficiente, e sustentável quando existe a infraestrutura e funciona a contento.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

h) A qualidade dos insumos e produtos locais, e o prazo de entrega, atendem as necessidades da demanda dos empreendimentos turísticos

Descrição: a qualidade dos insumos e produtos locais estão de acordo com as normas da vigilância sanitária e são entregues rapidamente.



Objetivo: verificar junto ao comércio, fornecedores e empreendimentos turísticos se a qualidade dos insumos e produtos locais, e o prazo de entrega, atendem as necessidades da demanda dos empreendimentos do roteiro Caminhos do Frio.

Justificativa: a qualidade dos insumos e dos produtos locais, bem como os prazos de entrega facilitam a compra pelos empreendimentos turísticos na localidade, sendo assim existem vantagens para os empreendimentos turísticos que terão produtos de qualidade em curto prazo de entrega, e para o comércio local que irá gerar emprego e renda.

Parâmetros de medição: existência de insumos e produtos de qualidade no local do roteiro Caminhos do Frio com entrega rápida.

Fonte de informação: verificação junto ao comércio local e os empreendimentos turísticos se os insumos e produtos são de qualidade e o prazo de entrega é rápido.

Tipo de unidade de medida: o ator social irá considerar que o indicador é insustentável quando os insumos e produtos não são de qualidade e o prazo de entrega não é rápido, parcialmente sustentável quando só uma parte dos insumos e produtos são de qualidade e o prazo de entrega é rápido, e sustentável quando os insumos e produtos são de qualidade e o prazo de entrega é rápido.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

i) Os empreendimentos turísticos apresentam acessibilidade

Descrição: os empreendimentos turísticos apresentam sinalização de acessibilidade, rampa de acesso, corrimão, áreas com piso antiderrapante, sinalização em braile, entre outros.

Objetivo: verificar junto aos empreendimentos turísticos do roteiro Caminhos do Frio se existe acessibilidade.

Justificativa: garante a segurança e integridade física de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assegurando assim o direito de ir e vir nos empreendimentos turísticos, e ainda usufruir dos mesmos ambientes que uma pessoa dita normal.



Parâmetros de medição: existência de acessibilidade nos serviços turísticos.

Fonte de informação: verificação junto aos serviços turísticos quanto a existência de acessibilidade.

Tipo de unidade de medida: o ator social que irá considerar que o indicador é insustentável quando não existir acessibilidade nos empreendimentos turísticos, parcialmente sustentável quando existir a acessibilidade de forma precária e sustentável quando existir a acessibilidade de boa qualidade.

Critério de análise: atribui-se nota de 0 a 10 ao indicador de acordo com o nível de sustentabilidade.

4.4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS

Para coletar os dados primários foi realizado um censo a partir da técnica da “bola de neve”, tomando-se como base o poder público, a comunidade local e o *trade* turístico. A bola de neve é realizada com a indicação de possível entrevistado para participação da pesquisa. Ao realizar a pesquisa é solicitado ao entrevistado inicial que indique um outro com o mesmo interesse pelo desenvolvimento do turismo sustentável. A pesquisa se encerra quando os indicados começam a se repetir.

4.5 ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para coleta dos dados desta pesquisa foi elaborado um questionário com questões fechadas e que foram aplicados no formato de entrevista com as dimensões: ambiental, social, cultural, econômica, política institucional, infraestrutura turística, setores operacionais do turismo e os indicadores de sustentabilidade. O instrumento foi avaliado de acordo com a opinião dos representantes do *trade* turístico levando em consideração o nível de sustentabilidade correspondente a cada indicador. Nesse sentido, os representantes do *trade* turístico, após refletirem sobre o indicador e o roteiro, atribuíram pesos de acordo com o nível de sustentabilidade, como mostra o modelo do Quadro 11.

Quadro 11 – Questionário 01

DIMENSÃO SERVIÇOS TURÍSTICOS - INDICADORES	ATRIBUIR NOTA DE 0 A 10
a) Os serviços turísticos do Roteiro Caminhos do Frio são suficientes	
b) Os serviços turísticos são poluentes.	
h) Os serviços turísticos praticam políticas sustentáveis	
c) Gestores e colaboradores dos serviços turísticos são qualificados	

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda, 2018.

4.6 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados foi utilizada a abordagem quali-quantitativa, considerando a nota atribuída aos indicadores pelos atores sociais, bem como a justificativa de sua resposta. No quesito de levantamento dos dados primários foram levados em consideração os atores sociais que formam o *trade* turístico. Assim, as notas para cada indicador foram transformadas em índices com variação 0 – 1 que, agregados, geraram os índices das dimensões: ambiental, social, cultural, política institucional, econômica, serviços turísticos e infraestrutura turística e o índice geral da atividade turística no município de Areia. Para tanto, se utilizou o método de construção de índice estabelecido por Ferreira et al. (2012), segundo a seguinte equação:

$$I = \frac{X - X_{min}}{X_{max} - X_{min}} \quad (1)$$

onde:

I = índice

X = média do indicador

X_{min} = nota mínima atribuída

X_{max} = nota máxima atribuída

Para identificação do nível de sustentabilidade dos indicadores tomou-se como base Ferreira et al. (2012), que consideram o índice 0,7 como marco aceitável para avaliar a sustentabilidade dos agroecossistemas, o limiar da sustentabilidade

(ou seja, abaixo desse índice, a situação é considerada indesejável para a sustentabilidade). Nesse sentido, os critérios de valoração e análise dos índices seguiram os seguintes parâmetros: quando o indicador tiver na faixa de 0,00 – 0,30, é considerado insustentável; na faixa de 0,31 – 0,69, parcialmente sustentável, na faixa de 0,70 - 1,00, sustentável. Para melhor visualização do resultado final, os níveis da sustentabilidade foram sinalizados por meio do Semáforo da Sustentabilidade, segundo Martins e Candido (2008): quando o indicador é classificado como insustentável, utilizou-se a cor vermelha; para o indicador considerado parcialmente sustentável, a cor amarela e para o indicador classificado como sustentável, usou-se a cor verde

Também foi utilizado o método de porcentagem para identificar o índice de cada dimensão e o índice geral. Para tanto, se menos de 30% dos indicadores analisados forem sustentáveis, a dimensão terá uma tendência a ser insustentável. Se 31% a 69% dos indicadores analisados forem sustentáveis a dimensão terá uma tendência a ser parcialmente sustentável. E se mais de 70% dos indicadores analisados forem sustentáveis a dimensão terá uma tendência a ser sustentável.

Para análise do índice final do nível sustentabilidade foram analisadas as dimensões, então: se menos de 30% das dimensões analisadas forem sustentáveis o nível de sustentabilidade da atividade turística será considerado insustentável. Se 30% a 69% das dimensões analisadas forem sustentáveis o nível de sustentabilidade da atividade turística será considerado parcialmente sustentável. E se mais de 70% das dimensões analisadas forem sustentáveis o nível de sustentabilidade da atividade turística será considerado sustentável.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do nível de sustentabilidade da atividade turística do município de Areia foi realizada a partir do uso de um sistema de indicadores de sustentabilidade elaborado para o Roteiro do Caminho do Frio no Brejo Paraibano, levando em consideração as características locais dos aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e turísticos.

Para ponderação dos indicadores foi considerada a opinião dos atores sociais e do *trade* turístico, e ainda se considerou o ponto de vista do pesquisador,

ressaltando a observação não participante. Para identificação do nível de sustentabilidade do índice considerou-se os seguintes critérios: os indicadores que se encontraram na faixa de 0,00 – 0,30 são considerados insustentáveis; na faixa de 0,31 – 0,69 são considerados parcialmente sustentáveis, e na faixa de 0,70 - 1,00 são considerados sustentáveis.

A identificação do nível de sustentabilidade da atividade turística do Roteiro Caminhos do Frio no Município de Areia é importante como marco orientador para as tomadas de decisão, para o planejamento e a elaboração de políticas públicas que possam minimizar os impactos negativos e fortalecer os pontos positivos relacionados com a sustentabilidade.

Além da identificação do nível de sustentabilidade da atividade turística, também foi possível apresentar um diagnóstico da situação das dimensões: ambiental, social, cultural, econômica, política institucional, serviços turísticos e infraestrutura turística, como também foram sugeridas melhorias para os indicadores que se encontram frágeis. Nesse sentido, foi possível atingir os objetivos da pesquisa encontrando os resultados por dimensão apresentados a seguir.

5.1 DIMENSÃO AMBIENTAL

A dimensão ambiental da sustentabilidade buscou analisar a relação do meio ambiente com a atividade turística. Para tanto, foi possível mensurar as ações do desenvolvimento do turismo em relação a utilização dos recursos naturais na formação do produto turístico como atrativo e também para atender os serviços turísticos de forma direta. O resultado desses indicadores contribui para uma análise de como se encontra o desenvolvimento turístico em relação ao meio ambiente, no *Roteiro Caminhos do Frio* no município de Areia. Nesse sentido, os indicadores dessa dimensão demonstram que se os empreendimentos turísticos desenvolverem práticas sustentáveis podem trazer vários benefícios para o meio ambiente, preservando a qualidade dos recursos naturais, minimizando os custos de energia, entre outros, além de poder dispor de uma oferta turística saudável.

Através desses resultados, e a partir da visão do *trade* turístico em consonância com os atores sociais, também foi possível nortear as tomadas de decisão em relação ao nível de sustentabilidade ambiental, traçar políticas públicas

e investimentos para o fortalecimento dos indicadores negativos na perspectiva da sustentabilidade. O Quadro 12 apresenta os resultados dessa dimensão.

Quadro 12 – Resultado da dimensão ambiental

INDICADORES	ÍNDICE	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
a) Consumo de água no período dos caminhos do frio não afeta o consumo local	0,71	Sustentável
b) Saneamento básico	0,63	Parcialmente sustentável
c) Reuso de águas para serviços de limpeza e jardinagem	0,48	Parcialmente sustentável
d) Coleta de lixo regular no período do Roteiro do Caminho do Frio	0,80	Sustentável
e) Programa de reciclagem	0,61	Parcialmente sustentável
f) Educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico e sustentável	0,70	Sustentável
g) Preocupação para não causar impacto ambiental no percurso das trilhas	0,70	Sustentável
h) Licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos empreendimentos turísticos	0,71	Sustentável
i) Controle da poluição visual, sonora e do ar no período do roteiro caminhos do frio	0,56	Parcialmente sustentável
j) Uso de energias renováveis nos equipamentos turísticos	0,20	Insustentável
k) Tecnologia que reduz o consumo de energias	0,23	Insustentável

Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda (2018).

a) Consumo de água no período do Roteiro Caminhos do Frio não afeta o consumo local

Esse indicador é considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,71. Através da justificativa das respostas dos atores sociais, e da observação *in loco*, foi possível compreender que a Região do Brejo Paraibano tem um clima ameno e chuvoso com grandes reservatórios de água, a exemplo da Barragem Saulo Maia que se localiza no município de Areia. Além de existirem esses grandes reservatórios de água, os empreendimentos turísticos buscam desenvolver uma consciência junto aos seus colaboradores de não haver desperdício.

Diante o exposto, observa-se que o aumento da demanda dos visitantes não tem prejudicado o consumo de água da população local. A gestão dos recursos hídricos na atividade turística deve ser realizada de forma participativa para não causar problemas para o consumo local. Segundo Freitas, Rangel e Dutra (2008), o

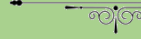
gerenciamento dos recursos hídricos deve ser realizado pelas autoridades governamentais em parceria com a iniciativa privada e a sociedade local, no sentido de minimizar impactos que venham prejudicar os ecossistemas e o consumo humano.

O indicador foi considerado sustentável, porém na visão dos pesquisadores é importante que a preservação dos recursos hídricos deve permanecer junto aos colaboradores dos empreendimentos turísticos, população local e turistas, pois no momento atual o consumo não é comprometido porque tem grandes reservatórios, mas precisa ter cuidado em não aumentar a demanda turística de forma excessiva, porque senão esses reservatórios podem reduzir sua capacidade e vir prejudicar a população local. Tundisi (2003) afirma que as atividades econômicas devem estabelecer normas e padrões quanto ao consumo dos recursos hídricos no sentido de não haver desperdícios a ponto de causar problemas.

b) Saneamento básico

Esse indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,63. Na visão do *trade* turístico e dos atores sociais algumas ações do saneamento básico precisam ser melhoradas, a exemplo do tratamento do esgoto. Nesse sentido é necessário que o poder público local desenvolva ações que possam viabilizar o destino correto do esgoto para estações onde ocorra efetivamente o tratamento. Nesse contexto, o saneamento básico torna-se também importante na relação com o desenvolvimento turístico. Neri (2008) aborda que para uma localidade desenvolver uma atividade turística de forma sustentável é necessário investir em saneamento básico, para poder garantir a saúde do visitante no período de sua estada, bem como não prejudicar o meio ambiente com os resíduos gerados com o aumento da população local.

Vale salientar que o saneamento básico é muito importante para a minimização de vetores de doenças para a população local e turistas, bem como a redução de impactos negativos aos recursos naturais, sendo um indicador que merece especial atenção para contribuição do desenvolvimento sustentável do turismo no Roteiro Caminhos do Frio. Para Sousa, Faria e Moreira (2008), a promoção da saúde pública depende muito dos serviços de saneamento básico. E



ainda ressalta que o saneamento básico é importante também para o desenvolvimento das atividades econômicas.

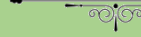
c) Reuso de águas para serviços de limpeza e jardinagem

O indicador apresenta-se parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,48. Na justificativa, as respostas do *trade* turístico e dos atores sociais apontaram que poucos empreendimentos turísticos realizam o reuso de suas águas cinzas para serviços de limpeza e jardinagem, a maior parte das águas é direcionada para o esgoto comum e fossas sépticas. Os empreendimentos turísticos utilizam muito os recursos hídricos na prestação de seus serviços. Almeida (2008) ressalta que uma forma dos roteiros turísticos minimizar o consumo da água e contribuir com a minimização dos impactos negativos causados pelas águas residuárias dos empreendimentos turísticos é fazendo a reutilização das águas cinzas em limpezas e jardinagem.

Nesse sentido, o poder público, junto com os empreendedores turísticos precisam desenvolver ações de conscientização sobre a importância do reuso da água na perspectiva de minimização de impactos negativos aos recursos hídricos, bem como do consumo e tratamento corretos das águas cinzas. Nesse sentido, com o fortalecimento dessas ações o indicador poderá tornar-se sustentável. Segundo Gonçalves (2009), a utilização das águas cinzas propicia uma economia no uso da quantidade de águas para o funcionamento do empreendimento turístico. Para tanto, o reuso das águas contribui para a redução do consumo pelos empreendimentos turísticos.

d) Coleta de lixo regular no período do Roteiro Caminhos do Frio

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,80. O *trade* turístico e os atores sociais justificaram suas respostas considerando que a coleta de lixo é realizada regularmente, independente do período, por uma empresa e o lixo é transportado para uma usina onde é feito o tratamento correto, que se localiza no município de Campina Grande. A coleta regular do lixo e o tratamento correto é importante para minimização de impactos negativos aos recursos naturais,



bem como para a redução de vetores de doenças para a população local e turistas, sendo assim um indicador que contribui para o desenvolvimento sustentável do turismo.

A coleta regular do lixo nos destinos turísticos é importante para não causar impactos ambientais, bem como a poluição visual. Para Álvares (2010) a coleta dos resíduos gerados nos empreendimentos turísticos de forma contínua é necessária para não causar problemas ambientais e para a própria saúde humana.

O plano de gestão do turismo geralmente busca se preocupar com a gestão dos resíduos gerados pelos seus serviços. Pena (2016) aborda que a gestão do desenvolvimento turístico de uma localidade deve se preocupar com a gestão dos resíduos sólidos para não prejudicar a oferta dos atrativos turísticos naturais e a saúde humana.

e) Programa de reciclagem

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,61. O *trade* turístico e os atores sociais justificaram sua resposta considerando que não existe incentivo por parte do poder público para o desenvolvimento da reciclagem e poucos empreendedores fazem a reciclagem em seus empreendimentos. Na visão dos pesquisadores a reciclagem é importante para minimização da produção de lixo e reutilização de matéria prima e produtos que podem ter vida útil para o uso humano. Para Gouveia (2012) a implementação de programas de reciclagem é muito importante nos destinos turísticos e para o meio ambiente, uma vez que reduz a poluição, retorna diferentes materiais para o ciclo produtivo, gerando economia e evitando o aumento de lixo nos aterros.

Observa-se que atividade turística aumenta a produção de resíduos sólidos em um destino e a implementação de programas de reciclagem contribui para o retorno dessa matéria prima para a linha de produção, gerando emprego e renda e reduzindo a quantidade de lixo depositado nos aterros sanitários (INSTITUTO DE HOSPITALIDADE, 2004).

f) Educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico e sustentável



O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,70. Na ótica do *trade* turístico e dos atores sociais, existem ações realizadas pelo poder público, pela mídia local, como o rádio e empreendimentos turísticos, sobre a importância da minimização do desperdício de água, para não jogar lixo em lugares fora dos lixeiros e preservar os recursos naturais, que também são atrativos turísticos. Segundo Rheinheimer e Guerra (2006), a educação ambiental contribui para o desenvolvimento do turismo sustentável, uma vez que conscientiza a comunidade receptora e turistas para não causar impactos negativos ao turismo.

Nesse contexto compreende-se que a educação ambiental é uma importante ferramenta para minimização dos impactos negativos que possam acontecer em decorrência das ações do desenvolvimento turístico. Para Dias (2002) a atividade turística causa impactos negativos ao meio ambiente, que poderão ser minimizados com as ações da educação ambiental.

g) Preocupação para não causar impacto ambiental no percurso das trilhas

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,70. Os entrevistados falaram que existe uma preocupação em não causar impactos nas trilhas, inclusive antes de começar as trilhas são apresentadas algumas normas de conduta para não causar impactos negativos, bem como existe um cuidado com o número de participantes para não ultrapassar a capacidade de carga. Lechner (2006) afirma que a sustentabilidade nas trilhas ecológicas poderá ser alcançada através dos métodos de manejo, buscando integrar o planejamento, a elaboração da trilha, o acompanhamento e avaliação para não causar impactos negativos. Essa preocupação é importante para que a trilha passe a ter maior vida útil como atrativo turístico natural.

Teixeira et al. (2013) comentam que a demanda turística pelas áreas naturais preservadas com trilhas ecológicas é cada vez mais crescente, por conta do grande stress do dia-a-dia nas áreas urbanas. Nesse sentido, é necessário estabelecer controle para não degradar o percurso das trilhas.

h) Licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos empreendimentos turísticos

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,71. Os entrevistados justificaram suas respostas considerando que existe uma fiscalização do poder público que só autoriza a construção e o funcionamento mediante o licenciamento ambiental. Observa-se que esse indicador aponta que existe uma preocupação do poder público em cumprir a legislação ambiental, bem como as políticas públicas, no sentido de que contribui com a minimização dos impactos. Na ótica de Pinho (2016), a construção de empreendimentos turísticos provoca a degradação de ecossistemas e gera poluição, pela grande quantidade de resíduos sólidos que é produzida.

O licenciamento ambiental para a implantação de empreendimentos turísticos é uma exigência legal, devido grande complexidade de impactos que são causados pelos ao meio ambiente e social. Afirma Pinho (2007), que o Estudo de Impactos Ambientais – EIA e um Relatório de Impactos Ambiental bem consistente ajuda a nortear o Licenciamento Ambiental.

i) Controle da poluição visual, sonora e do ar no período do roteiro caminhos do frio

O indicador considera-se parcialmente sustentável, pois o cálculo do índice segundo a visão do *trade* turístico e dos atores sociais foi de 0,56. O *trade* turístico e os atores sociais apontaram que existe uma fiscalização da SUDEMA e demais órgãos públicos ambientais, porém, ainda é precária, precisando ser mais efetiva no período do Roteiro Caminhos do Frio.

O controle da poluição é importante para reduzir os problemas ambientais como também a melhoria da saúde humana. Segundo Codato (2014), os empreendimentos turísticos precisam se preocupar com as poluições geradas pelas suas atividades como: A poluição sonora, visual e do ar, para não causar impactos irreversíveis ao meio ambiente e conseqüentemente no destino turístico.

Para ONUBR (2011) a poluição gerada pelos empreendimentos turísticos pode causar problemas ambientais para atmosfera com a emissão de poluentes,

para a água e para o solo, que precisa ter um controle para não causar grandes impactos ao meio ambiente.

j) Uso de energias renováveis nos equipamentos turísticos

O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,49. Os entrevistados justificaram que poucos empreendimentos turísticos utilizam energias renováveis. Nesse sentido, o uso das energias renováveis nos empreendimentos turísticos é de fundamental importância para reduzir o uso da energia elétrica e minimizar impactos negativos por ser uma energia limpa. Segundo Assis et al. (2012), o esgotamento dos recursos naturais ocasionado pelo alto consumo de energia de fontes não-renováveis está entre os impactos negativos do turismo.

Para Alves (2018), a utilização de energias renováveis nos empreendimentos turísticos é uma alternativa para reduzir impactos ambientais pelo aumento da utilização de energia elétrica, bem como a redução de custos.

k) Tecnologia que reduz o consumo de energia

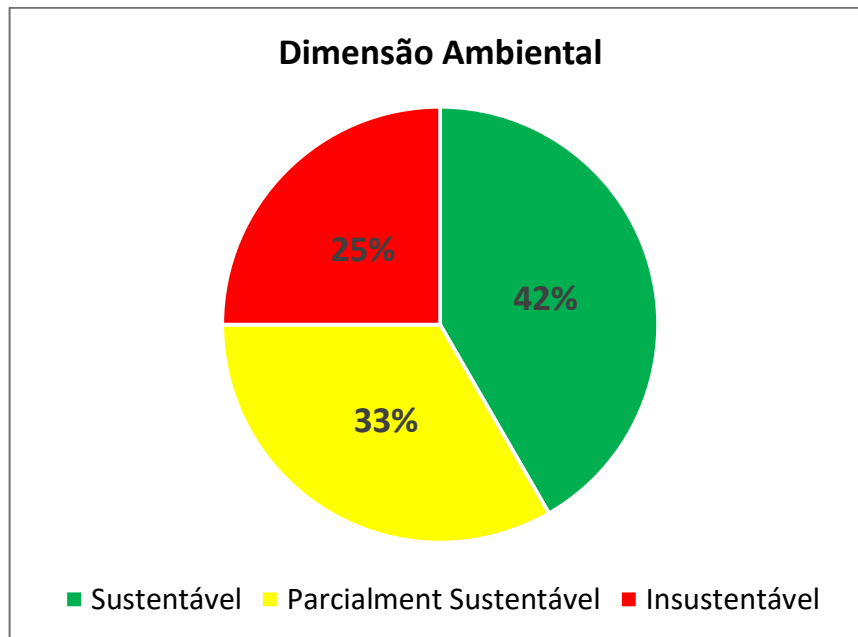
O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,23. Os entrevistados justificaram que poucos empreendimentos têm tecnologia que reduza o consumo de energia, como sensores de presença, entre outros. Na ótica do MME (2017), o uso de tecnologias tem contribuído nos últimos anos de forma significativa para a redução do consumo de energia elétrica, inclusive trazendo benefícios ao meio ambiente e a minimização de custos.

Na concepção da ANEEL (2017), a redução do consumo de energia elétrica poderá ser realizada através do uso de tecnologias que proporcionem vários benefícios ao meio ambiente e à unidade consumidora.

De acordo com a percepção do *trade* turístico, do poder público e dos atores sociais, o nível de sustentabilidade da dimensão ambiental encontra-se parcialmente sustentável, pois segundo os entrevistados, apresentam 41,67% dos indicadores sustentáveis. A seguir apresenta-se o gráfico onde a cor verde representa que o indicador é sustentável, amarelo parcialmente sustentável, ou seja, em alerta, e

vermelho insustentável, em estágio crítico, constituindo assim o semáforo da sustentabilidade, segundo Martins e Cândido (2008b).

Gráfico 1 – Dimensão ambiental



Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2019).

A Dimensão Ambiental apresentou 42% de indicadores sustentáveis, 33,33% parcialmente sustentáveis e 25% insustentáveis. Nesse sentido, essa dimensão foi considerada parcialmente sustentável. De acordo com o resultado, é necessário o poder público, junto com o *trade* turístico, buscar estratégias com investimentos e políticas públicas para fortalecerem os indicadores insustentáveis e parcialmente sustentáveis, no sentido de contribuir com a sustentabilidade ambiental relacionada com a atividade turística.

5.2 DIMENSÃO SOCIAL

Essa dimensão buscou mensurar os impactos do turismo em relação ao meio social do município de Areia. Nesse sentido, foi possível mensurar o nível de sustentabilidade do turismo em relação aos aspectos sociais. Os serviços turísticos estão ligados diretamente a sociedade, uma vez que é uma atividade que utiliza os recursos humanos para o seu desenvolvimento, como também seus impactos se refletem diretamente na comunidade local.

Diante o exposto, através dos indicadores dessa dimensão foi possível analisar como se encontra o nível de sustentabilidade da atividade turística em relação a dimensão social no município de Areia, considerando a gestão participativa dos atores sociais na atividade turística, os benefícios que a atividade proporciona para a população, bem como os impactos negativos que estão ocorrendo.

Também foi possível identificar os indicadores que se encontram frágeis e quais as possíveis soluções para fortalecê-los, no sentido de deixá-los sustentáveis, orientando as tomadas de decisão, bem como as políticas públicas que poderão fortalecer os indicadores insustentáveis e parcialmente sustentáveis na perspectiva da sustentabilidade social.

Para tanto, a análise dessa dimensão apresenta que a atividade turística tem contribuído com a sociedade de forma parcial, gerando emprego, renda e atraindo investimentos que têm contribuído com a melhoria da qualidade de vida da população local, conforme resultados apresentados no Quadro 13.

Quadro 13 – Dimensão social

INDICADORES	ÍNDICE	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
a) Os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais	0,78	Sustentável
b) Iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo	0,63	Parcialmente sustentável
c) Atuação de instituições com cursos de qualificação nas áreas dos setores turísticos	0,68	Parcialmente Sustentável
d) A quantidade de empregos fixos são mais que os temporários no setor turístico	0,43	Parcialmente sustentável
e) A população local é satisfeita com o turismo	0,82	Sustentável
f) A segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio	0,64	Parcialmente sustentável
g) A atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população	0,71	Sustentável
h) O aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local	0,52	Parcialmente sustentável
i) Os serviços turísticos são ofertados apenas por pessoas da comunidade	0,73	Sustentável
j) Os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e benefícios sociais	0,53	Parcialmente sustentável
k) Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescente	0,63	Parcialmente sustentável

Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda (2019).

a) Os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,78. Os entrevistados falaram que os empregos gerados no turismo são destinados aos moradores locais, inclusive alguns jovens areienses que moravam em outros lugares tiveram a oportunidade de voltar para sua terra para trabalhar com o turismo. De acordo com Dias (2002), a atividade turística tem sido importante para o desenvolvimento econômico sustentável de várias regiões, principalmente gerando emprego e renda para a população local. É um fator positivo quando as oportunidades de trabalho geradas no turismo são destinadas aos moradores locais, pois se observa uma relação positiva do turismo com a população local. Fagundes e Ashton (2010) argumentam que o aumento da demanda turística gera emprego, aumenta o consumo de produtos industrializados, aumenta a produção, a prestação de serviços e gera renda para a população local. E os autores ainda ressaltam que esses empregos precisam ser destinados a população local para contribuir com o desenvolvimento sustentável da comunidade receptora do turismo.

b) Iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,63. Os entrevistados apontaram que existem algumas iniciativas de capacitação, porém não é suficiente para absorver os moradores para atuarem no turismo. Assim, se torna importante que os gestores públicos e os empreendimentos turísticos invistam em políticas públicas voltadas para a ampliação e diversificação de cursos na área do turismo, que se desenvolve no município de Areia.

Segundo Rodrigues (2010), a atividade turística gera novos empregos e oportunidades de trabalho para os residentes de uma comunidade, porém é necessário que exista iniciativa de capacitação para os mesmos poderem atuar com qualidade profissional. Abordam Pinto, Ferreira e Aguiar (2012), que a atividade turística é desenvolvida a partir do contato humano, nesse sentido é importante que

o poder público local e as empresas privadas que atuam no setor turístico invistam em qualificação profissional dos recursos humanos.

c) Atuação de instituições com cursos de qualificação para o turismo

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,68. Os atores sociais e o *trade* turístico justificaram que existe atuação de instituições com cursos de qualificação na área do turismo, porém a oferta de cursos não é suficiente para atender a demanda dos empreendimentos. Para tanto, é necessário que instituições, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), possam ampliar a oferta de cursos visando não só os períodos de eventos, mas que a oferta seja contínua. Na visão de Ansarah (2002) é relevante que na localidade tenha instituição com curso de capacitação profissional para poder qualificar a mão de obra local.

Na abordagem de Catramby e Costa (2004), para qualificar os recursos humanos de uma região receptora de turismo é interessante que as instituições que atuam com cursos de qualificação tenham uma oferta diversificada de cursos que atendam todos os setores do turismo.

d) A quantidade de empregos fixos é maior do que de empregos temporários no setor turístico

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,43. Os entrevistados justificaram que no período de alta estação os empregos temporários aumentam bem mais do que os fixos. Nesse sentido é importante o poder público e os empreendimentos turísticos ampliarem os investimentos em turismo para consolidar as ofertas e conseqüentemente aumentar os empregos fixos. Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (2015), a geração de empregos fixos no turismo demonstra que a atividade encontra-se consolidada na localidade. Nessa mesma linha de pensamento, aponta Soares (2005) o poder público deve desenvolver estratégias para captação de turistas para o período de

baixa estação, essas ações minimizam a sazonalidade e aumentam a oferta de empregos fixos.

e) A população local é satisfeita com o turismo

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,82. Os entrevistados falaram que a população é satisfeita com turismo, pois o mesmo tem atraído investimentos públicos e privados em infraestrutura básica e de lazer, que tem contribuído para geração de emprego, renda e melhores condições de vida. A observação desse indicador é importante pois quando a atividade turística é sustentável, a mesma melhora as condições de vida da população local em equilíbrio com meio ambiente. Afirma Almeida (2009) que a atividade turística quando envolve a população local na sua gestão e nas tomadas de decisão, passa a ter uma maior aceitação da comunidade local, bem como um bom nível de satisfação.

Nesse contexto, ressalta a OMT (2005) que quando bem planejada, a atividade turística traz vários benefícios positivos para a população de uma comunidade receptora, como a geração de emprego e renda, e a atração de investimentos públicos e privados que melhoram a qualidade de vida e a satisfação da população.

f) A segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,64. O *trade* turístico e os atores sociais justificaram que existe a presença de policiais e viaturas, mas não é o suficiente para atender a demanda que é gerada no período do Roteiro Caminhos do Frio. Diante dessa análise dos entrevistados, é interessante que o poder público aumente o número de policiais e viaturas para que a população local e o turista se sintam seguros durante o Roteiro Caminhos do Frio. A segurança é um indicador social relevante para uma localidade que desenvolve o turismo de forma sustentável. Segundo Ministério do Turismo (2014), a segurança para o desenvolvimento do turístico depende de um esforço de integração entre os diversos

órgãos públicos e investimentos em sistemas de inteligência e tecnologias inovadoras. Silva (2014) aborda que a segurança tem sido um fator importante para escolha do destino pelo visitante, uma vez que o turista antes de comprar um roteiro turístico busca se certificar se o destino tem uma boa segurança.

g) A atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,71. Os atores sociais e o *trade* turístico apontaram que a atividade turística tem sido benéfica para a população local atraindo investimentos e melhorias nos serviços básicos locais, bem como melhorado as condições financeiras e conseqüentemente a qualidade de vida dos areienses. Na concepção de Santos, Ribeiro e Silveira (2018), a atividade turística quando planejada de forma participativa, pensando nos anseios da comunidade, respeitando os limites do equilíbrio entre as necessidades humanas e a resiliência sócioambiental local, a mesma tende a ser sustentável e melhorar a qualidade de vida da população. Nesse sentido, Cruz (2003) fala que as ações do turismo quando planejadas levando em consideração os princípios da sustentabilidade, melhoram a qualidade de vida da população local, bem como do meio ambiente.

h) O aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,52. Os entrevistados falaram que alguns serviços básicos ficam comprometidos com o aumento de visitantes como: serviços de banco, serviços de saúde e segurança. Nesse contexto é necessário que os gestores públicos ampliem os serviços básicos para que no período do Roteiro Caminhos do Frio, quando aumenta a demanda de visitantes, a população local não fique prejudicada. Pois o turismo para ser sustentável não pode comprometer as necessidades básicas da localidade. Na visão de Oliveira (2005), o turismo quando não planejado,

considerando as necessidades da população local, a infraestrutura existente e suas limitações, poderá comprometer as necessidades básicas da população.

E segundo Guimarães (2001), para o desenvolvimento turístico sustentável em uma região é importante que aconteça planejamento e organização da capacidade de suporte da infraestrutura, para não prejudicar a população local.

i) Os serviços turísticos são ofertados apenas por pessoas da comunidade

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,73. O *trade* turístico e os atores sociais justificaram que os empreendimentos turísticos são de propriedade dos residentes locais e existe um incentivo do poder público para que os serviços sejam ofertados pelos moradores de Areia. Um dos propósitos do turismo sustentável na dimensão social é gerar condições favoráveis para que os residentes locais não precisem migrar para outras regiões. Para o Ministério do Turismo (2016), os empreendedores que oferecem serviços turísticos precisam ser nativos da comunidade para que possa contribuir com o desenvolvimento social sustentável.

Na concepção de Barros (2008), a atividade turística para ser geradora de empregos e riquezas precisa ser ofertada por moradores das comunidades receptoras do turismo.

j) Os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e benefícios sociais

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,53. Os entrevistados justificaram que alguns empreendimentos turísticos realizam inclusão social e benefícios para seus colaboradores como: plano de saúde, no dia do aniversário proporciona um dia de lazer para o colaborador e sua família no empreendimento, entre outros. Porém, esses benefícios sociais são realizados por poucos empreendimentos.

Nesse contexto, é interessante que o poder público realize campanhas sobre a importância da inclusão social nos empreendimentos turísticos e os mesmos

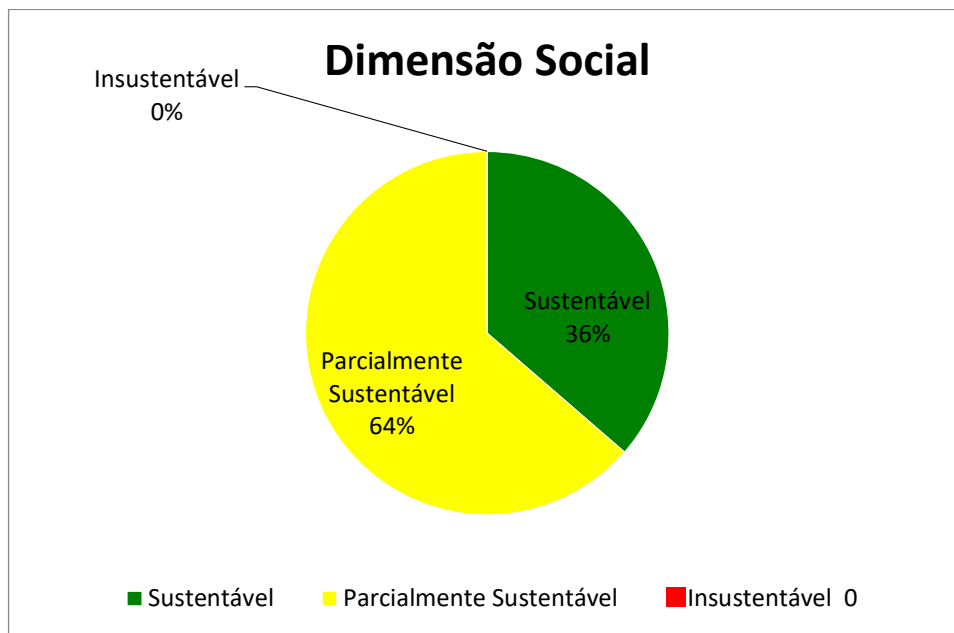
possam desenvolver a inclusão social como parte do seu plano de desenvolvimento, onde possam apoiar e desenvolver ações sociais locais, como também para seus colaboradores, contribuindo assim com o desenvolvimento social sustentável. Segundo Oliveira (2008), para acontecer o processo de inclusão dentro do turismo é necessário que o poder público e a iniciativa privada invistam em qualificação profissional e melhoria da infraestrutura local, realizando adaptações de acordo com os tipos de deficiência. Ressalta Holanda (2003) que a inclusão social está posta na Legislação como direito do cidadão e é importante que os empreendimentos turísticos cumpram, dando oportunidades de trabalho às pessoas com deficiência, bem como ofereçam benefícios sociais que busquem melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores.

k) Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,64. O *trade* turístico e os atores sociais apontaram que existem algumas ações contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, porém ainda é precária, podendo ser mais intensificada no período do Roteiro Caminhos do Frio. Pois não há registro de ocorrência no município em estudo, porém as ações poderão inibir a não ocorrer fatos de exploração sexual de menores. Nesse sentido, é importante que o poder público, em consonância com os empreendimentos turísticos e a mídia local, possam desenvolver ações voltadas a não ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes, fortalecendo assim esse indicador para que o mesmo possa contribuir com o desenvolvimento do turismo sustentável na dimensão social. Para Ferreira (2011), a campanha contra a exploração de crianças e adolescentes é importante para educar a comunidade a não aceitar essa violência e poder denunciar às autoridades competentes. Na abordagem de Rodrigues et al. (2014), as regiões receptoras do turismo precisam proteger as crianças e adolescentes, denunciando a exploração sexual de menores e protegendo os meninos e meninas.

De acordo com o *trade* turístico, o poder público e os atores sociais, o nível de sustentabilidade da dimensão social foi considerado parcialmente sustentável, pois segundo os entrevistados, apresentam 36,37% dos indicadores sustentáveis.

Gráfico 2 – Dimensão Social



Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda, 2019.

A Dimensão social apresentou 36,37% dos indicadores sustentáveis, 63,64% parcialmente sustentáveis e 0% insustentável. Nesse contexto essa dimensão foi considerada parcialmente sustentável, pois apesar de não ter indicador considerado insustentável, é importante que o poder público, junto com o *trade* turístico, possam desenvolver estratégias com investimentos e políticas públicas para fortalecer os indicadores parcialmente sustentáveis, no sentido de contribuir com a relação do turismo com a sustentabilidade social.

5.3 DIMENSÃO CULTURAL

Os indicadores dessa dimensão buscaram mensurar os impactos do desenvolvimento do turismo em relação a cultura do município de Areia, pois como a oferta turística é formada pelos atrativos culturais, os mesmos precisam ser preservados e incentivados de forma que o produto turístico se mantenha e não prejudique a cultura local.

Foram identificados os indicadores parcialmente sustentáveis que precisam de melhoria com investimentos e políticas públicas no sentido de fortalecer a sustentabilidade. E os indicadores sustentáveis que precisam ser fortalecidos para

permanecer contribuindo com o desenvolvimento sustentável do turismo em relação a dimensão cultural.

Nesse sentido, observou-se que apesar da dimensão cultural não ter nenhum indicador insustentável, precisa de investimentos e adoção de políticas públicas que possam fortalecer os indicadores parcialmente sustentáveis na perspectiva da sustentabilidade cultural, conforme apresentado no Quadro 14.

Quadro 14 – Dimensão cultural

INDICADORES	ÍNDICE	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
a) Associação de artesãos e programa de fortalecimento a produção do artesanato típico local	0,70	Sustentável
b) Boa quantidade de bens patrimoniais preservados	0,81	Sustentável
c) Boa quantidade de eventos culturais	0,61	Parcialmente sustentável
d) Atos de vandalismo praticados durante o roteiro aos artefatos culturais	0,57	Parcialmente sustentável
e) Respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos	0,77	Sustentável
f) Presença de museus, bibliotecas, teatro, etc.	0,76	Sustentável
g) Preservação da gastronomia típica local	0,64	Parcialmente sustentável
h) Preservação das crenças religiosas, mitos e superstições	0,68	Parcialmente sustentável
i) Preservação das músicas tradicionais, poesia, cordel e danças folclóricas	0,72	Sustentável
j) Fazendas modelos de produção e os processos produtivos de transformação agrícola e pecuária	0,70	Sustentável

Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda (2019).

a) Associação de artesãos e programas de fortalecimento da produção do artesanato típico local

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,70. Os entrevistados justificaram suas respostas considerando que existem associações e programas de fortalecimento da produção do artesanato apoiado pelo Governo do Estado, Prefeitura e SEBRAE. O apoio na produção do artesanato é muito importante para promoção da cultura e geração de emprego e renda para a população local. O desenvolvimento das ações desse indicador de forma positiva indica que existe uma preocupação do poder público com a sustentabilidade cultural. Segundo Silva (2016), o artesanato é um segmento da economia e uma

manifestação cultural que gera emprego e renda, e geralmente é desenvolvido de forma coletiva, sendo assim necessária a organização de associações para o fortalecimento dessa atividade. Com esse mesmo raciocínio, o SEBRAE (2016) concorda que o Programa de fortalecimento do Artesanato contribui para ampliação e melhoria da produção, como também da comercialização, gerando assim, mais emprego e renda para as comunidades.

b) Boa quantidade de bens patrimoniais preservados

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,80. Os entrevistados apontaram que existe uma boa quantidade de bens patrimoniais preservados, pois o Centro Histórico do município de Areia é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e sempre é feita a revitalização dos patrimônios. Na abordagem do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (2008), a preservação dos bens patrimoniais locais é muito importante para a manutenção da cultura e da sustentabilidade cultural local. Ainda afirma Schirru (2017) que a preservação dos bem patrimoniais contribui para difusão da cultural local, e a manutenção da história dos antepassados sempre viva passando de geração para geração.

c) Boa quantidade de eventos culturais

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,61. Os atores sociais e o *trade* turístico falaram que existem alguns eventos culturais, mas há necessidade de uma maior ênfase par alguns eventos que se encontram adormecidos. Nesse sentido, é importante que o poder público, junto com a iniciativa privada e a sociedade cível organizada, elaborem um calendário de eventos buscando resgatar os eventos culturais nos últimos anos e incentivar e apoiar o seu desenvolvimento. Afirma Bufelli (2012) que os eventos culturais mostram criatividade, memória, valores e tradições, vivenciados pelos antepassados, sendo assim são importantes para o resgate e a manutenção da cultura de um povo. Para Umberlino (2016), os eventos culturais acrescentam à

comunidade conhecimento, lazer e identidade pessoal, contribuindo para a concepção intelectual dos residentes e dos visitantes.

d) Atos de vandalismo praticados durante o Roteiro Caminhos do Frio aos artefatos culturais

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,57. Os entrevistados apontaram que existem algumas ações de vandalismo no Roteiro Caminhos do Frio relacionadas com a pichação e a pintura, bem como a danificação de vasos de flores que ornamentam a cidade.

Nesse sentido, o poder público, junto com a população local, deve realizar uma campanha de conscientização sobre a importância de preservação do patrimônio histórico, bem como aumentar a fiscalização nos espaços onde ocorrem em maior incidência. Ramos, Paiva e Guerra (2016) comentam que o patrimônio histórico deve ser protegido pelo poder público e pela população, dos ataques de vandalismo, com campanhas de conscientização e penalidades para quem cometer. Ressalta Palma (2016) que os atos de vandalismo contra o patrimônio histórico têm sido uma preocupação da sociedade em não permitir destruir o legado cultural deixado pelos costumes dos antepassados.

e) Respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,77. Os entrevistados apontaram que existe respeito à capacidade de carga dos atrativos históricos culturais, a exemplo do Casarão José Rufino, museu que se encontra na praça pública de Areia, onde só é permitida a entrada de 30 visitantes por. Para Beni (2000), o respeito à capacidade de carga dos atrativos históricos é muito importante para não causar impactos negativos que danifiquem o espaço e preserve a cultura local.

f) Presença de museus, bibliotecas, teatros, etc.

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,76. Os atores sociais e *trade* turístico justificaram suas respostas considerando que

existem museus como o Casarão José Rufino, a Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba e o Teatro Minerva, o mais antigo da Paraíba. Os mesmos encontram-se preservados e em funcionamento. Moreira (2013) afirma que a existência de museus, bibliotecas e teatros contribui para a promoção da cultura, aquisição de conhecimento, contribuindo assim para a sustentabilidade cultural da região. Na visão de Barata (2003), a presença de museus, teatros e bibliotecas contribui para o desenvolvimento intelectual da comunidade receptora do turismo, bem como para os visitantes, no sentido de difundir novos conhecimentos e a cultura de uma região.

g) Preservação da gastronomia típica local

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,64. Os entrevistados apontaram que existem alguns restaurantes que utilizam a gastronomia típica local como atrativo turístico, como o Restaurante Vó Maria e a Bagaceira, porém os demais não preservam a gastronomia local.

Nesse sentido é importante que o poder público realize uma campanha com incentivo para a preservação da gastronomia local junto aos empreendimentos gastronômicos, no sentido de fortalecer esse indicador e torná-lo sustentável. Muller, Amaral e Remor (2010) falam que a gastronomia típica pode ser conservada por meio do conhecimento de como fazer, ou seja, o processo de elaboração do prato que era utilizado de geração para geração. De acordo com Brillat-Savarin (1995), a gastronomia proporciona o conhecimento da cultura de um povo sobre o cultivo local, a criação de rebanhos, os costumes e o *modus vivendi*.

h) Preservação das crenças religiosas, mitos e superstições

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,68. Na ótica dos entrevistados existe a preservação das crenças religiosas, mitos e superstições, porém algumas comunidades rurais, com a chegada da tecnologia e o acesso aos conhecimentos globais sobre diferentes crenças, perderam um pouco as suas raízes. Nesse sentido, é interessante que os gestores culturais, em parceria com as igrejas, possam desenvolver ações que resgatem

essas crenças que estão se perdendo, no intuito de fortalecer esse indicador, tornando-o sustentável. Gomes e Ayala (2013) comentam que as crenças religiosas fazem parte da cultura de uma localidade, produzindo fé, segurança e até mesmo esperança de melhores momentos na vida. Parafita (2012) enfatiza que os mitos e superstições são costumes de um povo, servindo como atrativos turístico-culturais que precisam ser preservados para que essa tradição não se perca com o passar do tempo.

i) Preservação das músicas tradicionais, poesias, cordeis e danças folclóricas

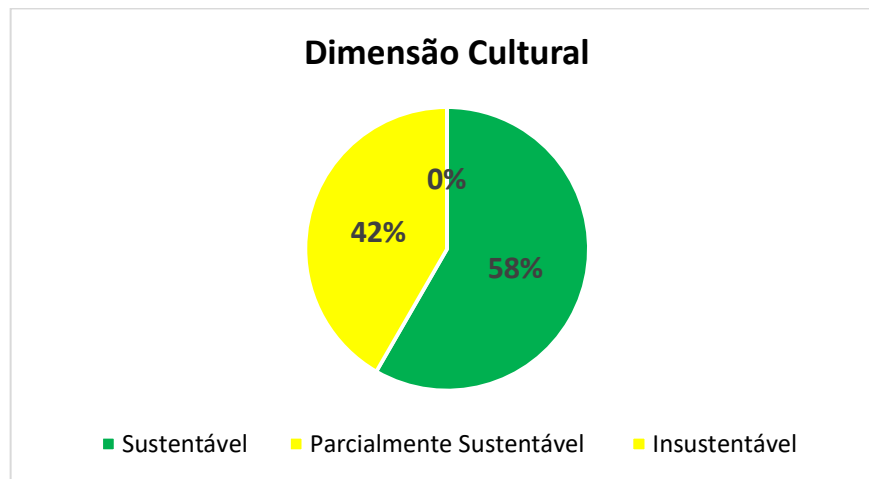
O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,72. Na visão dos entrevistados existe um incentivo e resgate para as danças folclóricas, e os grupos musicais. Nesse sentido, o poder público, junto com os empreendimentos turísticos, precisam manter os incentivos para as ações de resgate e incentivo aos grupos musicais locais, bem como valorizar a participação nos eventos para fortalecer a promoção cultural. Rego (2006) aborda que as músicas tradicionais e a poesia refletem a história de um povo, servindo como fonte de formação e informação sobre como viviam, o que gostavam, o que sentiam, sendo assim uma forma de expressar seus sentimentos. Silva, Costa e Santos (2005) comentam que o problema da não valorização do folclore, das danças e da música consiste na falta de organização dos registros e da difusão dos acervos.

j) Fazendas-modelo de produção e os processos produtivos de transformação agrícola e pecuária

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,70. Os entrevistados falaram que existem o Engenho Cuatí e Engenho Triunfo, Casa de Farinha e Queijeira, preservados e em funcionamento. Segundo Mazo (2014), os processos produtivos preservados são importantes para manter a cultura da produção local e ressalta as técnicas do saber fazer no processo da produção. Na visão de Atitudes (2014), a preservação dos processos produtivos agrícolas tradicionais e de transformação dos produtos agropecuários, proporcionam

uma alimentação mais saudável, sem tanta influência dos produtos químicos, bem como a redução dos impactos ambientais. Na concepção do *trade* turístico, do poder público e dos atores sociais, o nível de sustentabilidade da dimensão Cultural encontra-se parcialmente sustentável, pois segundo os entrevistados, apresenta 58% dos indicadores sustentáveis.

Gráfico 3 – Dimensão cultural



Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda (2019).

A Dimensão cultural apresentou 58% dos indicadores sustentáveis, 42% parcialmente sustentável e 0% insustentável. Nesse sentido, essa dimensão foi considerada parcialmente sustentável. Apesar de não ter apresentado indicadores insustentáveis, é relevante que o poder público, junto com o *trade* turístico, busquem estratégias com investimentos e políticas públicas para fortalecer os indicadores parcialmente sustentáveis, na perspectiva de contribuir com a sustentabilidade cultural relacionada com atividade turística.

5.4 DIMENSÃO ECONÔMICA

Os indicadores dessa dimensão buscaram analisar os impactos da atividade turística em relação ao desenvolvimento econômico. Para tanto, também se verificou o nível de sustentabilidade da atividade turística em relação ao desenvolvimento local.

Ainda foram identificadas, com base na justificativa dos entrevistados, as possíveis soluções que poderão nortear os gestores do turismo na tomada de decisão frente a sustentabilidade do desenvolvimento econômico do turismo.

Observou-se que o turismo tem contribuído parcialmente para o desenvolvimento econômico local sustentável, sendo assim, são necessários mais investimentos do poder público e da iniciativa privada para melhor desenvolver a oferta, praticar políticas de preços mais acessíveis para população local e implementar ações que busquem minimizar a sazonalidade da atividade turística e fortalecer os indicadores com vistas a sustentabilidade econômica.

Quadro 15 – Dimensão econômica

INDICADORES	ÍNDICE	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
a) A atividade turística gera renda e emprego para a população local	0,72	Sustentável
b) Os estabelecimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados	0,74	Sustentável
c) Os investimentos anuais em turismo são equilibrados	0,46	Parcialmente sustentável
d) Os produtos e insumos para atendimento dos serviços turísticos são comprados aos moradores locais	0,57	Parcialmente sustentável
e) Política para minimizar a sazonalidade da atividade turística	0,62	Parcialmente sustentável
f) Os empreendedores dos serviços turísticos buscam qualificação sobre gestão financeira	0,77	Sustentável
g) Os preços dos serviços turísticos são cobrados de acordo com a capacidade econômica dos moradores locais.	0,28	Insustentável
h) Preços acessíveis dos insumos e produtos locais	0,64	Parcialmente sustentável

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

a) A atividade turística gera renda e emprego para a população local

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,72. Os entrevistados ressaltaram que atividade turística hoje tem uma participação significativa na geração de emprego e na contribuição do PIB local. O fortalecimento desse indicador é importante para manter a participação do turismo na sustentabilidade financeira local. Oliveira (2007) afirma que o turismo é considerado como uma atividade geradora de renda, emprego e desenvolvimento econômico, principalmente em regiões que se encontram em fase de desenvolvimento e apostaram nessa atividade.

Na concepção de Fagundes (2010), quando bem planejado e em consonância com a comunidade local, todas as vagas geradas de emprego na atividade turística devem ser destinadas para os moradores, no sentido gerar renda.

b) Os estabelecimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,74. Os entrevistados apontaram que os estabelecimentos turísticos funcionam a contento nos finais de semana e feriados. Esse funcionamento é importante para poder atender a demanda turística e gerar emprego e renda para a população local. Na fala de Santos (2008), os visitantes procuram os destinos turísticos geralmente nos finais de semana e feriados, nesse sentido é importante que os mesmos funcionem nesse período para melhor atendê-los.

Concorda Silveira (2002), comentando que quando o turista não encontra os serviços necessários de suporte para atendê-lo nos destinos turísticos, ele tende a não voltar outras vezes, e isso poderá prejudicar a demanda turística.

c) Os investimentos anuais em turismo são equilibrados

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,46. Foi justificado pelos entrevistados que os investimentos em turismo ainda são muito poucos para desenvolver o potencial local. Nesse sentido, é importante que o poder público, junto com os empreendimentos turísticos, desenvolva políticas públicas que possam investir no setor turístico de acordo com as necessidades do potencial local. Para Sousa (2011) os investimentos na área de turismo precisam ser planejados em consonância com os anseios da região e as necessidades de desenvolvimento. Na abordagem da OMT (2003), para que o desenvolvimento turístico ocorra de forma satisfatória para a comunidade local e para o turista, é importante que sejam feitos investimentos necessários pelo poder público e iniciativa privada.

d) Os produtos e insumos para atendimento dos serviços turísticos são comprados aos moradores locais

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,57. Na ótica dos entrevistados, alguns empreendimentos realizam suas compras para atender aos turistas na comunidade local, a exemplo do restaurante Vó Maria, mas os demais compram ainda maior parte de seus produtos fora do município de Areia. Nesse sentido, o poder público, junto com o *trade* turístico, poderá desenvolver uma campanha para que produtos sejam comprados fora somente quando os mesmos não existirem no município. Não existindo, deve-se buscar incentivar a produção, para que a atividade turística torne-se benéfica, gerando emprego e renda em todos os setores da economia. Para Irving (2002), os empreendedores dos setores turísticos precisam comprar os insumos no próprio município para gerar emprego e renda. Na visão do SEBRAE (2011), a valorização dos produtos locais para atender os turistas, consiste em uma dinâmica que pode levar a atividade turística a gerar renda para as comunidades receptoras do turismo.

e) Política para minimizar a sazonalidade da atividade turística

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,62. Os entrevistados falaram que existe um incentivo ao desenvolvimento de alguns eventos no período de baixa estação, mas ainda não é suficiente para equilibrar a demanda com o período de alta estação. Diante do exposto, é importante que o poder público, junto com os empreendimentos turísticos, elabore um calendário de eventos consistente, com roteiros e campanhas publicitárias para divulgação do produto turístico, para atrair turistas no período de baixa estação e para minimizar o problema da sazonalidade. Desenvolvendo essas ações, pode fortalecer o desenvolvimento do turismo com vistas a sustentabilidade econômica. Para Brito (2005), o turismo constitui uma atividade sazonal dividida em períodos de alta e baixa estação, quando o período de baixa estação é aquele que reduz o fluxo turístico pela demanda, nesse sentido é necessário desenvolver estratégias para atrair visitantes.

Afirma Foletto (2016) que os eventos tem sido considerados importantes para atrair turistas no período de baixa estação, contribuindo assim para o equilíbrio da sazonalidade.

f) Os empreendedores dos serviços turísticos buscam qualificação sobre gestão financeira

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,77. Os entrevistados justificaram que os empreendedores estão sempre se capacitando sobre a gestão financeira com cursos de qualificação ofertados pelo SEBRAE. O fortalecimento desse indicador é importante para que os empreendedores compreendam como definir o preço de seus produtos, bem como conheçam o fluxo de caixa. Na visão de Casali e Treter (2015), esses conhecimentos propiciam uma melhor gestão financeira, minimizando os riscos de problemas nos empreendimentos e contribuindo para a sustentabilidade financeira do roteiro turístico.

Nunes, Chemin e Abrahão (2017) também comentam que a capacitação dos empreendedores do turismo é necessária para compreender melhor negócio, como gerir seus recursos.

g) Os preços dos serviços turísticos são cobrados de acordo com a capacidade econômica dos moradores locais

O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,28. Os entrevistados apontaram que o preço dos produtos é definido de acordo com o custo de produção e o poder aquisitivo dos visitantes.

Nesse sentido, o indicador fica insustentável, pois os moradores locais ficam excluídos de ter acesso a alguns serviços turísticos. Sendo assim, é o contrário da dinâmica do turismo sustentável, que coloca como prioridade o acesso da comunidade local aos serviços turísticos como forma de entretenimento e lazer. Para tanto, é necessário que o poder público, junto com o *trade* turístico, faça uma avaliação nos preços dos serviços turísticos e compare com o poder aquisitivo da comunidade local, no sentido de viabilizar o acesso da comunidade aos serviços. Na

visão de Swarbrooke (2000), o planejamento dos preços dos serviços turísticos e do comércio local devem ser planejados com base na realidade local para não aumentar o custo de vida da população.

Na concepção de Sancho (2001), um fator negativo da atividade turística em uma região é o aumento dos preços dos serviços turísticos e a especulação imobiliária, que exclui a população local do acesso a esses serviços.

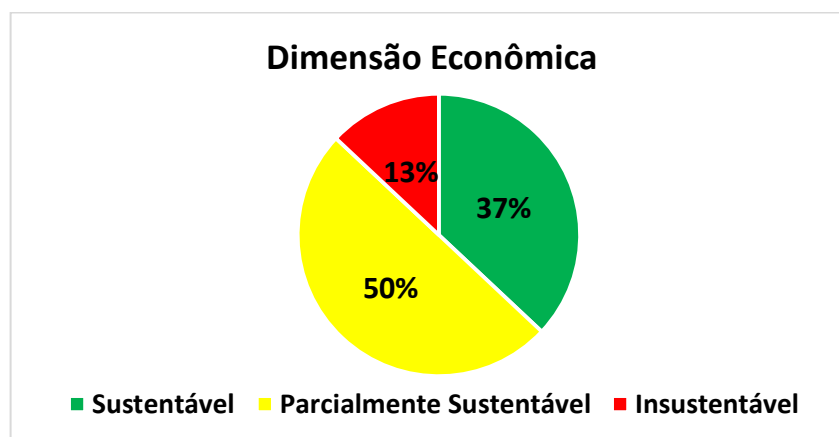
h) Preços acessíveis dos insumos e produtos locais

O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,64. Os entrevistados falaram que os preços de alguns dos produtos como hortaliças, carnes e alguns cereais, são mais altos do que em outras localidades.

Nesse sentido, é importante que o poder público, junto com o *trade* turístico, realize uma campanha junto aos fornecedores no sentido de avaliarem seus preços dando condições diferenciadas aos empreendimentos turísticos para poderem adquirir seus insumos e atender os turistas. Para Valls (2016), quando os preços dos produtos locais são acessíveis para os empreendimentos turísticos, torna-se favorável para o desenvolvimento econômico local, movimenta mais o comércio, gera emprego, renda e contribui com a sustentabilidade financeira.

Na visão do *trade* turístico, poder público e os atores sociais, o nível de sustentabilidade da Dimensão Econômica encontra-se parcialmente sustentável, pois segundo os entrevistados, apresentam 37% dos indicadores sustentáveis conforme gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Dimensão Econômica



Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda, 2019.

A Dimensão Econômica apresentou 7% dos indicadores sustentáveis, 50% parcialmente sustentável e 13% insustentável. Nesse sentido, essa dimensão foi considerada parcialmente sustentável. É necessário o poder público, junto com o *trade* turístico, desenvolver estratégias, investimentos e políticas públicas no sentido de fortalecer os indicadores insustentáveis e parcialmente sustentáveis na perspectiva da sustentabilidade econômica relacionada com a atividade turística.

5.5 DIMENSÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL

Essa dimensão buscou verificar o índice de sustentabilidade das políticas institucionais em relação ao desenvolvimento sustentável do turismo. Para tanto, foi possível identificar a forma democrática de participação dos atores sociais, do *trade* turístico e do poder público nas políticas institucionais, que têm contribuído para o desenvolvimento sustentável do turismo no município de Areia.

Nesse contexto, analisou-se que é necessário fazer mais investimentos e criar políticas públicas para fortalecer o desenvolvimento do turismo, e implementar campanhas promocionais para o produto turístico de Areia em outros Estados e Países.

Quadro 16 – Dimensão política institucional

INDICADOR	ÍNDICE	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
a) Participação do <i>trade</i> turístico nas tomadas de decisão	0,70	Sustentável
b) Meios de socialização das decisões sobre o desenvolvimento turístico	0,68	Parcialmente sustentável
c) Órgãos públicos específicos para o turismo	0,84	Sustentável
d) Plano Municipal de Turismo	0,76	Sustentável
e) Integração do plano de desenvolvimento do turismo com o plano de gestão ambiental	0,50	Parcialmente sustentável
f) Programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros Estados e Países	0,29	Insustentável
g) Linhas de crédito disponíveis para investimentos turísticos	0,64	Parcialmente sustentável

Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda (2019).



a) Participação do *trade* turísticos nas tomadas de decisão

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,70. Os entrevistados justificaram que existe a participação do *trade* turístico e de representantes da sociedade civil organizada nas reuniões de planejamento. O fortalecimento constante desse indicador é importante para que as tomadas de decisão sobre o planejamento turístico sejam de forma democrática, onde as ações sejam debatidas de forma participativa. Nesse contexto, os residentes locais passam a compreender os benefícios que o turismo pode trazer para sua localidade, bem como entender os pontos negativos que podem ocorrer, opinando quanto a solução. Sá e Brito (2012) abordam que a participação do *trade* turístico e da comunidade local nas tomadas de decisão representa um direito de vez e voz da comunidade nas formulações de estratégias e ao mesmo tempo exalta o exercício da cidadania tão almejado na atividade turística. Gómez et al. (2016) concordam que o turismo sustentável tem em seus princípios a importância da participação dos empreendimentos turísticos e atores sociais locais em todos os processos decisórios.

b) Meios de socialização das decisões sobre o desenvolvimento turístico

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,68. Os entrevistados justificaram que precisam ampliar a divulgação das decisões sobre o desenvolvimento turístico para a comunidade local através de canais como o rádio e folhetos informativos, pois atualmente a divulgação é feita apenas através de reuniões. A socialização das decisões do planejamento turístico para a comunidade local é importante para que possa acompanhar as ações do turismo. Na abordagem de Meneghe e Tomazzoni (2012), boa parte do sucesso das estratégias para o desenvolvimento do turismo depende da eficácia da comunicação entre o *trade* turístico, o poder público e a comunidade local. Nesse contexto, afirma Hall (2004) que as decisões tomadas sobre o planejamento turístico devem ser socializadas para a comunidade local ter ciência dos possíveis impactos e benefícios.



c) Órgãos públicos específicos para o turismo

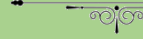
O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,84. Os atores sociais justificaram que existe Secretaria Municipal de Turismo, que funciona a contento. O órgão público específico para o turismo é importante porque facilita o fomento ao planejamento e elaboração das políticas públicas que viabilizam o desenvolvimento sustentável do turismo. Costa (2018) afirma que a Secretaria de Turismo é relevante para o planejamento e o desenvolvimento do turismo, bem como integra as ações públicas com iniciativas e a população local.

d) Plano Municipal de Turismo

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,76. Os atores sociais e o *trade* turístico justificaram que existe plano municipal de turismo e as ações têm sido implementadas a contento. Afirma o Ministério do Turismo (2018) que o Plano Municipal de Turismo é um marco orientador importante para nortear as ações do turismo sustentável. Na concepção da Secretaria de Turismo de Curitiba (2018), para que o município possa orientar as ações do desenvolvimento do turismo é necessário que elabore o Plano Municipal de Turismo considerando os princípios da sustentabilidade.

e) Integração do plano de desenvolvimento do turismo com o plano de gestão ambiental

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,50. Os entrevistados apontaram que poucas ações do plano de desenvolvimento do turismo estão integradas com o plano de gestão ambiental. Nesse sentido, é importante existir um diálogo entre os órgãos públicos de turismo com os órgãos de gestão ambiental para planejar as ações de forma interligada, até mesmo para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente. De acordo com a Secretaria de Turismo de Teresina PI (2011), a integração do Plano Municipal de



Turismo com o Plano de Gestão Ambiental busca regulamentar, orientar e fiscalizar as ações do turismo na perspectiva da sustentabilidade.

f) Programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros estados e países

O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,29. Os entrevistados justificaram que não existe campanha promocional de comercialização do produto turístico para outros estados e países. Nesse sentido, é importante que o poder público junto com *trade* turístico desenvolva campanhas publicitárias sobre o produto turístico, no sentido de atrair visitantes e aumentar o fluxo, garantindo a ocupação dos empreendimentos turísticos e reduzindo a sazonalidade. O Ministério do Turismo (MTUR, 2017) aconselha que os municípios turísticos precisam realizar campanhas de divulgação para a promoção do turismo para outras regiões, para que possa atrair visitantes, principalmente no período de baixa estação.

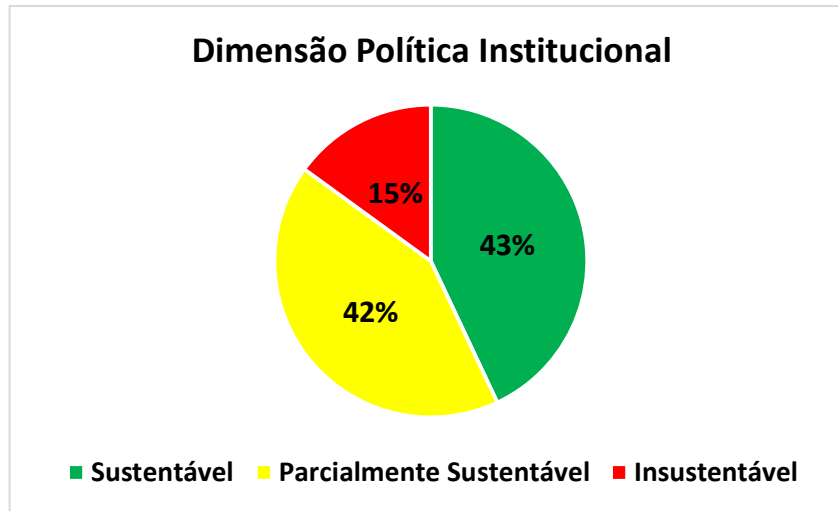
g) Linhas de crédito disponíveis para investimentos turísticos

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,64. Os entrevistados apontaram que existem linhas de crédito no Banco do Nordeste específicas para investimentos em turismo, porém não é divulgado e nem todos tem acesso. Nesse sentido, é interessante que o poder público junto com o *trade* turístico possa dialogar com os bancos para oferecerem linhas de crédito aos empreendedores da área de turismo, bem como divulgá-las e torná-las mais acessíveis. Realizando essas ações os investimentos no turismo poderão ampliar a oferta de serviços e atenderem melhor a demanda. Segundo Lage e Milone (2001), para o desenvolvimento o turismo em uma região é necessário a participação do poder público e investimentos da iniciativa privada com o apoio de agentes financiadores.

Na ótica de Acerenza (2002), o desenvolvimento da atividade turística necessita de investimentos e financiamento como fatores indispensáveis, sendo necessário que as linhas de crédito sejam acessíveis aos empreendedores. Segundo a avaliação do *trade* turístico, do poder público e dos atores sociais, o nível

de sustentabilidade da dimensão política institucional encontra-se parcialmente sustentável, pois segundo os entrevistados apresentam 43% dos indicadores sustentáveis, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Dimensão Política Institucional



Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda, 2019.

A Dimensão Política Institucional apresentou 43% dos indicadores sustentáveis, 42% parcialmente sustentáveis e 15% insustentáveis. Nesse sentido, essa dimensão foi considerada parcialmente sustentável. É importante o poder público, junto com o *trade* turístico, propor investimentos e políticas públicas para fortalecer os indicadores insustentáveis e parcialmente sustentáveis no sentido de contribuir com as políticas institucionais sustentáveis relacionadas com a atividade turística.

5.6 DIMENSÃO SERVIÇOS TURÍSTICOS

Os indicadores dessa dimensão buscaram analisar o nível de sustentabilidade dos serviços turísticos do município de Areia. Para tanto foram identificados os indicadores frágeis, bem como as possíveis sugestões de melhoria que poderão nortear as tomadas de decisão e a implementação de investimentos e políticas públicas no sentido de fortalecer a sustentabilidade dos serviços turísticos.

Nesse contexto, foi identificado que a dimensão serviços turísticos foi considerada parcialmente sustentável, precisando de um olhar mais cuidadoso,

principalmente na ampliação da oferta dos serviços turísticos no período do Roteiro Caminhos do Frio.

Quadro 17 – Dimensão Serviços Turísticos

INDICADORES	ÍNDICE	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
a) Os serviços turísticos do Roteiro Caminhos do Frio são suficientes	0,28	Insustentável
b) Os serviços turísticos são poluentes	0,52	Parcialmente sustentável
c) Os serviços turísticos praticam políticas sustentáveis	0,58	Parcialmente sustentável
d) Gestores e colaboradores dos serviços turísticos são qualificados	0,69	Parcialmente sustentável

Fonte: Dados da pesquisa/Lacerda (2019).

a) Os serviços turísticos do Roteiro Caminhos do Frio são suficientes

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,28. Os atores sociais e o *trade* turístico justificaram que os serviços turísticos não são suficientes para atender a demanda turística no período do Roteiro Caminhos do Frio, pois faltam espaços nos restaurantes para os comensais e leitos nos hotéis. Nesse contexto, é importante que os gestores públicos incentivem o *trade* turístico a ampliar seus serviços para poder atender a demanda de forma satisfatória. Gottschall (2001) aborda que a oferta e a demanda turística devem estar em consonância para que as necessidades do turista sejam atendidas de forma satisfatória, pois um turista mal atendido divulga o destino de forma negativa e não volta mais. Loiola (2001) afirma que o poder público, junto com o *trade* turístico, precisa estar atento ao crescimento do turismo, para atender a contento a demanda turística.

b) Os serviços turísticos são poluentes

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,52. Os entrevistados apontaram que os serviços turísticos são poluentes, porém não afetam de forma drástica o meio ambiente e a população local. Os empreendedores turísticos precisam criar mecanismos para reduzir o índice de poluição de seus serviços. Na abordagem de Ramos (2004), toda atividade

turística causa impacto ao meio ambiente, porém é necessário que o poder público desenvolva planos de ação integrada com o *trade* turístico no sentido de minimizar a poluição e os impactos negativos.

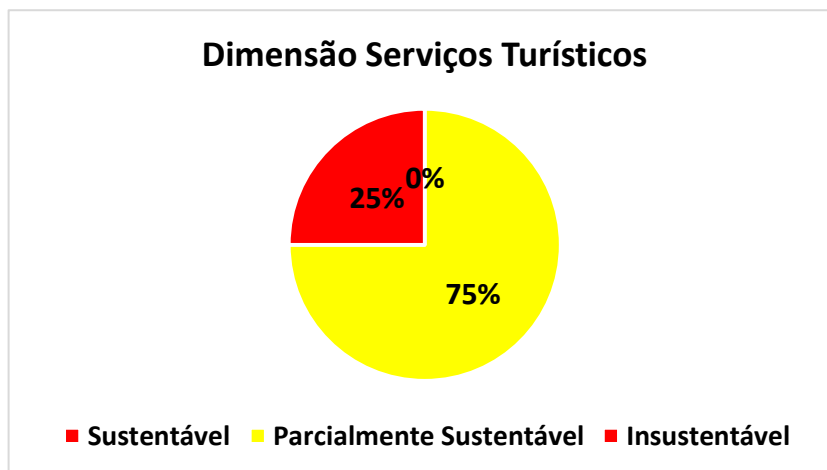
c) Os serviços turísticos praticam políticas sustentáveis

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,58. Os entrevistados justificaram que poucos empreendimentos turísticos utilizam práticas sustentáveis. Para tanto, é necessário que o poder público desenvolva ações de conscientização junto aos empreendimentos turísticos sobre a importância das práticas sustentáveis nas dimensões ambiental, social, cultural, política institucional, econômica, serviços turísticos e infraestrutura turística, na perspectiva do desenvolvimento sustentável do turismo. Na visão de Mourão (2017), é necessário que a atividade turística, que utiliza dos recursos naturais para o seu desenvolvimento, observe as práticas e os princípios do turismo sustentável para não prejudicar o meio ambiente.

d) Gestores e colaboradores dos serviços turísticos são qualificados

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,69. Os entrevistados apontaram que existem gestores e colaboradores qualificados, porém alguns precisam de cursos de qualificação e excelência no atendimento ao público. Nessa perspectiva, na fala de Catramby e Costa (2004), a qualificação profissional para os gestores e colaboradores do turismo é importante para oferecer um serviço de qualidade e tornar o visitante satisfeito na perspectiva da fidelização do cliente. Para a concepção de Silva, Lucio e Barreto (2013), os gestores do turismo precisam ser qualificados para planejar, organizar, controlar e avaliar, como também ter qualificação e habilidade para lidar com pessoas. Na visão do *trade* turístico, do poder público e dos atores sociais, o nível de sustentabilidade da dimensão Serviços Turísticos encontra-se parcialmente sustentável, pois segundo os entrevistados, apresentam 75% dos indicadores parcialmente sustentáveis (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Serviços Turísticos



Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda, 2019.

A Dimensão Serviços Turísticos apresentou 0% de indicador sustentável, 75% parcialmente sustentáveis e 25% insustentáveis. Nesse sentido essa dimensão foi considerada parcialmente sustentável. É necessário o poder público, junto com o *trade* turístico, ter uma boa percepção para buscar desenvolver políticas públicas e investimentos no sentido de fortalecer esses indicadores, pois observa que os serviços turísticos são de fundamental importância para o desenvolvimento do Roteiro Caminhos do Frio.

5.7 DIMENSÃO INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

Essa dimensão buscou mensurar os impactos causados pela infraestrutura turística de forma positiva e negativa no Roteiro Caminhos do Frio. Para tanto, foi identificado que a infraestrutura turística se encontra parcialmente sustentável. Nesse sentido, foram identificados os indicadores, insustentáveis, os parcialmente sustentáveis e os sustentáveis, como também foram observadas as possíveis sugestões de melhorias para orientar as tomadas de decisão, no sentido de implementar investimentos e políticas públicas para fortalecer a dimensão, vislumbrando o desenvolvimento sustentável do turismo.

Quadro 18 – Dimensão Infraestrutura Turística.

INDICADORES	ÍNDICE	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
a) Medidas mitigadoras para os impactos causados	0,29	Insustentável

pela implantação da infraestrutura turística		
b) A infraestrutura de acesso rodoviário no roteiro Caminhos do Frio	0,50	Parcialmente sustentável
c) As estradas são pavimentadas ou em terraplanagem	0,45	Parcialmente sustentável
d) Acesso de infraestrutura de aeroporto	0,20	Insustentável
e) As estradas são sinalizadas	0,25	Insustentável
f) A iluminação é suficiente nos atrativos turísticos	0,66	Parcialmente sustentável
g) Instalações do comércio e fornecedores atende à demanda dos empreendimentos turísticos	0,60	Parcialmente sustentável
h) A qualidade dos insumos e produtos locais, e prazo de entrega atende as necessidades	0,70	Sustentável
i) Os empreendimentos turísticos apresentam acessibilidade	0,70	Sustentável
j) Os empreendimentos turísticos são bem sinalizados	0,25	Insustentável

Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda (2019).

a) Medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura turística

O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,29. Os entrevistados justificaram que não existem medidas mitigadoras para os impactos causados pela infraestrutura turística, ou seja, não existem ações que busquem minimizar os impactos negativos. Nesse sentido, os órgãos de gestão ambiental e turística devem traçar ações de correção aos impactos causados pela implantação da infraestrutura turística e cobrar dos empreendimentos o cumprimento das ações que lhes cabem realizar. Gomes et al. (2003) afirmam que o poder público, em consonância com o *trade* turístico, na elaboração do plano de desenvolvimento do turismo deve propor as medidas mitigadoras para os possíveis impactos que possam ocorrer durante a implantação ou funcionamento dos serviços turísticos.

b) A infraestrutura de acesso rodoviário no Roteiro Caminhos do Frio

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,50. Os entrevistados justificaram que existe acesso rodoviário, porém funciona de forma precária, precisando de um espaço específico e amplo com uma infraestrutura adequada. O acesso rodoviário de qualidade é importante para a chegada dos visitantes, que muitas vezes vêm de ônibus, e termina sendo o cartão postal inicial da chegada do turista. Para Silveira (2017), a infraestrutura básica

como transporte e acesso rodoviário, são relevantes para o desenvolvimento do turismo, facilitando o acesso e a chegada do visitante ao destino.

c) As estradas são pavimentadas ou em terraplanagem

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,45. Os entrevistados apontaram que as estradas pavimentadas de acesso ao município encontram-se com muitos buracos, precisando ser reformadas e as de terraplanagem precisam ser melhoradas. Para tanto, é necessário que os poderes públicos estaduais e municipais implementem ações para resolver esses problemas que inviabilizam a chegada dos visitantes ao município. Jesus (2004) afirma que os sistemas de transporte que propiciam a hospitalidade, vão desde as condições do veículo, as estradas e a sinalização que facilitam o acesso do visitante ao destino de forma tranquila.

d) Acesso a aeroportos

O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,20. Os entrevistados falaram que só existe infraestrutura de duas pistas de pouso para pequenas aeronaves e não existem aeroportos. Com o aumento da divulgação do produto turístico para outros estados e países, futuramente os poderes públicos precisam facilitar o acesso a aeroportos para permitir a chegada de estrangeiros e pessoas de outros estados ao Roteiro Caminhos do Frio. Afirma Almeida (2015) que o acesso a aeroportos facilita a chegada de turistas de outros estados e países, sendo importante para ampliação da demanda turística.

e) As estradas são sinalizadas

O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,25. Os atores sociais e o *trade* turístico justificaram que a sinalização nas estradas é muito precária, ressaltando que as estradas são perigosas, com muitas curvas e precisam ter uma sinalização mais adequada.

Nesse contexto, é importante que o poder público estadual implemente ações para melhorar a sinalização e facilitar o acesso do visitante ao município com maior segurança. Na fala de Silva e Melo (2012), a sinalização no destino turístico tem como objetivo garantir o acesso ao destino turístico e seus serviços com segurança.

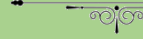
f) A iluminação é suficiente nos atrativos turísticos

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,66. Os entrevistados falaram que precisaria melhorar a iluminação nos pontos turísticos, pois os mesmos ficam às escuras e passam a sensação de insegurança aos visitantes. Nessa perspectiva, é importante que o poder público, junto com o *trade* turístico, acione a Energisa para melhorar a iluminação nesses pontos. Segundo Goulart (2014), a iluminação a contento no destino turístico passa segurança e melhor visibilidade para o visitante e a população local.

g) Instalações do comércio e fornecedores atendem à demanda dos empreendimentos turísticos

O indicador foi considerado parcialmente sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,60. Na visão dos entrevistados, alguns produtos que os empreendimentos turísticos precisam, não são encontrados nos fornecedores locais, havendo a necessidade de serem adquiridos em outros municípios.

Nesse sentido, é importante que o comércio local e os fornecedores fiquem atentos a esses produtos que os empreendimentos turísticos precisam e não encontram no município de Areia, para avaliarem a possibilidade de ofertá-los. Segundo Oliveira (2008), o poder público, junto com a organização comercial local, deve se planejar para investir nos insumos e produtos que os empreendimentos turísticos precisam para atender o turista, visando a geração de emprego e renda, bem como atender as necessidades dos serviços turísticos.



h) A qualidade dos insumos e produtos locais, e prazo de entrega atendem as necessidades

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,70. Os entrevistados justificaram que a qualidade e a entrega dos insumos e produtos locais são boas e atendem as expectativas. Para tanto, é importante a manutenção desse indicador, pois a aquisição de produtos na localidade é importante para os moradores e gera emprego e renda, bem como é importante para os empreendimentos turísticos, que podem comprar a prazo ou a preço acessível com entrega mais rápida. Santos (2009) comenta que a qualidade dos insumos e produtos nos destinos turísticos é fundamental para a elaboração e prestação de um serviço de qualidade.

i) Os empreendimentos turísticos apresentam acessibilidade

O indicador foi considerado sustentável, pois o valor encontrado foi de 0,70. Os entrevistados falaram que os empreendimentos turísticos apresentam acessibilidade com rampas, corrimão e banheiros adaptados. O fortalecimento desse indicador é importante para manter o acesso das pessoas com deficiência aos empreendimentos turísticos, mantendo assim a sustentabilidade da infraestrutura dos serviços turísticos. Na fala de Hanai (2009), a acessibilidade tem sido considerado como um fator positivo para o desenvolvimento econômico e social do turismo, constituindo-se de normas, serviços e infraestrutura que facilitam o acesso das pessoas com deficiência.

j) Os empreendimentos turísticos são bem sinalizados

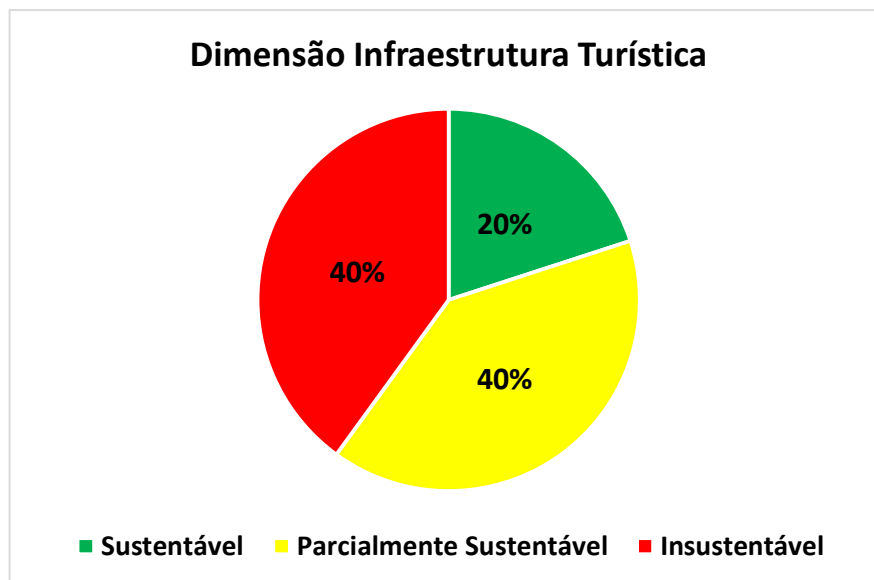
O indicador foi considerado insustentável, pois o valor encontrado foi de 0,25. Os entrevistados justificaram que os empreendimentos turísticos quase não têm sinalização e isso tem atrapalhado a chegada dos visitantes aos serviços turísticos. Nesse contexto, é importante que o *trade* turístico organize, junto aos empreendimentos, a sinalização, para facilitar a chegada dos visitantes.

A sinalização turística deve obedecer as normas do Guia Brasileiro de Sinalização Turística (BRASIL, 2015), que aconselha a implantação de um conjunto de placas sucessivas durante o trajeto turístico, de forma que facilite a chegada do turista.

Na visão de Silva e Melo (2015), a finalidade da sinalização dos empreendimentos turísticos é orientar os turistas a chegarem no destino correto de forma fácil e segura.

Com base na análise do *trade* turístico, do poder público e dos atores sociais, o nível de sustentabilidade da dimensão Infraestrutura turística encontra-se parcialmente sustentável, pois segundo os entrevistados, apresentaram 20% dos indicadores sustentáveis (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Dimensão Infraestrutura turística



Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda (2019).

A Dimensão infraestrutura turística apresentou 20% dos indicadores sustentáveis, 40% parcialmente sustentáveis e 40% insustentáveis. Nesse sentido, essa dimensão foi considerada parcialmente sustentável. É necessário o poder público, junto com o *trade* turístico, fazer investimentos e criar políticas públicas no sentido de fortalecer os indicadores insustentáveis e parcialmente sustentáveis na perspectiva do turismo sustentável, pois a infraestrutura é um fator primordial para o desenvolvimento da atividade turística sustentável.

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO PARAIBANO

Cícero De Sousa Lacerda | Eduardo Rodrigues Viana De Lima | Maria de Fátima Martins

O Quadro 19 apresenta um resultado geral das dimensões e dos indicadores quanto ao nível de sustentabilidade da atividade turística do município de Areia.

Quadro 19 – Resultado geral das dimensões e indicadores de sustentabilidade da atividade turística em Areia

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70-1,0	
Ambiental	Consumo de água no período do Roteiro Caminhos do Frio não afeta o consumo local			0,71	Sustentável
	Saneamento básico		0,63		Parcialmente Sustentável
	Reuso de águas para serviços de limpeza e jardinagem		0,48		Parcialmente Sustentável
	Coleta de lixo regular no período do Roteiro Caminhos do Frio			0,80	Sustentável
	Programa de reciclagem		0,61		Parcialmente Sustentável
	Educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico e sustentável			0,70	Sustentável
	Preocupação para não causar impacto ambiental no percurso das trilhas			0,70	Sustentável
	Licenciamento ambiental para implantação e funcionamento dos empreendimentos turísticos			0,71	Sustentável
	Controle da poluição visual, sonora e do ar no Roteiro Caminhos do Frio		0,56		Parcialmente Sustentável
	Uso de energias renováveis nos equipamentos turísticos	0,20			Insustentável
	Tecnologia que reduz o consumo de energia	0,23			Insustentável
Social	Os empregos gerados durante o período do Roteiro Caminhos do Frio são destinados para os residentes locais			0,78	Sustentável
	Iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo		0,63		Parcialmente Sustentável
	Atuação de instituições com cursos de		0,68		Parcialmente Sustentável

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO PARAIBANO

Cícero De Sousa Lacerda | Eduardo Rodrigues Viana De Lima | Maria de Fátima Martins

Quadro 19 – Resultado geral das dimensões e indicadores de sustentabilidade da atividade turística em Areia

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70-1,0	
	qualificação nas áreas dos setores turísticos				
	A quantidade de empregos fixos é maior do que de empregos temporários no setor turístico		0,43		Parcialmente Sustentável
	A população local é satisfeita com o turismo			0,82	Sustentável
	A segurança é suficiente para o período do Roteiro Caminhos do Frio		0,64		Parcialmente Sustentável
	A atividade turística tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população			0,71	Sustentável
	O aumento dos visitantes não compromete os serviços básicos da população local		0,52		Parcialmente Sustentável
	Os serviços turísticos são ofertados apenas por pessoas da comunidade			0,73	Sustentável
	Os empreendimentos turísticos realizam inclusão social e benefícios sociais		0,53		Parcialmente Sustentável
	Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes		0,63		Parcialmente Sustentável
Cultural	Associação de artesãos e programa de fortalecimento da produção do artesanato típico local			0,70	Sustentável
	Boa quantidade de bens patrimoniais preservados			0,81	Sustentável
	Boa quantidade de eventos culturais		0,61		Parcialmente Sustentável
	Atos de vandalismo praticados durante o Roteiro Caminhos do Frio aos artefatos culturais		0,57		Parcialmente Sustentável
	Respeito a capacidade de carga dos patrimônios históricos			0,77	Sustentável
	Presença de museus, bibliotecas, teatros,			0,76	Sustentável

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO PARAIBANO

Cícero De Sousa Lacerda | Eduardo Rodrigues Viana De Lima | Maria de Fátima Martins

Quadro 19 – Resultado geral das dimensões e indicadores de sustentabilidade da atividade turística em Areia

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70-1,0	
	etc.				
	Preservação da gastronomia típica local		0,64		Parcialmente Sustentável
	Preservação das crenças religiosas, mitos e superstições		0,68		Parcialmente Sustentável
	Preservação das músicas tradicionais, poesia, cordel e danças folclóricas			0,72	Sustentável
	Fazendas-modelo de produção e os processos produtivos de transformação agrícola e pecuária			0,70	Sustentável
Econômica	A atividade turística gera renda e emprego para a população local			0,72	Sustentável
	Os estabelecimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados			0,74	Sustentável
	Os investimentos anuais em turismo são equilibrados		0,46		Parcialmente Sustentável
	Os produtos e insumos para atendimento dos serviços turísticos são comprados aos moradores locais		0,57		Parcialmente Sustentável
	Política para minimizar a sazonalidade da atividade turística		0,62		Parcialmente Sustentável
	Os empreendedores dos serviços turísticos buscam qualificação sobre gestão financeira			0,77	Sustentável
	Os preços dos serviços turísticos são cobrados de acordo com a capacidade econômica dos moradores locais	0,28			Insustentável
	Preços acessíveis dos insumos e produtos locais		0,64		Parcialmente Sustentável
Política Institucional	Participação do <i>trade</i> turístico nas tomadas de decisão			0,70	Sustentável
	Meios de socialização das decisões sobre o desenvolvimento turístico		0,68		Parcialmente Sustentável

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO PARAIBANO

Cícero De Sousa Lacerda | Eduardo Rodrigues Viana De Lima | Maria de Fátima Martins

Quadro 19 – Resultado geral das dimensões e indicadores de sustentabilidade da atividade turística em Areia

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70-1,0	
	Órgãos públicos específicos para o turismo			0,84	Sustentável
	Plano Municipal de Turismo			0,76	Sustentável
	Integração do plano de desenvolvimento do turismo com o plano de gestão ambiental		0,50		Parcialmente Sustentável
	Programa de promoção e comercialização de produtos turísticos para outros estados e países	0,29			Insustentável
	Linhas de crédito disponíveis para investimentos turísticos		0,64		Parcialmente Sustentável
Serviços Turísticos	Os serviços turísticos do Roteiro Caminhos do Frio são suficientes	0,28			Insustentável
	Os serviços turísticos são poluentes		0,52		Parcialmente Sustentável
	Os serviços turísticos praticam políticas sustentáveis		0,58		Parcialmente Sustentável
	Gestores e colaboradores dos serviços turísticos são qualificados		0,69		Parcialmente Sustentável
Infraestrutura Turística	Medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura turística	0,29			Insustentável
	A infraestrutura de acesso rodoviário no Roteiro Caminhos do Frio		0,50		Parcialmente Sustentável
	As estradas são pavimentadas ou em terraplanagem		0,45		Parcialmente Sustentável
	Acesso a aeroportos	0,20			Insustentável
	As estradas são sinalizadas	0,25			Insustentável
	A iluminação é suficiente nos atrativos turísticos	0,66			Parcialmente Sustentável
	Instalações do comércio e fornecedores atendem à demanda dos empreendimentos turísticos	0,60			Parcialmente Sustentável
A qualidade dos			0,70	Sustentável	

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL – BREJO PARAIBANO

Cícero De Sousa Lacerda | Eduardo Rodrigues Viana De Lima | Maria de Fátima Martins

Quadro 19 – Resultado geral das dimensões e indicadores de sustentabilidade da atividade turística em Areia

Dimensões	Indicadores	Parâmetros de Análise			Nível de Sustentabilidade
		Insustentável 0 – 0,29	Parcialmente Sustentável 0,30 - 0,70	Sustentável 0, 70-1,0	
	insumos e produtos locais, e prazo de entrega atendem as necessidades				Sustentável
	Os empreendimentos turísticos apresentam acessibilidade			0,70	

Fonte: Dados da Pesquisa/Lacerda (2019).

O índice geral da sustentabilidade da atividade turística do município de Areia foi considerado parcialmente sustentável, pois 57,14% das dimensões foram consideradas Parcialmente Sustentáveis e 42,86% Insustentáveis. O Índice final do nível de sustentabilidade foi considerado Parcialmente Sustentável (Quadro 20).

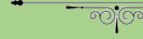
Quadro 20 – Resultado Final

DIMENSÃO	Porcentagem dos Indicadores Sustentáveis das Dimensões	Nível de Sustentabilidade
Ambiental	42,00%	Parcialmente Sustentável
Social	36,37%	Parcialmente Sustentável
Cultural	58,00%	Parcialmente Sustentável
Política Institucional	43,00%	Parcialmente Sustentável
Econômica	7,00%	Insustentável
Serviços Turísticos	0%	Insustentável
Infraestrutura Turística	20,00%	Insustentável

Fonte: Fonte da Pesquisa/ Lacerda (2019).

Considerando esses resultados, é relevante que os gestores públicos e o *trade* turístico desenvolvam estratégias e ações focadas nos indicadores insustentáveis e parcialmente sustentáveis, no sentido de fortalecê-los com vistas à sustentabilidade da atividade turística local.

Para tanto, é importante que esses dados sejam socializados com o poder público, *trade* turístico e a sociedade local, no sentido de orientar as tomadas de decisão relacionadas aos indicadores das dimensões que se encontram insustentáveis e parcialmente sustentáveis, buscando fortalecê-las na perspectiva do desenvolvimento sustentável do turismo.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível elaborar o sistema de indicadores de sustentabilidade para análise da atividade turística do Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano, considerando as características locais através de visitas *in loco*, e relatórios de análise da atividade turística elaborados pela Empresa Paraibana de Turismo – PBTUR, em consonância com o Instituto de Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e com o Atlas do Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD. Com base nessas informações, foi elaborado um sistema de indicadores para análise da atividade turística com as dimensões: social, ambiental, econômica, cultural, política institucional, serviços turísticos e infraestrutura turística.

Os indicadores que compõem essas dimensões foram apresentados considerando a definição, justificativa, objetivos, parâmetro de medição, fonte de informação, tipo de unidade de medida e critério de análise. Para o teste da metodologia, no intuito de validar o instrumento, foi feita uma aplicação no município de Areia, integrante do Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano, com a participação dos atores sociais locais, *trade* turístico e o poder público na definição dos indicadores.

Nesse sentido, por meio da participação do *trade* turístico, do poder público e dos atores sociais, foi identificado o nível de sustentabilidade da atividade turística do Município de Areia, através do nível do índice de cada dimensão: dimensão ambiental, 41,67% dos indicadores foram considerados sustentáveis. De acordo com os parâmetros estabelecidos, a dimensão foi considerada parcialmente sustentável. Mediante essas informações é possível nortear as tomadas de decisão em relação ao nível de sustentabilidade ambiental, traçar políticas públicas e prever investimentos para o fortalecimento dos indicadores negativos na perspectiva da sustentabilidade. Para o fortalecimento dessa dimensão é necessário desenvolver estratégias para fortalecer os seguintes indicadores: saneamento básico principalmente para viabilizar o destino correto do esgoto para estações que possam realizar de forma efetiva o tratamento. Nesse contexto, o saneamento básico torna-se também importante na relação com o desenvolvimento turístico. Há necessidade que o *trade* turístico desenvolva projetos voltados ao reuso das águas cinzas, propiciando assim uma economia no uso da quantidade de águas para o

funcionamento do empreendimento turístico, bem como a redução de custos; que o poder público estabeleça ações com projetos junto ao *trade* turístico voltadas para o controle da poluição em geral e implemente ações junto aos órgãos ambientais de fiscalização e punição para quem não cumprir a legislação ambiental; que o *trade* turístico possa desenvolver ações junto a ENERGISA e órgãos de fomento a energias renováveis para reduzir o uso da energia elétrica e minimizar impactos negativos, por ser uma energia limpa.

A dimensão social apresentou 36,37% dos indicadores sustentáveis, nesse sentido foi considerada parcialmente sustentável. É importante que o poder público junto com o *trade* turístico, através dos dados apresentados nessa dimensão, possa desenvolver estratégias com investimentos e políticas públicas para fortalecer os indicadores parcialmente sustentáveis no sentido de contribuir com a relação do turismo com a sustentabilidade social. Para tanto é importante desenvolver iniciativa de capacitação dos moradores locais para atuar no turismo, visando a qualidade e excelência no atendimento; incentivar a atuação de instituições com cursos de qualificação nas áreas dos setores turísticos para facilitar o acesso a qualificação profissional; desenvolver estratégias de promoção e consolidação do turismo para que a quantidade de empregos fixos seja maior do que de empregos temporários no setor turístico.

A dimensão cultural apresentou 58,33% dos indicadores sustentáveis, e a dimensão foi considerada parcialmente sustentável. Com os dados dessa dimensão é necessário que os tomadores de decisão possam desenvolver estratégias de preservar e promover a cultura local, desenvolvendo projetos em parceria com o IPHAN e órgãos de fomento a projetos culturais, no sentido de restaurar e preservar o patrimônio artístico cultural, bem como resgatar as manifestações com vistas a manter viva a memória da cultura local.

A dimensão econômica teve 37,3% dos indicadores sustentáveis, e foi considerada insustentável. Com base nessas informações, sugere-se que sejam realizados mais investimentos no setor turístico, principalmente voltados às políticas de melhoria em infraestrutura e promoção da atividade. Também é necessário rever as políticas de preço para que a população local tenha acesso aos empreendimentos de lazer, contribuindo assim com um desenvolvimento equilibrado, onde todos se beneficiem com o a atividade turística.

A dimensão política institucional apresentou 42,83% dos indicadores sustentáveis, e foi considerada parcialmente sustentável. Com base nessas informações, é relevante que as políticas institucionais possam dar respostas positivas aos indicadores identificados como parcialmente sustentáveis e insustentáveis, desenvolvendo ações como: programa de promoção e comercialização do produto turístico para outros estados e países, visando assim ampliar a demanda turística no período de baixa estação; ampliar os meios de socialização das decisões sobre o desenvolvimento turístico para a sociedade local ficar atenta ao processo de crescimento do turismo, bem como os benefícios que poderão trazer para a população; realizar a integração das ações do plano de desenvolvimento do turismo com o plano de gestão ambiental, buscando encontrar medidas mitigadoras que possam equilibrar o interesse do turismo com a capacidade de carga dos ecossistemas.

A dimensão serviços turísticos teve 75% dos indicadores parcialmente sustentáveis, e foi considerada parcialmente insustentável. Essas informações são relevantes para análise da sustentabilidade dos serviços turísticos, servindo assim como base para elaboração de estratégias, no sentido de fortalecer os serviços de forma que atenda as necessidades dos turistas sem comprometer o meio ambiente. Para o fortalecimento dessa dimensão é necessário ampliar a capacidade dos serviços turísticos para que atendam as demandas turísticas de forma confortável; identificar junto aos órgãos ambientais medidas que possam minimizar a poluição dos serviços turísticos, principalmente quando se trata da produção de resíduos; é necessário que o poder público, através dos órgãos ambientais, desenvolvam campanhas de educação ambiental e práticas sustentáveis junto ao trade turístico e turistas, no sentido de minimizar os impactos negativos.

A dimensão infraestrutura turística teve 20% dos indicadores sustentáveis, e foi considerada insustentável. É conveniente que o poder público e o trade turístico elaborem planos e ações que fortalecem esses indicadores na perspectiva de se tornarem viáveis para o desenvolvimento sustentável do turismo. Nesse contexto é necessário desenvolver as seguintes ações: medidas mitigadoras para os impactos causados pela implantação da infraestrutura turística, diante o exposto os órgãos de gestão ambiental e turismo devem traçar ações de correção dos impactos causados pela implantação da infraestrutura turística e cobrar dos empreendimentos o

cumprimento das ações que lhes cabem a realizar; a infraestrutura de acesso rodoviário ao município de Areia é precária, precisando assim de uma infraestrutura adequada. O acesso rodoviário de qualidade é importante para a chegada dos visitantes que muitas vezes vem de ônibus e termina sendo o cartão postal inicial da chegada do turista; as estradas pavimentadas ou em terraplanagem encontram-se com muitos buracos, precisando ser reformadas e as de terraplanagem precisam ser melhoradas. É necessário que os poderes públicos implementem ações para resolver esses problemas, porque inviabiliza a chegada do visitantes ao município; outro problema encontrado nas estradas é a sinalização dos serviços turísticos que também é muito precária, sendo também necessário atenção dos órgãos estaduais e municipais de trânsito para resolver essa situação.

Diante do exposto, 57,14% das Dimensões foram consideradas parcialmente sustentáveis e 42,86% insustentáveis. O Índice final do nível de sustentabilidade foi considerado parcialmente sustentável. É importante que esses dados sejam socializados com o poder público, o *trade* turístico e a sociedade local, no sentido de orientar as tomadas de decisão relacionadas aos indicadores das dimensões que se encontram insustentáveis e parcialmente sustentáveis, buscando fortalecê-los na perspectiva do desenvolvimento sustentável do turismo.

Os resultados dos indicadores apontaram um conjunto de informações que pode contribuir com as tomadas de decisão e implementação de políticas públicas para fortalecimento do turismo sustentável no município de Areia. Para tanto é necessário desenvolver um plano de ação com os princípios do turismo sustentável, considerando o uso dos indicadores de sustentabilidade para o turismo em espaço geográfico local, e buscar parcerias e investimentos dos órgãos públicos e a iniciativa privada, no sentido de fortalecer os indicadores e dimensões insustentáveis e parcialmente sustentáveis, na perspectiva do desenvolvimento do turismo de forma sustentável. Também é importante manter uma gestão participativa da atividade turística, desde a identificação dos problemas, a elaboração e implementação das ações.

Também foi possível confirmar a hipótese da pesquisa, pois os resultados dos indicadores apontam um conjunto de informações que pode contribuir com as tomadas de decisão e implementação de políticas públicas para o fortalecimento do turismo sustentável no Roteiro Caminhos do Frio no Brejo Paraibano. Quanto as



limitações da pesquisa, observou-se que seu desenvolvimento foi tranquilo, tendo uma boa receptividade dos entrevistados, todos abertos a contribuir com as informações que pudessem colaborar com o desenvolvimento sustentável do turismo. Aponta-se como uma preocupação a observação constante em analisar a necessidade de inserção dos indicadores como também a exclusão. Na formulação dessa metodologia também houve a preocupação em deixar a linguagem clara e fácil de ser aplicada e mensurada pelos atores sociais quando sentirem a necessidade de analisar o nível de sustentabilidade do Roteiro Caminhos do Frio, por isso foram utilizados métodos simples de coleta e análise.

Recomendações para continuidade da pesquisa: Que a análise do nível de sustentabilidade da atividade turística do Roteiro Caminhos do Frio seja realizada anualmente através dessa metodologia, observando sempre a necessidade, se possível, de inclusão ou exclusão de indicadores; que os dados gerados a partir das pesquisas sejam tomados como base para as tomadas de decisão com vistas a sustentabilidade turística do Roteiro Caminhos do Frio; que essa metodologia possa orientar a elaboração de outros sistemas de indicadores levando em consideração as características locais e a participação dos atores sociais; estender essa pesquisa para outras Regiões Turísticas.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, M. A. **Administração do Turismo**: conceituação e organização. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ALMEIDA, A. M; BIAZIN, P. C. **Ilha do Mel - Pr: Perfil Da População Local e Sua Relação Com o Turismo**. III FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU17 a 19 de junho de 2009. Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil. Disponível em: <http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/23.-ILHA-DO-MEL-PERFIL-DA-POPULA%C3%87%C3%83O-LOCAL-E-SUA-RELA%C3%87%C3%83O-COM-O-TURISMO.pdf>. Acesso: 22 jan. 2019.

ALMEIDA, C. R. **Transporte aéreo, acessibilidades e turismo**. Importância para o desenvolvimento de novos segmentos de procura turística. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/294693704_Transporte_aereo_acessibilidades_e_turismo_Importancia_para_o_desenvolvimento_de_novos_segmentos_de_procura_turistica. Acessado em: 26 jan. 2019.

ALMEIDA, F. E.; SUGIYAMA, M. S. G. **Uso e reuso da água**: uma questão relacionada com a hotelaria e o entretenimento na Cidade de São Paulo. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1936-1.pdf>. Acessado em: 21/01/2019.

ÁLVARES, P. B. **Lixo turístico e a importância da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para um turismo sustentável**: o caso de Caldas Novas, Goiás. 2010. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Brasil, 2010.

ALVES, A. **Energia Solar Aparece Como Economia Sustentável no Turismo de Al**: Disponível: <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/4288-energia-solar-aparece-como-economia-sustentavel-no-turismo-de-al>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ANDRADE, T. M. **Modelo de resiliência socioecológica e as suas contribuições para a geração do desenvolvimento local sustentável**: validação no contexto comunitário de marisqueiras em Pitimbu-PB. 2011. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/2123/1/T%C3%82NIA%20M%20ARIA%20DE%20ANDRADE%20-%20TESE%20%28PPGRN%29%202011.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Revista de Eficiência Energética**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/documents/656877/15495819/Revista+de+Efici%C3%Aancia+Energ%C3%A9tica+PEE++2017.pdf/ec81860f-4f80-f2d3-3692-1dc24f556e17?version=1.1>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ANSARAH, M. G. Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil. São Paulo, Aleph, 2002.

APA. Agência Portuguesa do Ambiente. **Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável**. Lisboa. 2007.

ARRANDA TORRENTS, X. **Un sistema de indicadores sostenibles aptos para um destino turístico**: un fundamento metodológico. In: Simpósio Internacional de Turismo y Ocio, 2003, Barcelona. Anais. Barcelona (España): Esade – Fira Barcelon, 2003.

ASHTON, M. S. G. Sustentabilidade e Turismo: reflexões e perspectivas para o desenvolvimento. In: ARAUJO, M.; ZOTTIS, A.; RUSSO, D. (orgs.). **Sustentabilidade uma abordagem social**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

ASSIS, M. P. et al. Avaliação de Políticas Ambientais: desafios e perspectivas. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 7-20, 2012.

ATITUDES. **Desenvolvimento e a sustentabilidade do meio ambiente** (2014).

Disponível em:

<http://www.atitudessustentaveis.com.br/conscientizacao/desenvolvimentosustentabilidade-meio-ambiente/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BAÑON GOMIS, A. J. et al. Rethinking the Concept of Sustainability. **Business and Society Review**, v. 116, n. 2, p. 171-91, 2011.

BARATA, G. **Notícias do Mundo**: Ciência e Cultura, São Paulo, 2003.

BARKEMEYER, R. et al. What happened to the ‘development’ in sustainable development? Business guidelines two decades after Brundtland. **Sustainable Development**, v. 22, n. 1, p. 15-32, 2014.

BARROS, M. O; SILVA, S. C; **O Desenvolvimento do Turismo: Uma visão sistêmica**. 4º Congresso Brasileiro de Sistemas, 29 e 30 de outubro de 2008. Uni-FACEF. Franca – São Paulo. Disponível em:

http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/F/F_158.pdf. Acessado em: 23 jan. 2019.

BARTER, N.; RUSSELL, S. **Sustainable Development**: 1987 to 2012 – don’t be naive, it’s not about the environment. In: 11TH AUSTRALASIAN CONFERENCE ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING RESEARCH (A-CSEAR). Proceedings... University of Wollongong, 2012. p. 1-18.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. São Paulo. Senac, 2000.

BLEWITT, J. **Understanding sustainable development**. London: Earthscan, 2008.

BORGES, C. H. L.; FERRAZ, M. I. F.; BORGES, A. V. Turismo sustentável e meios de hospedagens: uma avaliação da sustentabilidade hoteleira em Barra Grande, Maraú-BA. **Turismo Visão e Ação**, v. 17, n. 3, p. 601-29, 2015.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; REYES JUNIOR, E. Análise da sustentabilidade do turismo: um estudo em comunidades indígenas no Estado de Roraima, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 2, 2015.

BRASIL. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística** (2015). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/41-guia-brasileiro-de-sinalizacao-turistica.htm>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRILLAT-SAVARIN, J. A. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRITO, B. D. M. Os Efeitos da sazonalidade na exploração do fenômeno turístico. **Revista Turismo**, jan. 2005. Disponível: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/sazofenomenotur.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BUFELLI, L. **A Importância dos eventos culturais** – agregando valores à população. Espaço RP (2012). Disponível em: <https://espacorp.wordpress.com/2012/04/04/a-importancia-dos-eventos-culturais-agregando-valores-a-populacao/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

BUTLER. R. W. **Sustain able tourism. A state of art review. Tourism geographies: an internationale jornale of tourism space, place and environmet**. Florence, 1999.

CAMARGO, L. J. J. et al. Análise da sustentabilidade do turismo ecológico no município de Bonito, Mato Grosso do Sul na promoção do desenvolvimento regional. **Sociedade e Natureza**, v. 23, n. 1, p. 65-75, 2011.

CÂNDIDO, G. Ataíde. **A aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica**: um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil. 2004. 210 p. Tese (Concurso Professor Titular) – Departamento de Administração e Contabilidade do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

CARLA, F. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Para O Turismo**: uma abordagem do artesanato de Antônio Prado – RS. Dissertação de (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado - Universidade de Caxias do Sul, 2018.

CASALI, M. S.; TRETER, J. **A importância da utilização da gestão financeira em microempresas da cidade de Cruz Alta**. Cruz Alta: Unicruz, 2015.

CATRAMBY, T. C. V.; COSTA, S. R. R. Qualificação profissional em turismo como fator de competitividade do setor. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/60/55>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CMMAD. Comissão Mundial sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Nosso Futuro Comum**. Rio e Janeiro: Editora da FGV, 1987.

CODATO, M, V, F. Poluição visual e sonora: uma relação conturbada entre meio ambiente e sociedade. **REGET**, v. 18, n. 4, p.1312-7, dez. 2014. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK Ewj_q_rqs9jgAhXK1VkKHYBCDlcQFjAAegQICxAC&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsm.br%2Fregret%2Farticle%2Fdownload%2F14516%2Fpdf&usg=AOvVaw0I9EdGwLIH-azC8n6DOQks. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Patrimônio Histórico: Como e Por Que Preservar**.

Disponível em:

http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

COSTA, F. G. **Secretaria de Cultura e Turismo** (2018). Disponível em:

http://www.rolandia.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=98. Acesso em: 26 jan. 2019.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo-SP: Roca, 2003.

DEVUYST, D. Introduction to sustainability assessment at the local level. In:

DEVUYST, D. (Ed). **How green is the city? Sustainability assessment and the management of urban environments**. New York: Columbia University Press, 2001.

DIAS, R; AGUIAR, M. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo, SP: Alínea, 2002.

ELAVAI, A. R. et al. **Sistema de indicadores de sustentabilidade do turismo da Macaronésia**. Serviço Regional de Estatística dos Açores, 2005. Disponível em:

<<http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B4780333c-3e3b-490b959688fe373ab07%7D.pdf>>. Acesso em: 14/12/2018.

FAGUNDES, C.; ASHTON, M. S. G. **Desenvolvimento regional através do**

turismo: geração de emprego e renda. I Encontro Semintur Jr. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Saberes e fazeres no turismo: Interfaces, 8, 9 e 10 de julho de 2010 - Universidade de Caxias do Sul. Mestrado em Turismo – Caxias do Sul (RS) Brasil. Disponível em:

https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/desen_regional.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável:

desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. F.B APR. BR**, v. 14, n. 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, jul./set 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

FERREIRA, J. M. L.; VIANA, J. H. M.; COSTA, A. M.; SOUSA, D. V.; FONTES, A. A. Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, 2012.

FERREIRA, R. Tipos de Violência contra Crianças e Adolescentes. In: **Capacitação da Rede de Proteção de Porto Alegre**. UFMS/UFRGS-CEP-RUA. 2009-2011.

FILETTO, F. **Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação**. Lavras: UFLA, 2007. 143p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal – Manejo Ambiental) Universidade Federal de Lavras.

FILETTO, F.; MACEDO, R. L. G. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, fev./abr. p. 11-30, 2015. Disponível em:
<https://sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/805/772>. Acesso em: 25 maio 2018.

FOLETTTO, T. F.; VARGAS, M. S. **O problema da sazonalidade**: eventos como estratégia de captação de turistas em Balneário Camboriú (SC). X FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU15 a 17 de junho de 2016 Foz do Iguaçu –Paraná –Brasil. Disponível em: <http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2017/04/5.-O-PROBLEMA-DA-SAZONALIDADE-EVENTOS-COMO-ESTRAT%C3%89GIA-DE-CAPTA%C3%87%C3%83O-DE-TURISTAS-EM-CAMBORI%C3%9A.pdf>. Acesso em: 25/01/2019.

FRAUSTO, M. O.; ROJAS, L. J.; SANTOS, X. **Indicadores de desarrollosostenible a nível regional y local**: análise de Galicia, España y Cozumel México. In: MÉXICO. Secretaria de Turismo. Estudios multidisciplinares en turismo. México: Sectur, 2006.

FREITAS, M. de; RANGEL, D.; DUTRA, L. Uso de indicador no diagnóstico da efetividade no tratamento de água em uma estação pública de abastecimento. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, 2008.

GALLOPIN, G. C. **Environmental and sustainability indicators and the concept of situation indicators**: a system approach. Environmental Modeling & Assessment Berlin, 2003.

_____. Indicators and their use: information for decision making. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. (Ed.), **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development** (p.13-27). Chichester, GB: Wiley and sons, 1997.

GOMES, L. M. R.; SILVA, E.; RIBEIRO, G. A.; GRIFFITH, J. J. Problemas Ambientais Causados pelo Ecoturismo no Setor Urbanizado do Subdistrito de Lavras Novas, Ouro Preto, MG. **Turismo - Visão e Ação**, v. 5, n. 3, p. 239-248, set./dez. 2003. Disponível em: siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1079/886 acessado em: 26/01/2019.

GOMES, N. D.; AYALA, M. I. N. **As práticas orais das rezadeiras**: um patrimônio imaterial presente na vida dos itabaianenses, Nau Literária: Crítica e teoria de literaturas, 2013.

GOMES, R. A. et al. **Desempenho de indicadores de sustentabilidade na atividade de turismo rural no Distrito Federal: o caso dos hotéis fazenda** (2005). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/892.pdf>>. Acesso em: 14/12/2018.

GÓMEZ, C. P.; FALCÃO, M. C.; CHEREM, L.; SILVA, T. N. **A participação da comunidade no turismo de base comunitária: um estudo de múltiplos casos. Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.263-79, ago. 2016. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/1190/492>. Acesso em: 25/01/2019.

GONÇALVES, R. F. (Coord.). **Conservação de água e energia em sistemas prediais e públicos de abastecimento de água**. Rio de Janeiro: ABES, 2009.

GOULART, J, F. A Iluminação Urbana como incentivadora do Turismo. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, 8. ed., v. 1, n. 9, dez. 2014. Disponível em: <https://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online/edicao-n8-2014/a-iluminacao-urbana-como-incentivadora-do-turismo/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1503-10, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Mapa Turístico da Paraíba**. Disponível em: <http://www.revistaevidencia.com/2016/05/areia-vermelha-bandeira-azul/>. Acesso em: 13 ago. 2017.

GUIMARÃES, R. P. A Ética da Sustentabilidade e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O Desafio da Sustentabilidade - Um Debate Socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2004.

HANAI, F. Y. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na Região de Bueno Brandão Estado de Minas Gerais, Brasil**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos – Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo, 2009.

HANAI, F. Y; ESPÍNDOLA, E. L. G. Indicadores de sustentabilidade: conceitos, tipologias e aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico local. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, p. 135-149, set./dez. 2011. Disponível em: https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/362/pdf_32. Acesso em: 17 nov. 2018.

HASSAN, R.; SCHOLLES, R.; ASH, N. Millennium ecosystem assessment (Vol.1). **Ecosystems and human well-being: Current State and Trends**. Island Press: London, 2005.

HERCULANO, F. C.; LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G. A. Índice de desenvolvimento sustentável no setor agrícola. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 5, n. 2. p. 14-23, maio/ago. 2008.

HOLANDA, I. A. **I Ciclo de Debates**: Turismo e Inclusão Social. Fortaleza, Ed. INESP, 2003.

HUNTER, C. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 4, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO: Conta Satélite de Turismo (2015). Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/0catalogo-documentos/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Gui De Interpretação Da Norma Nih-54**: Meios De Hospedagem Requisitos Para A Sustentabilidade: Programa de Certificação em Turismo Sustentável. Salvador 2004.

IRVING, M. A. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fatura, 2002.
JESUS, E. Influência dos Serviços de Transportes na Hospitalidade do Turista. **Revista Turismo**, abr. 2004. Disponível:
<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/transportes.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

LACERDA, C. S. **Sistema de indicadores de sustentabilidade para atividade turística**: uma proposta metodológica participativa aplicada no município do Conde/PB. 2011. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2011.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. São Paulo: Atlas: 2001.
LECHNER, L. Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza 3: 1-123, 2006.

LÉLÉ, S. Rethinking sustainable development. **Current History**, v. 112, n. 757, p. 311-6, 2013.

LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G, A. Análise dos modelos de indicadores no contexto do desenvolvimento sustentável. **Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, v. 3, n. 1, p. 31-45, jan./jul. 2008.

LOIOLA, E. Turismo e Desenvolvimento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI, Salvador. **Bahia Análise & Dados**, 2001.
MANNING, T. Indicators of Tourism Sustainability. Tourism Management, **Pergamon Elsevier Science**, London, 1999. v. 20.

MARNIKA, E.; CHRISTODOULOU, E.; XENIDIS, A. Sustainable development indicators for mining sites in protected areas: tool development, Ranking and scoring of potential environmental impacts and assessment of management scenarios. **Journal of Cleaner Production**, v. 101, n. 15, p. 59-70, 2015.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM):** metodologia de cálculo e análise do IDSM e a classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos. João Pessoa: Sebrae, 2008a.

_____. **Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS dos Estados brasileiros e dos municípios da Paraíba.** Campina Grande: Sebrae, 2008b.

MARZALL, K. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas.** Porto Alegre: UFRS, 1999. 208p. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MAZO, D. C. P.; PIONA, E, R, S.; FLORINDO, F. H.; ULIAN, J. P. **Gerenciando os processos produtivos agrícolas para mitigar os impactos ambientais:** um estudo de caso na lavoura de tomate. 2014. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Administração. UNISALESIANO. Lins, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/57472.pdf>. Acessado em: 24 jan. 2019.

MEADOWS, D. **Envisioning a sustainable world. The Third Annual Meeting of the International Society for Ecological Economics, October 24-28, 1994,** San Jose, Costa Rica. Disponível em: <http://www.sustainer.org/pubs/Envisioning.DMeadows.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. **Indicators and information systems for sustainable development: a report to the Balaton Group.** Hartland: The Sustainability Institute, 1998.

MENEGHE, L. M; TOMAZZONI, E. L. **A comunicação e a integração dos atores do turismo regional:** o caso do observatório de turismo e cultura da serra gaúcha (OBSERVATUR). **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 14, n. 2, p. 246-260, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/2777/2352>. Acesso em: 25/01/2019.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Guia para Eficiência Energética:** o que fazer para tornar mais eficiente o uso de energia elétrica em prédios públicos (2017). Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1985241/cartilha+ENERGIA+op1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MOFFATT, I. Environmental space, material flow analysis and ecological footprinting. In: ATKINSON, G. D.; DIETZ, S.; NEUMAYER, E. (Eds.). **Handbook of Sustainable Development.** Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing, 2007. p. 319-44.

MOLINA, S.; RODRÍGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo.** Bauru, SP: Edusc, 2001.

MONJARDINO, I. C. C. **Indicadores de Sustentabilidade do Turismo nos Açores:** o papel das opiniões e da atitude dos empreendimentos turísticos do município de

Angla dos Reis. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 35, n. 3, p. 74-92, 2017 Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/32732>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MORAN, D. et al. Measuring sustainable development: Nation by nation. *Ecological Economics*. **Ecological Economics**, v. 64, p. 470-4, 2008.

MOREIRA, L. M. **O teatro em museus e centros de ciências: uma leitura na perspectiva da alfabetização científica**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

MOTA, J. A. et al. Uma nova proposta de indicadores de sustentabilidade na mineração. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 15-29, ago. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319446366_Uma_nova_proposta_de_indicadores_de_sustentabilidade_na_mineracao/fulltext/59aaa9c5a6fdcce55a349f3c/319446366_Uma_nova_proposta_de_indicadores_de_sustentabilidade_na_mineracao.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 25 maio 2018.

MOURÃO, J. M. **Desenvolvimento Sustentável do Turismo** - princípios, fundamentos e prática. Disponível em: <http://geoinova.fcsh.unl.pt/revistas/files/n2-5.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MOWFORTH, A.; MUNT, I. **Tourism & sustainability: new tourism in the third world**. London, UK: Routledge, 1998.

MTUR. Ministério do Turismo. MTUR Seleciona **Projetos para Elaboração dos Planos Municipais do Turismo** (2018). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11494-mtur-seleciona-projetos-para-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-municipais.html>. Acesso em: 26/01/2019.

_____. **Turismo Responsável** (2018). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/11887-turismo-respons%C3%A1vel.html>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. Novo mapa do turismo brasileiro tem recorde em número de regiões, (2017). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/8135-novo-mapa-do-turismo-brasileiro-tem-recorde-em-n%C3%BAmero-de-regi%C3%B5es.html>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. **Turismo e Sustentabilidade**: orientações para prestadores de Serviço (2016). Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/06_06_2016_mtur_gui_a_turismo_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Turismo e segurança, uma relação virtuosa** (2014). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/15-editoria-c/4914-turismo-e-seguranca-uma-relacao-virtuosa.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro:** turismo e a dimensão ambiental, 2013. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/O_COMxRCIO_INTERNACIONAL_DE_SERVIXOS_OPERADO_RAS_DE_TURISM>. Acesso em: 07 nov. 2016.

MULLER, S. G; AMARAL, F. M; REMOR, C. A. **Alimentação e cultura:** preservação da gastronomia tradicional. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: Interfaces, 9 e 10 de julho de 2010 - Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo – Caxias do Sul – RS – Brasil, 2010. Disponível em:
https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/13/Alimentacao%20e%20Cultura%20Preservacao%20da%20Gastronomia%20Tradiciona.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.

NERI, C. M. **Trata Brasil:** Saneamento, Saúde, Educação, Trabalho e Turismo. O Caso Santa Catarina, Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em:
https://www.cps.fgv.br/ibrecps/Trata_regional/SC/Trata_CPSFGV_ITB_SantaCatarina.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

NUNES, C. L.; CHEMIN, M.; ABRAHÃO, C. M. S. O processo de gestão financeira nas empresas turísticas do «Roteiro das Ostras» do Cabaraquara (Guaratuba - Paraná - Brasil). **Revista Espacios**. Disponível em:
<http://www.revistaespacios.com/a17v38n24/a17v38n24p37.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

OECD. **Organization for Economic Co-operation and Development:** core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the state of the environment. Paris: OECD, 1993. Rumo ao desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais. Tradução de Ana Maria S. F. Teles. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 1987.

OLIVEIRA, A. C. **A atividade turística e seus efeitos à população local:** um paradoxo. Caderno Virtual de Turismo, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em:
www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/88/83. Acesso em: 23 jan. 2019.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local:** o caso de Itacaré– Bahia. 2008 153 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2008. Disponível em: Acesso em: 26 jan. 2019.

OLIVEIRA, E. Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 2, p. 193-202, set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n2/a06v08n2.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

OLIVEIRA, F. O.; SIEN, O. **Indicadores relevantes para avaliação de turismo sustentável do Município de Guajará-Mirim (RO)**. VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - 5 a 7 de agosto de 2009, Cuiabá - Mato Grosso – Brasil. Disponível em:
<http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT4-83-6120090602091515.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2015.

_____. **Indicadores de desarrollo para los destinos turísticos**: Guia Prático. Madrid: OMT, 2005.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ONUBR. Organização das Naoes Unidas no Brasil. **Poluição mata mais de dois milhões de pessoas por ano no mundo, diz OMS**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.onu.org.br/poluiao-mata-mais-de-dois-milhoes-de-pessoas-por-ano-no-mundo-diz-oms/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

OREJA, R, J. et al. **The sustainability of island destinations**: Tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife. *Tourism Management*, 2008.

PALMA, J. S. M. **Aoes de destruição no Patrimônio Cultural** (2016). Disponível em:
<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/281870113703366/Tese%20Acoes%20de%20Destruicao%20no%20Patrimonio%20Cultural.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.
PARAFITA, A. **Antropologia da comunicação, Ritos, Mitos. Mitologias**. Âncora Editora, Lisboa, 2012.

PAULA, V. C. **O estudo da demanda turística de Diamantina e sua relação com o marketing de destinos como instrumento de fomento do turismo local** (2012). Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/O-Estudo-da-Demanda-Tur%20C3%ADstica-de-Diamantina-e-sua-Rela%20C3%A7%20C3%A3o-com-o-Marketing-de-Destinos-como-Instrumento-de-Fomento-do-Turismo-Local.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

PBTUR/EMBRATUR. **Relatórios de Análise da Atividade Turística**: Caminhos do Frio Rota Cultural, Município de Areia, 2018.

PENA, L. C. S.; NEIVA, D. N.; GIAMPAOLO, . R. V. **O turismo e a gestão dos resíduos sólidos no contexto dos meios de hospedagem e do município turístico de Pirenópolis (GO)**. Anais do Seminário da ANPTUR. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/631.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

PINHO, T. R. R. Licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos em destinos ecotursticos litorâneos do Ceará: reflexões críticas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 29-47, fev./abr. 2016.

_____. **Avaliação de Impactos Ambientais Enquanto Instrumento da Política**

Ambiental: Aplicação no Licenciamento de Empreendimentos Turísticos Hoteleiros do Pernambuco. 2007. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

PINTO, J. R.; FERREIRA, L.; AGUIAR, L. Turismo cultural, itinerários turísticos e impactos nos destinos. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, 2012.

POPE, J. et al. **Conceptualising sustainability assessment**. Environmental Impact Assessment Review, 2004.

PRESCOTT-ALLEN, R. **The wellbeing of nations: A country-by-country index of quality of life and the environment**. Washington, DC: Island Press, 2001.

RAMOS, F. S.; PAIVA, F. J. U.; GUERRA, G. V. Estado Constitucional: Uma Análise Sobre o Crime de Vandalismo Contra o Patrimônio Público. **Revista Factus Jurídica**, v. 2, n. 1, p. 37-53, 2016. Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/87-443-1-pb.pdf>. Acesso em: 24 JAN. 2019.

RAMOS, G. C. **Turismo e Meio Ambiente**. Graduação (Bacharelado em Direito). Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo – UniFMU, 2014. Disponível em: <http://arquivo.fmu.br/prodisc/direito/gcr.pdf>. Acessado em: 26/01/2019.

REED, J. S.; FRASER, E. D. G.; DOUGILL, A. J. An adaptative learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological Economics**, Elsevier, Amsterdam, v. 59, p. 406-418, oct. 2006.

REGO, M. S. L. S. **A música como metodologia no ensino da língua espanhola para deficientes visuais em Açailândia – MA**. 2016. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Univates, 2016.

REYNA, M. **Propuesta de indicadores de Turismo sostenible para Tenerife**. In: Seminário Internacional Indicadores Ambientales de Turismo. Murcia Espanha, 2002.

RHEINHEIMER, C. G.; GUERRA, T. Um possível caminho... de uma educação ambiental convencional e conservadora para uma educação ambiental crítica e transformadora. **Contra Pontos**, 2006. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK EwiX-_K0tdrgAhWBmlkKHXY2By8QFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fwww6.univali.br%2Fseer%2Findex.php%2Frc%2Farticle%2Fdownload%2F2223%2F2240&usg=AOvVaw3mUv2K1rI9ezsQ86mkFVT4. Acesso em: 13 jan. 2019.

ROCHA, B. M., ZOUAIN, M. D. Percepção socioambiental: a visão de turistas e gestores de hotéis sobre os impactos da poluição das praias no turismo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 9, n. 2, maio/ago. 2015.

ROCHA, J. M. D. A. Desenvolvimento e sustentabilidade do turismo: Preceitos da teoria da capacidade de carga turística. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 3, n. 3, p. 382-92, 2011.

RODRIGUES, C. E. K; SANTAELLA, L; FIDA, A. M; RODRIGUES, J. L. K. **Capacitação profissional para o Turismo na Região Vale paraibana do Estado de São Paulo**. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em:
http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/RE_0891_0911_01.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

RODRIGUES, E. M. Desafios no Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Revista Digital**, Ministério Público do Rio Grande do Sul (2014). Disponível em:
https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_04/revista_digital_ed_04_3.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

ROYLE, S. **A geography of islands: small island insularity**. Routledge: Londres, 2001.

SÁ, H. S. F.; BRITO, C. M. O. **O sentido da participação da comunidade local no planejamento e desenvolvimento do turismo** (2012). Disponível em:
<http://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/3.-O-SENTIDO-DA-PARTICIPA%C3%87%C3%83O-DA-COMUNIDADE-LOCAL-NO-PLANEJAMENTO-E-DESENVOLVIMENTO-DO-TURISMO.pdf>. Acessado em: 05/01/2019.

SACHS, I. Da Armadilha da Pobreza ao Desenvolvimento Incluyente em Países Menos Desenvolvidos (Cap. 3). In: SACHS, I. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda. 2004.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo sob a análise do desenvolvimento sustentável. **Turismo Visão e Ação**, v. 4, n. 8, p. 29-44, set. 2001.

SANCHES, F. C.; SCHMIDT, C. M. Indicadores de Sustentabilidade Ambiental: Uma Análise das Práticas Sustentáveis em Empreendimentos de Turismo Rural. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 37, p. 89-114, 2016.

SANCHO. **Introdução ao turismo**. Traduzido de: Dolores Martin Rodrigues. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, J. E. F. **O Setor de Turismo e os Arranjos Produtivos Locais no Estado de São Paulo: Especificidades e Interdependências**. 2009. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Unesp – Campos Rio Claro. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95635/santos_jef_me_rcla.pdf?squence=1. Acesso em: 26 jan. 2019.

SANTOS, J. G. **Sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas/PE**. 2013.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Atividades turísticas e indicadores de sustentabilidade: um estudo em um destino turístico brasileiro. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 16, n. 1, p. 37-54, 2018. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/16118/PS118_03.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. Geração e manejo dos resíduos sólidos resultantes das atividades turísticas de Porto de Galinhas – PE. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 1, p. 40-48, 2015.

_____. Engajamento entre os atores sociais para o alcance do turismo sustentável: um estudo em Porto de Galinhas, PE. In: PERNA, F., et al. (Orgs.). **Economia, ambiente e sustentabilidade no turismo**. Faro/Portugal: UAlg ESGHT, 2013.

SANTOS, F. R.; RIBEIRO, L. C. S; SILVEIRA, E. J. G. Caracterização das atividades turísticas nos municípios brasileiros em 2015. **Rev. Bras. Pesq. Tur.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.65-82, maio/ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbtur/v12n2/pt_1982-6125-rbtur-12-02-00065.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

SANTOS, I. J. **Estratégias Competitivas no Segmento Hoteleiro: O caso do Itacaré Hostel**. 2008. 116 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Especialização em Economia de Empresas. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

SARTORI, S. et al. Sustainability and sustainable development: A taxonomy in the field of literature. **Ambiente & Sociedade**, v. XVII, n. 1, p. 1-20, 2014.

SCHIRRU, A. C. **A importância do patrimônio cultural para a cidade: identidade social e planos urbanos**. IX Mestres e Conselheiros Agentes Multiplicadores do Patrimônio Belo Horizonte/MG de 21 a 23/06/2017. Disponível: <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/52381.pdf>. Acessado em: 24 jan. 2019.

SEBRAE. **Programa de Artesanato SEBRAE RO: Artesanato e Desing** (2016). Disponível em: http://www.crab.sebrae.com.br/admin/_m2brupload/arquivos_artigos/3/Artesanato%20e%20design.pdf. Acessado em: 24 jan. 2019.

_____. **Manual para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas: Produção Associada ao Turismo** (2011). Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/Manual_de_Producao_Associada_ao_Turismo.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

SECRETARIA DE TURISMO DE CURITIBA. **Plano Municipal de Turismo** (2018). Disponível em: <http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/plano-municipal-de-turismo/1768>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SECRETARIA DE TURISMO DE TERESINA PI. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – TERESINA (2011)**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PIAUI/PDITS_MUNICIPIO_DE_TERESINA.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.

SHARMA, T.; BALACHANDRA, P. Benchmarking sustainability of Indian electricity system: An indicator approach. **Applied Energy**, v. 142, p. 206-20, 2015.

SILVA, D. G. A. **Importância da educação ambiental para a sustentabilidade (2014)**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/DANISE-GUIMARAES-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, E. K. A relação entre designers de moda e artesãos na perspectiva da educação emancipatória. **dObra [s]–revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, 2016.

SILVA, F. F.; LUCIO, E. M. M.; BARRETO, L. M. T. B. Treinamento, desenvolvimento e educação de pessoas em turismo: case Disney. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. X, n. 2, p. 275-95, dez. 2013. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/526>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SILVA, F. G. S.; MELO, R. S. **A contribuição da sinalização turística para o desenvolvimento turístico da cidade de Parnaíba (PI, Brasil)**. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 129-46, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/viewFile/488/563>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SILVA, N. C.; CÂNDIDO, G. A. Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia – PB. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 475-96, set./dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbtur/v10n3/pt_1982-6125-rbtur-10-03-00475.pdf. Acesso em: 27 maio 2018.

SILVA, M. L. O.; COSTA, E. V. C.; SANTOS, T. C. Os jogos educativos na perspectiva da cultura regional. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM**, v. 11, n. 1, jun. 2017. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK Ewj2nsnEuNrgAhWS11kKHx6EASsQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2F200.129.168.183%2Ffojs%2Findex.php%2Ffigapo%2Farticle%2Fdownload%2F515%2F443&usg=AOvVaw1Ymkgumb-xTLtgTSuGF57m>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SILVA, S. S. F.; SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A.; RAMALHO, A. M. C. Indicador de Sustentabilidade Pressão – Estado – Impacto – Resposta no Diagnóstico do Cenário Sócio Ambiental resultante dos Resíduos Sólidos Urbanos em Cuité, PB. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 3, Edição Especial Rio +20, p. 76-93, ago. 2012. Disponível em: <http://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/68/pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SILVEIRA, M. A. T. **Infraestrutura de transportes, turismo e desenvolvimento territorial. Um foco na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná.**

2017. Disponível em: http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-coloquio/mesa_8/20080339.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

SLOAN, P.; LEGRAND, W.; KAUFMANN, C. S. A survey of social entrepreneurial communitybased hospitality and tourism initiatives in developing economies. A new business approach for industry. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 6, n. 1, p. 51-61, 2014.

SOARES, L. A. S. Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável? **R Gerenciais**, São Paulo, v. 4, p. 89-98, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307695639_Turismo_e_trabalho_informal_um_binomio_inevitavel. Acesso em: 28 jan. 2019.

SOUZA, G. S.; FARIA, R. C.; MOREIRA, T. B. S. **Efficiency of Brazilian public and private water utilities**. *Estud Econ*. 2008.

SOUZA, M. J. B; FERREIRA, E. **Planos Nacionais de Turismo, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade**. XXXV Encontro da AN PAD. Rio de Janeiro/RJ - 4 a 7 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO2544.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

UMBERLINO, A.F.R. A Importância de Eventos Culturais na **Promoção do Território/Região**: O caso de estudo do Festival de Músicas do Mundo. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Mestrado em Turismo – Gestão Estratégica de Eventos, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/26144822/A_import%C3%A2ncia_de_Eventos_Culturais_na_Promo%C3%A7%C3%A3o_do_territ%C3%B3rio_regi%C3%A3o_-_O_caso_de_estudo_do_Festival_Musicas_do_Mundo. Acessado em: 24 jan. 2019.

UNEP/WTO. **Making Tourism More Sustainable**. A Guide for Policy maker. 2005. Disponível em: <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/dtix0592xpa-tourismpolicyen.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2005.

TEIXEIRA, W.; CORDANI, U. G.; MENOR, E. A.; TEIXEIRA, M. G.; LINSKER, R. (Eds.). **Arquipélago Fernando de Noronha o paraíso do vulcão**. São Paulo: Terra Virgem, 2003.

TUNDISI, J. G. **Recursos hídricos**. Disponível em: https://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_01/A3_Tundisi_port.PDF. Acesso em: 10 jan. 2019.

VALLS, J. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

VAN BELLEN, H. M. Sustainable development: presenting the main measurement methods. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. VII, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23537.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

VAN BELLEN, H. M. **Indicador de Sustentabilidade**. Uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos**. Rio de Janeiro: Senac, 2008.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Report Our common future 1987 Genebra**. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.

YOLLES, M.; FINK, G. The Sustainability of Sustainability. **Business Systems Review**, v. 3, n. 2, p. 1-32, 2014.

ZUCARATO, A. G.; SANSOLO, D. G. **Uso de indicadores na pesquisa em turismo**. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 2006. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/tp1SemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-13.pdf. Acesso em: 05 nov. 2018.



ISBN 978-655825059-3

